



**Universidade do Estado do Rio de Janeiro**

Centro de Educação e Humanidades

Instituto de Letras

Alexandre Henrique dos Santos Monteiro

**Um diálogo entre os (semi)auxiliares verbais deônticos e o *ethos*: um caso de  
persuasão pela orientação argumentativa**

Rio de Janeiro

2021

Alexandre Henrique dos Santos Monteiro

**Um diálogo entre os (semi)auxiliares verbais deônticos e o *ethos*: um caso de persuasão  
pela orientação argumentativa**



Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Área de concentração: Estudo de Língua.

Orientador: Prof. Dr. André Crim Valente

Rio de Janeiro

2021

CATALOGAÇÃO NA FONTE  
UERJ/REDE SIRIUS/BIBLIOTECA CEH/B

M775 Monteiro, Alexandre Henrique dos Santos.  
Um diálogo entre os (semia)uxiliares verbais deônticos e o ethos: um caso de persuasão pela orientação argumentativa / Alexandre Henrique dos Santos Monteiro. – 2021.  
119 f.: il.

Orientador: André Crim Valente.  
Dissertação (mestrado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Letras.

1. Língua portuguesa – Verbo auxiliares - Teses. 2. Modalidade (Linguística) – Teses. 3. Análise do discurso – Teses. 4. Comunicação e tecnologia – Teses. 5. Linguística de corpus – Teses. I. Valente, André Crim. II. Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Letras. III. Título.

CDU 806.90-541.45

Bibliotecária: Mirna Lindenbaum. CRB7 4916

Autorizo, apenas para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta dissertação, desde que citada a fonte.

---

Assinatura

---

Data

Alexandre Henrique dos Santos Monteiro

**Um diálogo entre os (semi)auxiliares verbais deônticos e o *ethos*: um caso de persuasão  
pela orientação argumentativa**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Letras, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Área de concentração: Estudo de Língua.

Aprovada em 26 de novembro de 2021.

Banca examinadora:

---

Prof. Dr. André Crim Valente (Orientador)  
Instituto de Letras – UERJ

---

Prof. Dr. José Carlos Santos de Azeredo  
Instituto de Letras – UERJ

---

Prof<sup>a</sup>. Dra. Rosane Santos Mauro Monnerat  
Universidade Federal Fluminense

Rio de Janeiro

2021

## **DEDICATÓRIA**

Dedico este trabalho

aos meus pais, José Carlos Monteiro e Elci dos Santos Monteiro,  
que me deram o impulso inicial e necessário: o incentivo à  
leitura.

E ao meu filho, minha luz, Henrique Costa Monteiro.

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço

A Deus, por minha saúde e por ser meu lugar de reflexão, inspiração e esperança.  
à minha família, por todo apoio prestado e por ter me ensinado a perseverar diante das dificuldades.

A meu filho, por ser a luz de meu caminho nos momentos mais difíceis, trazendo afago e calor com seu abraço apertado.

a meus companheiros de curso com quem compartilhei experiências inefáveis: Ingrid Ishirara, Carla Caputo e Leonardo

A todos os meus parentes e amigos que, de alguma forma, auxiliaram na minha trajetória até aqui.

Ao professor André Crim Valente, meu orientador, pelas observações pontuais e pelo grande incentivo à minha vida acadêmica.

aos professores André Conforte , Denise Salim e José Carlos Santos de Azeredo, por contribuírem com abundância de conhecimento para meu amadurecimento acadêmico e profissional.

À Universidade do Estado do Rio de Janeiro, por aceitar o retorno de um filho pródigo, concedendo-me toda estrutura e atendimento necessários a uma ótima formação.

Invictus

Out of the night that covers me,  
Black as the Pit from pole to pole,  
I thank whatever gods may be  
For my unconquerable soul.

In the fell clutch of circumstance  
I have not winced nor cried aloud.  
Under the bludgeonings of chance  
My head is bloody, but unbowed.

Beyond this place of wrath and tears  
Looms but the Horror of the shade,  
And yet the menace of the years  
Finds and shall find me unafraid.

It matters not how strait the gate,  
How charged with punishments the scroll  
I am the master of my fate:  
I am the captain of my soul.

*William Ernest Henley*

## RESUMO

MONTEIRO, Alexandre Henrique dos Santos. *Um diálogo entre os (semi)auxiliares verbais deônticos e o ethos: um caso de persuasão pela orientação argumentativa*. 2021. 119 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

Esta pesquisa busca como escopo a análise da influência do *ethos* de um *cluster* digital sobre seus interlocutores expressa por meio de enunciados cujo predicado é composto de perífrases verbais formadas por verbos semiauxiliares deônticos – *dever, poder, ter (de), haver (de)* – denotadores dos valores de ordem, permissão ou obrigação. Para isso nosso esteio teórico combinará insumos dos estudos enunciativos, a teoria Semiolinguística de Análise do Discurso de Patrick Charaudeau; dos estudos da cibercultura, a teoria da CMC; e dos estudos gramaticais relacionados ao processo de modalização materializado em construções perifrásticas com verbos semiauxiliares modais. Dessa forma buscaremos demonstrar como alguns elementos da materialidade linguística, veiculadores de fenômeno de modalização de um enunciado, podem ser tomados como base para orientação argumentativa ao serem subjugados pela imagem influente de um sujeito comunicante. Assim, examinaremos algumas postagens retiradas do site de rede social do ativista político da extrema direita brasileira Olavo de Carvalho nos dois primeiros anos do governo de Jair Messias Bolsonaro, destacando a influência de seus enunciados sobre seus seguidores a partir da autoridade que lhe fora concedida por esses mesmos seguidores.

Palavras chave: Orientação argumentativa. *Ethos*. Modalização. Semiauxiliares deônticos.

## ABSTRACT

MONTEIRO, Alexandre Henrique dos Santos. *A dialogue between deontic verbal semi-auxiliaries and ethos: a case of persuasion by the argumentative orientation*. 2021. 119 f. Dissertação (Mestrado em Letras) – Instituto de Letras, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

The scope of this research is to analyze the influence of the ethos of a digital cluster on its interlocutors, expressed through utterances whose predicate is composed of verbal periphrases formed by deontic semi-auxiliary verbs – *deve*, *pode*, *ter (de)*, *haver (de)* – denoting the values of order, permission or obligation. For this, our theoretical mainstay will combine inputs from enunciative studies, Patrick Charaudeau's Semiolinguistic Discourse Analysis theory; from cyberculture studies, the CMC theory; and from grammatical studies related to the modalization process materialized in periphrastic constructions with modal semi-auxiliary verbs. In this way, we will seek to demonstrate how some elements of linguistic materiality, conveying the phenomenon of modalization of an utterance, can be taken as a basis for argumentative orientation when they are subjugated by the influential image of a communicant subject. Thus, we will examine some posts taken from the social networking site of the Brazilian extreme right political activist Olavo de Carvalho in the first two years of the government of Jair Messias Bolsonaro, highlighting the influence of his statements on his followers from the authority granted to him by those same followers.

Keywords: Argumentative orientation. *Ethos*. Modalization. Deontic semi-auxiliaries.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1-	Triângulo das provas retóricas (adaptado).....	25
Figura 2-	Disseminação de informação unidirecional, estrutura em árvore (um-todos).....	39
Figura 3-	Difusão de informação em rede digital (todos-todos).....	40
Figura 4-	Quadrado lógico de Aristóteles.....	55
Figura 5-	Enunciado 1.....	94
Figura 6-	Enunciado 2.....	95
Figura 7-	Enunciado 3.....	95
Figura 8-	Enunciado 4.....	96
Figura 9-	Enunciado 5.....	96
Figura 10-	Enunciado 6.....	97
Figura 11-	Enunciado 7.....	98
Figura 12-	Enunciado 8.....	98
Figura 13-	Enunciado 9.....	99
Figura 14-	Enunciado 10.....	99
Figura 15-	Enunciado 11.....	100
Figura 16-	Enunciado 12.....	101
Figura 17-	Enunciado 13.....	101
Figura 18-	Enunciado 14.....	102
Figura 19-	Enunciado 15.....	102
Figura 20-	Enunciado 16.....	103
Figura 21-	Enunciado 17.....	104
Figura 22-	Enunciado 18.....	104
Figura 23-	Enunciado 19.....	105
Figura 24-	Enunciado 20.....	105
Figura 25-	Enunciado 21.....	106
Figura 26-	Enunciado 22.....	107
Figura 27-	Enunciado 23.....	107

## LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1 -	O ato de linguagem e seus sujeitos.....	22
Esquema 2 -	O processo de semiotização do mundo.....	35
Esquema 3 -	Estágios do processo de gramaticalização.....	69
Esquema 4 -	Mecanismos motivadores do processo de gramaticalização.....	70

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1 -	Unidirecionalidade, processo de gramaticalização e seus níveis....	71
Quadro 2 -	Combinação de perífrases verbais.....	73
Quadro 3 -	Quadro Sinóptico sobre o conceitos de verbo auxiliar .....	84

## SUMÁRIO

	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	12
1	<b>A PERSPECTIVA DISCURSIVA</b> .....	16
1.1	<b>Conceitos básicos</b> .....	16
1.1.1	<u>Ideologias</u> .....	19
1.2	<b>As imagens do sujeito comunicante: <i>ethos</i></b> .....	23
1.2.1	<u>Sobre o Ethos</u> .....	24
1.2.2	<u>A eficácia do Ethos nas dinâmicas de persuasão</u> .....	28
1.3	<b>A intenção que precede a estratégia: a visada</b> .....	29
1.4	<b>A orientação argumentativa do discurso</b> .....	31
2	<b>O UNIVERSO DIGITAL DA INTERLOCUÇÃO</b> .....	38
2.1	<b>As inovações tecnológicas e suas consequências</b> .....	38
2.2	<b>Redes sociais digitais</b> .....	43
2.3	<b>Sites de redes sociais digitais</b> .....	47
2.4	<b>Novas tecnologias, novos gêneros: uma proposta</b> .....	49
3	<b>MODALIDADE</b> .....	52
3.1	<b>Considerações acerca da modalização e da modalidade</b> .....	52
3.2	<b>Primeiras considerações</b> .....	54
3.3	<b>Modalidade: por uma perspectiva linguístico-gramatical</b> .....	55
3.3.1	<u>Formas de expressão da modalidade ou manifestações</u> .....	57
3.3.2	<u>Modalidade Deôntica</u> .....	59
3.4	<b>Modalidade: por uma perspectiva da enunciação</b> .....	60
4	<b>AUXILIARIDADE VERBAL</b> .....	67
4.1	<b>Conceitos base</b> .....	71
4.2	<b>Verbos (semi)auxiliares: percurso histórico na gramática tradicional</b> .....	75
4.3	<b>Verbos (semi)auxiliares na visão dos linguistas brasileiros</b> .....	80

4.4	<b>Análise dos semiauxiliares modais: em destaque, “os deônticos”</b> .....	86
4.4.1	<b><u>Poder, Dever, ter (de), haver (de)</u></b> .....	87
5	<b>CARACTERIZAÇÃO DO <i>CORPUS</i></b> .....	93
6	<b>ANÁLISE DO <i>CORPUS</i></b> .....	94
	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	112
	<b>REFERÊNCIAS</b> .....	116

## INTRODUÇÃO

A linguagem possibilita ao homem expressar-se no mundo e agir sobre seus interlocutores. Ao confrontar-se com a realidade, que, em si, para ele nada significa, sente-se obrigado a, por meio da linguagem, apresentar uma proposta de um real atribuído de significado, para que possa, assim, categorizar o mundo a sua volta, transformando-o em objeto de discurso por onde trocamos experiências, saberes e influências.

É também por esse processo que o homem age sobre seu semelhante, tentando, no processo interlocutivo, validar sua proposta de mundo na alteridade. Nessa perspectiva, a comunicação é uma prática de natureza argumentativa, que orienta os modos de ver o mundo dos sujeitos – alvos do discurso – pois acaba agindo sobre as representações deles ao apresentar, com vistas à validação, uma nova proposta de mundo.

Nesses últimos anos, com o advento das novas tecnologias de *intercomunicação*, temos visto uma *interação* cada vez mais constante entre pessoas, por meio de dispositivos comunicacionais com acesso à internet. Os limites, outrora impostos pela distância, foram abolidos, o tempo tornou-se instantâneo – em qualquer momento e em qualquer lugar do globo, onde haja uma conexão digital, uma interação entre locutor e interlocutor pode ser estabelecida.

Essa nova forma de comunicação mediada por computador (CMC) ressignificou a sensação de distância física e os limites quantitativos dos conteúdos informacionais, uma vez que permitiu o contato prático e com grande volume de informação entre pessoas afastadas por enormes distâncias, além de ter acrescentado hipervelocidade a essas interações.

Entretanto, uma das mais significativas alterações provindas dessa revolução é a proposta de novas formas de relação social representada pela imersão em um universo digital caracterizado por algumas idiossincrasias, que o diferem significativamente das relações sociais pautadas nas interações comuns ao mundo físico e das formas de exercer relações de poder.

A tecnologia é o vetor de maior participação nessas alterações, contudo não podemos esquecer que essas novas relações psicossociais – ainda que nos contextos peculiares do universo digital – são atravessadas majoritariamente pela linguagem verbal em modalidade escrita materializada nessa semiose em combinação com várias outras, fazendo da língua um componente ativo nessas formas de comunicação.

No Brasil, por exemplo, pessoas passam horas conectadas a redes sociais digitais, interagindo, por meio de dispositivos telemáticos digitais, com seus amigos ou colegas de trabalho, comunicando-se e produzindo informação. Ações triviais do dia a dia, como folhear um jornal ou abrir a janela para verificar o clima, foram substituídas por alguns cliques no *Smartphone*.

Muito pouco ainda se sabe sobre as consequências que essas novas práticas sociais via dispositivos eletrônicos digitais podem promover e é por essa razão que entendemos a necessidade de dispor um olhar analítico sobre o papel da linguagem verbal nessas relações.

Temos um interesse específico em trazer à luz, sob a tutela teórica dos estudos linguístico-discursivos em diálogo com os estudos da *cibercultura*, o papel de alguns elementos da materialidade linguística – como os verbos semiauxiliares – no processo de modalização de um enunciado, implicando significativamente na *orientação argumentativa* desse mesmo enunciado, sobretudo, quando atravessados pela relação de influência que a imagem do locutor – *ethos* – apresenta na interlocução. Nesse percurso, não nos furtaremos a comentar a relevância de outros elementos atrelados ao processo de modalização.

Outros fatos relevantes referem-se à força motriz que mobiliza certas pessoas a agregarem-se em grupos específicos em torno de um influenciador digital, assumindo um papel muitas vezes passivo de obediência e devoção à maneira como essa relação de influência é materializada na linguagem verbal, de modo a influenciar a forma de ver o mundo do próprio interlocutor.

Diante dessas proposições, elencamos como objetivos principais *destacar as marcas de subjetividade expressas por meio do fenômeno linguístico de modalização configuradas, principalmente, nos verbos semiauxiliares denotadores dos valores de ordem, permissão e obrigação – semiauxiliares deônticos; a fim de verificar a maneira pela qual a imagem do locutor participa no processo de influência na estratégia de orientação argumentativa do processo discursivo, destacando inclusive a maneira como o contexto criado pela CMC participa desse processo.*

Para tanto, destacamos 23 exemplos linguísticos da rede social *Facebook* para análise de nossa pesquisa, tendo como referência a *fanpage* e o perfil no site de rede social *facebook* de um dos influenciadores digitais de grande destaque no panorama sociopolítico brasileiro da atualidade – Olavo de Carvalho – reconhecido como guru intelectual da extrema direita atual.

Como arcabouço teórico metodológico que guiará a análise enunciativa do material linguístico selecionado em contexto interdiscursivo na modalidade CMC, destacamos os conceitos basilares da teoria Semiolinguística de Charaudeau (1992, 2004, 2008, 2009, 2016a,

2016b, 2017, 2018) e da teoria das Redes Sociais de Recuero (2009, 2014), para explicar o contexto situacional em que o evento linguageiro ocorre em diálogo com o conceito de *ethos* e sua influência na dinâmica da persuasão (AMOSSY, 2016, 2018). Quanto à manifestação da subjetividade expressa na língua e a categoria linguística escolhida para representar essa expressão, buscaremos esteio em Pontes (1973) e Raposo *et al.* (2013), além de amalgamar outros estudos cujos aportes teóricos colaborarão para o sustento epistêmico de nosso exame.

Ademais cabem aqui três justificativas: a primeira ligada à escolha do Facebook, a segunda ligada à escolha de Olavo de Carvalho e a terceira relacionada à escolha da classe verbal para alinhar a complexidade do processo de orientação argumentativa. Hoje o *Facebook* é o site de rede social digital com maior número de usuários no mundo<sup>1</sup> (com aproximadamente 2740 bilhões de usuários ativos), seguido de perto pelo *Youtube* (com aproximadamente 2291 bilhões de usuários ativos) e pelo *Instagram* (com 1221 bilhão de usuários ativos), além disso, proporcionando-nos, dessa forma, um vasto material para pesquisa; a escolha de Olavo de Carvalho baseou-se na forte influência que ele exerce sobre seus seguidores, que o consideram um filósofo de intelecto destacado, uma autoridade em assuntos que vão de política a física quântica, assumindo, assim, um lugar de fala que sobressai diante de acadêmicos renomados e profissionais especializados, em razão da estrutura das redes sociais em diálogo com a fidelidade de seus seguidores; já a classe verbal foi eleita por combinar valor lexical e execução das três operações gramaticais – predicar, actualizar e modalizar –, permitindo a expressão, de forma rica e variada, da relação do enunciador consigo mesmo, com seu interlocutor e com a realidade bruta a sua volta.

Para tanto, após essas considerações, seguiremos para o segundo capítulo, onde apresentaremos os conceitos basilares da teoria Semiolinguística concernentes a nossa análise – o *ato de linguagem*, seus *sujeitos*, o *contrato de comunicação* e a organização do discurso em termos de *visada* –, destacando também os conceitos de *representação social* e *organização dos saberes*, com vistas a realizar um diálogo com o conceito de *ethos* nas teorias do discurso e na retórica clássica a fim de demonstrar sua influência na orientação argumentativa do discurso.

O terceiro capítulo versará sobre as inovações tecnológicas e sua influência na organização e expressão das relações humanas nos rituais comunicativos da CMC, bem como suas idiossincrasias, fazendo emergir a dinâmica interdiscursiva nos sites de redes sociais digitais.

---

<sup>1</sup>Fonte: <https://www.oficinadanet.com.br/post/16064-quais-sao-as-dez-maiores-redes-sociais>  
Acesso: 30/03/2021.

O quarto capítulo tratará das manifestações de subjetividade expressas na e pela materialidade linguística – modalidade – por uma perspectiva enunciativa e por uma perspectiva linguística, dando destaque à modalidade deôntica.

O quinto capítulo tratará da materialidade linguística escolhida por nós para representar a manifestação de modalidade – os verbos semiauxiliares –, apresentando em perspectiva diacrônica o conceito de auxiliaridade nas gramáticas normativas tradicionais, destacando os verbos semiauxiliares que a tradição escolheu para expressar a modalidade deôntica. Seguem-se a esse capítulo a apresentação da metodologia utilizada, a análise do *corpus* selecionado.

## 1 A PERSPECTIVA DISCURSIVA

Quando novas formas de comunicação emergem em nossa sociedade como vetores sociocomunicativos, e pessoas de todo o mundo interagem por meio de dispositivos<sup>2</sup> eletrônicos individuais alterando a sensação dos limites de tempo e de espaço, torna-se imperativo orientar um olhar teórico que possa dar conta de explicar as causas e consequências dessas inovações para a sociedade.

Em razão da assunção dessas revoluções comunicacionais resultantes de tais tecnologias, percebemos que as teorias linguísticas do discurso que se voltam ao viés enunciativo dos estudos discursivos são capazes de nortear, com a precisão por nós requerida, uma análise acerca das interações comunicativas imersas nesse novo universo interativo.

É decisivo ainda que esse aporte teórico aborde os eventos languageiros de modo a destacar a influência que a imagem dos sujeitos interagentes no ato comunicativo<sup>3</sup> confere para a relação intersubjetiva, não obliterando uma visão discursiva que articule as funções linguístico-discursivas com a situação de produção/recepção do discurso – posições ideológicas e sociais –, acerca das unidades da gramática da língua. Dessa forma encontramos na teoria Semiolinguística de Patrick Charaudeau o esteio teórico-metodológico de base enunciativa necessário para realizar a abordagem discursiva de nosso exame.

### 1.1 Conceitos básicos

A teoria semiolinguística é uma das teorias do discurso que orienta seus estudos sobre o fenômeno intersubjetivo, transdiscursivo e social expresso em uma atividade languageira entre seres que se reconheçam psicossocialmente como coenunciadores legitimados à interação e que compartilhem práticas e representações sociais da comunidade discursiva à qual pertencem.

Sua abordagem sobre as entidades subjetivas do ato de linguagem confere um recorte dicotômico em duas perspectivas enunciativas: uma *enunciação ampliada*, que examina os

---

<sup>2</sup> A concepção de *dispositivo* dessa abordagem diferencia-se da de Charaudeau, pois para ele, *dispositivo* corresponde às condições materiais – o quadro topológico – sobre as quais se constrói o ato comunicativo (CHARAUDEAU, P. 2018).

<sup>3</sup> Utilizaremos ao longo do trabalho como sinônimos *ato de linguagem*, *ato de comunicação* e *ato comunicativo*.

protagonistas e parceiros das circunstâncias de produção do ato de linguagem; e uma *enunciação restrita*, que examina os procedimentos linguísticos que se constituem como índices na construção de uma identidade legitimada ao direito de “fala” (MONNERAT e PAULIUKONIS, 2008).

Na *enunciação ampliada*, destacam-se dois princípios essenciais ao ato languageiro: o *princípio da alteridade*, que responde pela relação entre o emissor/produtor do ato languageiro (sujeito comunicante) e o receptor/interpretante desse mesmo ato (sujeito interpretante); e o *princípio da identidade*, que responde pela complexa composição do indivíduo – dizemos complexa, pois articula dados biológicos, dados psicossociais (delegados pelas instituições sociais ou atribuídos por nossos convizinhos) e dados comportamentais (mostrados em nossas relações sociais) (MONNERAT e PAULIUKONIS, 2008).

Reunidos, todos esses dados compõem a identidade do sujeito comunicante – criada a partir da imagem psicossocial e do comportamento desse sujeito, sendo também responsável pelo direito à “fala”–; e a *identidade discursiva* – fruto do comportamento languageiro em sua encenação discursiva.

Charaudeau (2016a) acrescenta que todo ato de comunicação é balizado por um *espaço de restrições* suposto em virtude de um *contrato de comunicação* que constitui condições que não podem ser infringidas, sob pena de não haver intercompreensão; e por um *espaço de estratégias*, em que diferentes arranjos discursivos são encenados pelo *sujeito comunicante* com vistas a adequar às condições de contrato as suas intenções comunicativas.

Dito de outra forma, a noção de contrato de comunicação pressupõe que os indivíduos pertencentes a um mesmo corpo de práticas sociais amalgamadas pela *doxa* sejam passíveis de acordar sobre as representações languageiras dessas práticas, enquanto a noção de estratégia indica que o sujeito comunicante concebe, organiza e encena suas intenções discursivas, a fim de produzir os efeitos pretendidos – *persuasão* ou *sedução* –, consciente ou inconscientemente, sobre o sujeito interpretante (CHARAUDEAU, 2018).

Lembramos que as *representações sociais* são fenômenos sociais em que confluem elementos de natureza ideológica, informativa, cognitiva e opinativa, que orientam nossa maneira de perspectivar a realidade, seja de forma subjetiva – por meio das crenças e opiniões, seja de forma objetiva – por meio de um discurso científico, organizando-se na forma de *saberes* que transformam em discurso uma análise sobre um estado de realidade.

Em razão disso, é possível concluir que as representações interferem na assimilação de conhecimento – individual e coletivo –, orientando e organizando nossas condutas e interpretações sobre o mundo.

Importa-nos lembrar, ainda, que a negligência acerca dos saberes apropriados à interpretação de certas informações implica o nascimento de preconceitos e estereótipos (julgamentos resultantes de traços peculiares de um grupo ou indivíduo) que circularão em sociedade.

Esses saberes originados das mecânicas de representação, a partir dos quais são organizados sistemas de pensamento coerentes, geradores de teorias, doutrinas ou opiniões, são divididos em *saberes de conhecimentos* e *saberes de crença* (CHARAUDEAU, 2018).

Os *Saberes de conhecimentos* são aqueles em que o homem assume uma *posição neutra* para estabelecer uma “verdade” sobre os fenômenos do mundo, ancorada na possibilidade de verificação das proposições necessárias. Eles subdividem-se em *saber científico* e *saber de experiência*.

O *saber científico* é responsável por construir considerações a respeito da realidade bruta tal como ela se apresenta objetivamente, ou seja, a realidade que se impõe ao homem. Baseia-se nos procedimentos de observação, experimentação, cálculo, fazendo uso de instrumentos de verificação e visualização do mundo. Ligadas ao saber científico, as teorias são uma forma de discurso, ao mesmo tempo, abertas e fechadas: Fechadas, porque se cercam de certezas que constituem um conjunto de proposições com valor de postulados, tendo força de verdade de um discurso demonstrativo; abertas, porque esses postulados valem até sua atualização por outros postulados.

Já o *saber de experiência* é responsável por construir explicações sobre o mundo, sem garantias de serem provadas, pois não possuem procedimentos particulares nem instrumentos, sustentando-se em um discurso de causalidade natural.

Por último, o *saber de crença* está relacionado às apreciações – julgamentos – que partem do ponto de vista do sujeito a respeito dos fenômenos, dos eventos e dos seres do mundo, seu pensamento e seu comportamento, a partir de um conjunto de modelos<sup>4</sup> mentais únicos e pessoais atravessados pelas experiências pessoais que as pessoas têm sobre suas vidas. Podemos dizer que aqui o saber emana do sujeito, sendo ele o portador de julgamento e esse processo de construção do saber dá origem aos saberes de *revelação* e de *opinião*.

O *saber de revelação* é responsável por supor uma verdade exterior ao sujeito; uma verdade, no entanto, que não pode ser demonstrada, provada ou verificada, pois baseia-se em fé, exigindo assim um movimento de adesão que seja ancorado em textos legitimadores dessa verdade mais ou menos transcendental. Esses textos impõem uma *práxis* sacra e, por isso, são

---

<sup>4</sup> Segundo Dijk (2005), modelos são representações mentais de *situações vividas, acontecimentos* ou *ações*, variáveis segundo o contexto, que são responsáveis por controlar o conteúdo do discurso de cada ator social.

responsáveis por sedimentar os valores aos quais se quer aderir, fomentando, dessa forma, a associação de doutrinas religiosas ou profanas, uma vez que as doutrinas definem-se na referência de uma palavra fundadora e ou de uma figura referencial responsável por essa palavra fundadora.

É a esse tipo de saber a que se atrelam as ideologias<sup>5</sup>. Elas articulam de maneira doutrinária os saberes genéricos que propõem uma explicação total e englobante da atividade social, enquanto dependem dos discursos a que fazem referência, permitindo também que, ao serem condensadas, tornem-se doutrinas.

### 1.1.1 Ideologias

Destaca-se que essa abordagem assumida por Charaudeau (2018) acerca do que é ideologia alinha-se a de van Dijk (2005), já que, por ambos, a ideologia não é conceituada apenas em termos de *pensamentos verdadeiros ou falsos*, ou *crenças erradas sobre noções vagas*, como a tradição filosófica de base marxista por vezes já abordou, porém como uma das bases das representações socialmente partilhadas entre membros de determinados grupos sociais.

Segundo de van Dijk (2005), as ideologias são esquemas sociocognitivos específicos de carácter interpretativo – partilhados por membros de grupos sociais, organizações ou instituições –, que orientam nossa forma de ver o mundo, organizando a compreensão da realidade, das práticas cotidianas e das relações com outros grupos em categorias sociais como *identidade*, *status*, *posição no grupo*, *atividade profissional* e finalidade a fim de representá-las em suas ações e discursos. É dessa forma que as ideologias expressam-se nas representações mentais de ações e discursos, agindo de modo a orientar o conteúdo de seus discursos e a maneira como os membros do grupo percebem suas práticas sociais.

---

<sup>5</sup> O termo ideologia tem origem nos estudos de filósofos franceses do fim do século XVIII, conhecidos como ideólogos e significava o estudo da origem e da formação das ideias. Posteriormente, passou a significar o conjunto de ideias, valores e princípios que refletem uma determinada visão de mundo, orientando uma forma de ação, sobretudo uma prática política. Em seu uso mais comum, definido como sistema de ideias, goza de certa polêmica, às vezes orientado a uma acepção pejorativa, às vezes, uma acepção positiva. O marxismo explorou a ideia de que a ideologia é uma forma de mediação da práxis humana em condições históricas determinadas, representada por crenças abstratas no poder das ideias e, assim, como falsa consciência de nosso ser no mundo (JUPIASSÚ, MARCONDES, 1996). Sob o viés da teoria da comunicação a crítica à ideologia assenta-se na função de denunciar as ideias, veladas ou não, que são inseridas nas mentes dos membros da sociedade com o intuito de manipular instrumentalmente determinados grupos sociais com os mais diversos objetivos (FILHO, C. M., 2009).

Ressalta-se também o papel recíproco desse processo, uma vez que os discursos colaboram tanto para construir novas ideologias quanto para confirmar as ideologias já existentes, destacadamente antagônico em situações de conflito entre os interesses do grupo de referência e os de outro grupo, mostrando-se em duplos opostos – *Nós* versus *os outros* –, atribuindo, assim, ao grupo de referência termos positivos (a fim de legitimar-se como grupo dominante e justificar possíveis abusos) e aos outros – dissonantes – termos negativos.

Sabemos que toda opinião é uma apropriação, ao mesmo tempo pessoal e partilhada, sobre os fatos do mundo e com o advento da democracia digital, promovendo visibilidades para milhões de anônimos, percebemos que houve uma aproximação entre fato e opinião: amadores e comentaristas têm conquistado certa credibilidade que lhes permitiu *lugar de fala* para que suas opiniões ascendessem a um patamar de importância que, às vezes, rivaliza com a própria realidade discursivizada por um *saber de conhecimento*.

A esse tipo de saber podemos relacionar diversos tipos de opinião: *opinião comum* – é a que tem um escopo generalizante e universal. Largamente partilhada, ela é o modo mais trivial de troca de conhecimento entre os homens, veiculada pelos provérbios, ditados e outros enunciados de valor geral. Na *opinião comum*, o sujeito falante não reivindica uma posição particular, pois se apropria do julgamento da crença popular; *opinião relativa* – é a que parte de um sujeito individual ou de um grupo em particular. É circunstancializada e relativa ao grupo e à situação de onde provém; e *opinião coletiva* - é o menor denominador comum entre as opiniões de cada indivíduo do grupo, expressando um juízo sobre outro grupo.

Esses tipos de saberes de que se alimentam os imaginários, muitas vezes, fazem um *saber de crença* passar-se por um *saber de conhecimento*; ou um *saber de opinião*, por um *saber de revelação*.

Dessa forma, retomando nossas ponderações sobre o ato de linguagem, podemos dizer que,

a Semiologia considera o *ato de comunicação* como um “jogo”, ou seja, o ato de comunicação se mantém em uma constante manobra de equilíbrio e de ajustamento entre as normas de um dado discurso e a margem de manobras permitida pelo mesmo discurso (MONNERAT e PAULIUKONIS, 2008, p.56).

Para que esses indivíduos do evento linguageiro reconheçam-se como coenunciadores, é necessário que acatem as características próprias da situação de troca – os *dados externos* e as características discursivas delas decorrentes – os *dados internos*.

Os *dados externos* são compostos por quatro categorias que correspondem aos seguintes tipos de condição de enunciação: *condição de identidade* – referente aos dados

identitários dos parceiros engajados na troca comunicativa e como esses dados interferem nesse processo; *condição de propósito* – referente aos domínios de saber que servem de base para tematização do discurso e devem ser admitidos sob pena de atuarem fora de propósito; *condição de dispositivo* – referente às circunstâncias materiais em que o discurso desenvolve-se, sendo responsável por possíveis variações dentro de um mesmo contrato de comunicação; *condição de finalidade* – referente ao objetivo, à expectativa do ato comunicativo, pensada em termos de *visada* (tema de nosso terceiro tópico), ou seja, é a força que organiza o discurso de modo a fazer o sujeito interpretante aceitar a intencionalidade do sujeito comunicante.

Já os *dados internos*, determinados pelos *dados externos*, respondem pelo comportamento dos parceiros da troca linguageira. Esse comportamento divide-se em três espaços: *de locução* – que justifica a legitimação do direito à fala; *de relação* – que estabelece o tipo de relação entre o locutor e seu interlocutor (oposição – aliança, exclusão – inclusão [...]); e *de tematização* – que organiza o domínio do saber relacionado na troca.

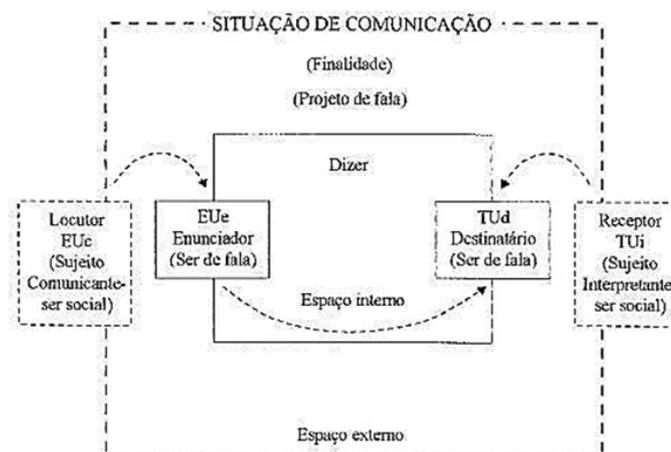
Nenhum ato de comunicação está previamente determinado. Se é verdade que o sujeito falante está sempre sobredeterminado pelo contrato de comunicação que caracteriza cada situação de troca (condição de sociabilidade do ato de linguagem e da construção do sentido), é apenas em parte que está determinado, pois dispõe de uma margem de manobra que lhe permite realizar seu projeto de fala pessoal, ou seja, que lhe permite manifestar um ato de individualização: na realização do ato de linguagem, pode escolher os modos de expressão que correspondam a seu próprio projeto de fala (CHARAUDEAU, 2018, p.71).

O ato comunicativo, segundo Monnerat e Pauliukonis (2008), é um fenômeno intersubjetivo de cointencionalidades que espelha não apenas dois sujeitos, como poderia ser pressuposto, mas quatro sujeitos: *sujeito comunicante* e *sujeito destinatário* (interlocutor imaginado pelo sujeito comunicante); e *sujeito enunciativo* (imagem discursiva do sujeito comunicante) e *sujeito interpretante*, que se distribuem em dois circuitos: sujeitos comunicante e interpretante (parceiros, seres do mundo real) no circuito externo e sujeitos enunciador e destinatário (protagonistas, seres do discurso) no circuito interno.

Isto posto, podemos dizer que esse fenômeno relaciona de forma mútua e indissociável dois espaços: *do fazer* (circuito externo e espaço das restrições) – que é a instância situacional, onde atuam os parceiros formada pelos componentes *comunicacional* (quadro físico da interação), *psicossocial* (reconhecimento das funções sociais de cada um dos parceiros no momento da encenação) e *intencional* (conhecimento de si e do parceiro com base nos saberes supostamente compartilhados) –; e *do dizer* (circuito interno) – instância

discursiva, onde atuam os protagonistas da encenação languageira, como ilustra a figura abaixo (MONNERAT e PAULIUKONIS, 2008).

Esquema 1 - O ato de linguagem e seus sujeitos



Fonte: CHARAUDEAU, 2016a, p.52.

Além disso, embora o ato comunicativo realize-se com a volição discursiva de um *sujeito comunicante*, o direito à palavra não é um ato autoritário, em que esse sujeito comunicante pode tomá-la, reconhecendo-se como ser legítimo à posição de fala, senão o resultado do *contrato* no qual o direito à fala e a construção de sentido passam por quatro princípios básicos, são eles:

- a) Princípio da Interação (ou alteridade): implica a definição do ato de comunicação como um fenômeno interlocutivo não simétrico entre dois parceiros que se reconhecem mutuamente como semelhantes – compartilham universos de referência e possuem motivações comuns – e diferentes, que coconstroem o ato de comunicação esse princípio estabelece forte diálogo com a teoria do aparelho formal de Benveniste (1989);
- b) Princípio da Pertinência: implica a existência de um projeto de fala onde o locutor é motivado por uma intenção, ao passo que também condiciona ambos – locutor e interlocutor – à existência de *saberes compartilhados*, para que se viabilize uma intercompreensão;
- c) Princípio da Influência: implica o reconhecimento do uso recíproco de estratégias discursivas postuladas pelos sujeitos da comunicação na luta pelo controle do interesse da comunicação;

- d) Princípio da regulação: implica a determinação de condições para que os parceiros em contato comunicativo reconheçam-se e legitimem-se reciprocamente como sujeitos comunicantes, para que a troca comunicativa permaneça. Esse princípio também acarreta o uso de estratégias tais como: aceitação ou rejeição do direito à palavra, valorização ou desvalorização do parceiro enquanto sujeito comunicante, reivindicação ou afirmação da identidade por parte do sujeito falante.

Dessa forma os quatro princípios supracitados, que constroem o contrato de comunicação, são indissociáveis e implicam a coconstrução de sentido e a mútua legitimação dos parceiros envolvidos no ato.

Considerando as intenções persuasivas sobre seu interlocutor, o locutor deve estar consciente de que, além de toda encenação discursiva e conhecimento sobre o *status* desse interlocutor, deve explorar um outro elemento base da comunicação persuasiva: a influência de sua imagem no processo de persuasão, como poderemos ver no tópico a seguir.

## 1.2 As imagens do sujeito comunicante: *ethos*

A chancela que dá ao *sujeito comunicante* a condição de legítimo a exercer a *fala* é o *olhar do(s) outro(s)*. O reconhecimento desses “outros” – seus interlocutores – emerge em nome de valores compartilhados dentro das normas institucionais que governam cada domínio de prática social, delegando *status* e poder ao sujeito comunicante. Isso nos leva a dizer que “todo ato de tomar a palavra implica a construção de uma imagem” (AMOSSY, 2016, p.9).

Nas palavras de Charaudeau (2017),

a legitimidade é realmente o resultado de um reconhecimento, pelos outros, daquilo que dá poder a alguém de fazer ou dizer em nome de um *estatuto* (ser reconhecido em função de um cargo institucional) em nome de um *saber* (ser reconhecido como sábio), em nome de um *saber-fazer* (ser reconhecido como especialista). Não se confundirá (*sic*), portanto, *legitimidade* e *credibilidade*: a primeira determina um “direito do sujeito de dizer ou de fazer”, a segunda, uma “capacidade do sujeito de dizer ou de fazer”. Questionar a legitimidade é questionar o próprio direito e não a pessoa, uma vez que ela não apresenta provas de seu poder de dizer ou de fazer.

Essa capacidade *de dizer* ou *de fazer*, que envolve a *credibilidade*, é uma estratégia discursiva, empregada para atrair a simpatia e a confiança do público, que se coloca na base do processo de argumentação persuasiva, pois o sujeito comunicante deve mostrar-se credível,

adaptando-se à imagem que ele mesmo projeta do conjunto de seus interlocutores, a fim de colocá-los em uma situação de disposição de espírito, minando a resistência à persuasão ou à dissuasão cognitiva com vistas a uma mudança atitudinal (CHABROL; RADU, 2008).

Por isso insistimos que a credibilidade não está implicada apenas na identidade social do sujeito comunicante e nos seus possíveis atributos éticos, mas também na construção de uma identidade discursiva que o torne digno de fé, justificando, em razão da busca por credibilidade, a necessidade fundamental do emprego de estratégias persuasivas.

Não podemos esquecer que a imagem do *sujeito comunicante* é uma projeção a qual se constrói no espírito do(s) interlocutor(es) por meio de um processo inferencial a partir dos atos de linguagem e de seu comportamento, fato esse que implica a correlação entre a imagem prévia do sujeito comunicante e a imagem resultante de sua encenação discursiva.

Em outras palavras, Amossy (2016) nos afirma que a construção dessa imagem

(...) depende, por outro lado, do modo como o discurso ou o comportamento não discursivo do orador é “captado” pelos cidadãos, à luz de seus desejos, preocupações, crenças e, mesmo, de seus preconceitos. Uma vez que construído e aceito, esse “caráter” preenche uma função na formação de uma disposição ou de uma predisposição favorável ou contrária ao orador. Ela determina o valor de sua credibilidade, isto é, o peso maior ou menor que a “função de credibilidade” atribuirá à plausibilidade de seus argumentos.

Isso nos leva a dizer que toda tomada de palavra, todo ato de linguagem, consiste na construção de uma imagem. Destacando a importância dessa “simbiose” sociodiscursiva, entendemos que não há como considerar qualquer processo interlocutivo – de natureza persuasiva, ou não – que não passe pela prova retórica do *ethos*.

### 1.2.1 Sobre o *Ethos*

Aristóteles propôs definir as provas técnicas (*pisteis*) do discurso retórico que influenciam o auditório em três categorias: pertencente ao domínio da razão, o *logos* é a prova do triângulo retórico voltada à ação de convencimento, baseando-se no encadeamento de proposições e no arranjo de argumentos; e, pertencentes ao domínio da emoção, o *ethos* é a prova do triângulo retórico voltada à imagem do orador criada no discurso, mostrando os traços de seu caráter, e *pathos*, ao lado do *ethos*, ambos como vias referentes às emoções, é a

prova do triângulo retórico voltada à disposição de espírito do auditório (AMOSSY, 2018; CHARAUDEAU, 2017; MONNERAT e PAULIUKONIS, 2008).

Figura 1 - Triângulo das provas retóricas



Fonte: retirado da Internet (adaptado).

Dando destaque ao processo de legitimação do direito à “fala” na perspectiva de Aristóteles, temos o *ethos* como resultado da encenação discursiva criadora de uma imagem que permite ao orador, doravante, *sujeito comunicante*, parecer digno de fé.

Em suas palavras, Aristóteles (*apud* AMOSSY, 2018, p.80) diz que,

é o caráter moral (do orador) que conduz a persuasão, quando o discurso é construído de tal maneira que o orador inspire confiança. Nós nos voltamos mais espontaneamente e prontamente para os homens de bem em todas as questões em geral, mas de forma mais absoluta nos assuntos confusos ou que propiciam o equívoco. É preciso, aliás, que esse resultado seja objetivo pela força do discurso e não somente por uma propensão favorável ao orador. Não é exato dizer [...] que a honestidade do orador não contribua em nada para produzir a persuasão, mas, ao contrário, eu chegaria a dizer que é do caráter moral que o discurso toma sua maior força de persuasão.

Confirmada, assim, sua natureza discursiva, enquanto técnica, o *ethos* pode apresentar-se de três maneiras, de modo a inspirar confiança (três *ares*): *phrônesis* – o *ethos* da prudência, da sabedoria, da racionalidade (por essa razão harmonizando-se melhor com o *logos*); *areté* – o *ethos* da virtude, da sinceridade, da franqueza; e *eunóia* – o *ethos* da benevolência, do discurso diplomático, voltado à harmonização com os ânimos do interlocutor (por essa razão identifica-se com o *pathos*).

No entanto, para que essas “técnicas” logrem êxito no processo de influência sobre o sujeito interpretante, é necessário que estejam ancoradas na *doxa* vigente, uma vez que a identidade criada discursivamente pelo sujeito comunicante deve estar condicionada ao conjunto de representações sociais (e seus estereótipos) que circulam no grupo a que pertence(m) o(s) interlocutor (es).

É imperativo destacar que essa concepção clássica de Aristóteles acerca do *ethos* não gozava de unanimidade, uma vez que um de seus predecessores e contemporâneos –, por exemplo, Isócrates –, em sua *Antidosis*, pondera que o discurso proferido por um homem bem considerado, de boa conduta, inspira mais confiança do que um homem cuja imagem é nodada por algum desvio já conhecido. Ou seja, segundo Isócrates, a imagem do sujeito comunicante – seu *ethos* – antecipa-se ao seu próprio discurso, como uma espécie de reputação prévia: “segundo Quintiliano, o argumento exposto pela vida de um homem tem mais peso que suas palavras” (AMOSSY, 2016, p.18).

Então, se, por uma perspectiva da análise do discurso argumentativo, o *ethos* está ligado ao ato de enunciação imerso em uma estratégia de encenação discursiva, não podemos ignorar que o público constrói representações do *ethos* do enunciador antes mesmo que ele fale, o que implica a discriminação entre um *ethos discursivo* e um *ethos prévio* (AMOSSY, 2016).

o *ethos* prévio é elaborado com base no papel que o orador exerce no espaço social (suas funções institucionais, seu *status* e seu poder), mas também com base na representação coletiva ou no estereótipo que circula sobre sua pessoa. Ele precede à tomada de palavra e a condiciona parcialmente (Amossy, 2018, p.90).

Ao criarmos um consenso sobre essas duas posições acerca da concepção de *ethos*, somos levados, mais uma vez, à questão das identidades do sujeito, apresentada por Charaudeau (2009).

A *identidade social* – relacionada ao *ethos* prévio – reúne os dados biológicos, psicossociais e comportamentais identificados pela comunidade, que, conseqüentemente, delega-lhe o direito à fala, ou seja, é uma combinação de atributos e reconhecimento em nome de uma posição herdada, um saber concedido institucionalmente ou uma performance (*saber-fazer*) em um determinado campo de saber reconhecido pela comunidade.

A *identidade discursiva* – relacionada ao *ethos* discursivo – é o componente interno, resultado da necessidade do sujeito comunicante em criar uma imagem de si, por meio de estratégias linguístico-discursivas como: *neutralidade* – apagamento de marcas discursivas que identifiquem julgamentos de caráter axiológico; *distanciamento* – encenação de objetividade por meio de um discurso de base referencial; *engajamento* – envolvimento por meio de uma tomada de posição na escolha e no arranjo de argumentos.

Essa dicotomia também encontra eco em Adam (*apud* AMOSSY, 2018, p.90):

No nível pré-discursivo: o status institucional do locutor, as funções ou a posição no campo que conferem uma legitimação ao seu dizer; a imagem prévia que o auditório faz de sua pessoa antes de sua tomada da palavra (a representação coletiva – ou estereótipo –, que lhe é atribuída).

No nível discursivo: a imagem que deriva da distribuição de papéis inerente à cena genérica e à escolha de uma cenografia (os modelos inscritos no discurso); a imagem que o locutor projeta de si mesmo em seu discurso, tal como ela se inscreve na enunciação, mais do que no enunciado, e a maneira como ele reelabora os dados pré-discursivos.

Além disso, urge destacar que esses dados nem sempre são expostos acintosamente, pois, muitas vezes, eles são recuperados em certos índices como nome ou assinatura, na busca de sua relação entre a imagem do sujeito comunicativo e a força persuasiva das proposições do discurso, ou em uma situação de interlocução. Ademais, o *ethos prévio* apenas proverá força persuasiva a um discurso na condição de adequar-se ao campo temático que lhe atribui legitimidade de gozar de boa imagem pública.

Ainda em relação ao *ethos* prévio, Amossy (2018, p. 83) destaca resumidamente as dimensões extraverbais do orador na retórica clássica, que também servem de referência para estudos contemporâneos:

- 1) seu nome, sua reputação, isto é, a imagem prévia que sua comunidade tem dele;
- 2) seu *status*, o prestígio devido a suas funções ou a seu nascimento;
- 3) suas qualidades próprias, sua personalidade;
- 4) seu modo de vida, o exemplo que ele dá por seu comportamento.

As dimensões citadas podem ser reunidas em dois grupos, um ligado ao *status* social e institucional, e outro ligado às virtudes morais. Esse primeiro grupo refere-se à autoridade herdada, conquistada ou delegada institucionalmente; enquanto o segundo, à credibilidade conquistada diante dos interlocutores.

À guisa de uma maior elucidação do tema, destacaremos a diferença entre os três pilares relacionados à assunção do *ethos*, pela perspectiva de Charaudeau (2017): *a credibilidade* – qualidade relacionada à capacidade de dizer ou fazer do *sujeito comunicante*, expressa por sua identidade discursiva; *a legitimidade* – qualidade atribuída pelos membros do grupo ao sujeito comunicante e relacionada ao direito de dizer ou fazer; e *a autoridade* – qualidade composta por rigidez hierárquica relacionada ao poder de intervenção do *sujeito comunicante* e sobre seu interlocutor que se encontra em posição de submissão.

Charaudeau (2017) nos lembra de que a *credibilidade* é uma das chaves do processo persuasivo, que viabiliza a persuasão ou a dissuasão cognitiva ao reduzir a resistência do

interlocutor (CHABROL; RADU, 2008), quando consegue satisfazer as condições de *sinceridade* (obrigação do sujeito comunicante de produzir um discurso com força de verdade), *performance* (obrigação do sujeito comunicante de comprometer-se com seu discurso e com o que ele propõe), e *eficácia* (obrigação do sujeito de provar que possui meio de realizar o que propõe em seu discurso).

Muito embora possa dispensar a *legitimidade*, agindo por meio de uma força institucional que lhe seja conferida, a *autoridade* pode também se combinar com essa *legitimidade* a fim de exercer uma sanção sobre aqueles que não reconhecem esta última, consolidando, assim, uma posição de *fazer-fazer*.

### 1.2.2 A eficácia do *Ethos* nas dinâmicas de persuasão

Ao longo do que expusemos até aqui, destacamos a influência da imagem do *sujeito comunicante* no processo interlocutivo. No entanto, é preciso deixar claro como essa influência “exterior à materialidade linguística” apoia-se nos quadros institucionais e nos rituais sociais para contribuir de maneira eficaz com a dinâmica persuasiva.

Ao trazer essa reflexão para a dinâmica engendrada pelas tribos digitais em suas redes sociointerativas – propiciadas pelas *redes sociointerativas digitais* – destacamos que, como esses grupos são formados por membros que compartilham as mesmas ideias, representações e crenças – não desprezando, porém, a participação dos algoritmos dos sites das redes sociais digitais na formação e na manutenção dessas agregações – são comuns e necessárias para a “saúde” do grupo ações de afirmação e reafirmação de valores comuns por meio de compartilhamentos das ideias desses membros e ações de repúdio em relação a ideias contrárias.

O destaque que nossa proposta teórica despendeu sobre a importância da imagem do locutor projetada no discurso demandou uma observação mais cadenciada, com mais detalhes acerca da importância do *ethos* nas manobras do processo persuasivo,

Na realidade, o poder das palavras deriva da adequação entre a função social do locutor e seu discurso: o discurso não pode ter autoridade se não for pronunciado pela pessoa legitimada a pronunciá-lo em uma situação legítima, portanto, diante dos receptores legítimos (AMOSSY, 2016, p.120).

Para os antigos, *Ethos* é a construção de uma imagem de si destinada a garantir o sucesso do empreendimento oratório; entretanto, ainda assim podemos destacar duas concepções sobre *Ethos*, uma oriunda de Aristóteles e outra, dos romanos: a primeira traduz *Ethos* como a imagem de si construída pelo discurso, fruto da comunhão de duas dimensões, uma moral – correspondente às virtudes, e outra estratégica – correspondente às maneiras adequadas de se expressar; já a segunda diz respeito à imagem preexistente que se apoia na autoridade individual/institucional do orador.

Conforme mencionamos em algumas linhas acima, essa tipologia do *ethos* é condicionada ao conjunto de crenças, representações e opiniões amalgamadas e compartilhadas em um determinado local, grupo e época – *a doxa*, pois, com vistas ao sucesso da aposta persuasiva, além de criar uma imagem capaz de seduzir o interlocutor – utilizando estratégias de credibilidade e confiança –, pretende a uma encenação discursiva que cause boa impressão, a partir das estratégias linguístico-discursivas utilizadas.

O orador apoia seus argumentos sobre a *doxa* que toma emprestada de seu público do mesmo modo que modela seu *ethos* com as representações coletivas que assumem, aos olhos dos interlocutores, um valor positivo e são suscetíveis de produzir neles a impressão apropriada às circunstâncias (AMOSSY, 2016, p.124).

O conceito de *Ethos* permite refletir sobre o processo mais geral de adesão de sujeitos a certa posição ideológico-discursiva. Na medida em que o poder das palavras em colaborar para esse processo de adesão deriva da adequação entre a função social do *sujeito comunicante* e seu discurso, o discurso não pode ter autoridade, se não for pronunciado pela pessoa legitimada a pronunciar-lo em uma situação legítima.

Então, embora consideremos que o *ethos* esteja ligado ao ato de enunciação, não se pode ignorar que o público constrói representações do *ethos* do enunciador antes mesmo que ele fale (AMOSSY, 2016).

### 1.3 A intenção que precede a estratégia: a visada

Sabemos que muito mais do que comunicar, impor significado ao mundo, permitir a assunção da subjetividade, a linguagem é um meio de agir sobre o outro. Toda relação interativa guarda um *viés argumentativo*, intencional ou não, pois, ao captar a realidade e

apresentá-la como um real significado, apresentamos uma versão do mundo filtrada por um olhar subjetivo para posteriormente barganhá-la com nosso interlocutor. Esse processo é orientado por certas intenções – *visadas* – que balizam as situações originadoras dos atos de linguagem e o condicionam às restrições nascidas das características psicossociais dos atores do discurso, das finalidades discursivas do propósito convocado e da realidade material do ato comunicativo.

São essas restrições as responsáveis por determinar a expectativa da troca linguageira. Devido a sua importância na determinação da orientação discursiva, é preponderante ao tipo de análise que estamos propondo o destaque à *finalidade* desse mesmo contrato comunicativo, ainda que seja de rigor imperativo a não dissociação de seus componentes.

Em outras palavras o ato de linguagem é orientado por certas finalidades discursivas – *visadas* –, que, segundo Charaudeau (2004), organizam o discurso em função do tipo de relação psicossociodiscursiva que o locutor tem ou deseja ter com seu interlocutor.

Segundo Charaudeau (2004, p.22):

o nível dos mecanismos do funcionamento é duplo. Ele compreende, por um lado, aquilo que estrutura o domínio de prática em domínio de comunicação, a saber, um conjunto de *situações de comunicação*, e por outro lado, aquilo que ordena a discursivização (*mise en discours*), a saber, um conjunto de procedimentos semiodiscursivos.

Sendo assim, podemos definir *visada* como uma intencionalidade psicossociodiscursiva responsável pela expectativa da troca linguageira, considerada tanto do ponto de vista da instância de produção – *sujeito comunicante* – quanto do ponto de vista da instância de recepção – *sujeito interpretante*.

As visadas são definidas por dois critérios de natureza pragmática: a intenção do *sujeito comunicante* relacionada à função psicossocial que mantém com seu interlocutor e as relações de força inerentes a essa relação psicossocial que o interlocutor deve ocupar. A seguir apresentaremos as oito principais visadas reunidas por Charaudeau (2004):

1. Visada de “prescrição”: o *sujeito comunicante* deseja *mandar fazer* e encontra-se com autoridade para isso, o interlocutor encontra-se então na posição de *dever fazer*.
2. Visada de “solicitação”: o *sujeito comunicante* deseja *saber*, mas está em posição de inferioridade em relação o interlocutor; o interlocutor assume a posição de *dever responder* à solicitação.
3. Visada de “incitação”: o *sujeito comunicante* quer *mandar fazer*, mas, como não possui autoridade para isso, opta por incitar a fazer, devendo *fazer acreditar* – por

persuasão – ao interlocutor, na condição de que obterá algum benefício nessa ação; o interlocutor assume um *dever acreditar*, na crença de que será para seu próprio bem.

4. Visada de “informação”: o *sujeito comunicante* quer *fazer saber* legitimado por sua posição de saber; o interlocutor encontra-se na posição de *dever saber* acerca da existência ou surgimento de fatos ou coisas.
5. Visada de “instrução”: o *sujeito comunicante*, assumindo a posição de *saber fazer* por ser legitimado para isso, deseja *fazer saber-fazer*; o interlocutor está na posição de *dever saber fazer*, consoante aos ditames do locutor.
6. Visada de “demonstração”: o *sujeito comunicante*, assumindo a autoridade de saber, deseja estabelecer a verdade e mostrar provas; o interlocutor assume a posição de “receptor” e “avaliador” dessa verdade.
7. Visada de “captação”: O *sujeito comunicante* deseja *mostrar-se credível*, por estar em uma situação de concorrência com outros locutores, encontra-se engajado na busca do maior número de interlocutores. Essa concorrência obriga ao locutor procurar emocionar seu público, atravessando sua afetividade, a fim de despertar-lhe paixões que aumentem a adesão à informação transmitida.
8. Visada de Pathos<sup>6</sup>: O locutor, estando em posição de autoridade (ou não), quer *fazer sentir* o interlocutor, ou seja, intenciona provocar no interlocutor um estado emocional; o interlocutor está em posição de *dever sentir*.

#### 1.4 A orientação argumentativa do discurso

Como um sujeito, consciente de seu existir no mundo, dotado de vontade e emoções, o homem, por meio da linguagem, avalia, propõe, julga e cria significado para a realidade a ele imposta, mostrando que a linguagem em muito extrapola sua dimensão comunicativa, atribuindo significados e valores ao mundo a nossa volta; ou seja, por meio dela, o homem transforma a realidade bruta em um real significado, dentro de um código psicossociodiscursivo que ancora toda essa criação. “Se a asserção pretende descrever o

---

<sup>6</sup> Em Análise de Discurso o termo *Pathos* relaciona-se aos discursos que agem sobre efeitos emocionais com finalidades estratégicas. Já em retórica, refere-se ao transbordamento emocional, remetendo a um dos três tipos de provas ou argumentos (CHARAUDEAU; MAINGUENEAU, 2006, p. 307).

mundo tal como ele é, ela pode também expressar, e fazer circular, um ponto de vista, pois é raro que um enunciado não comporte uma atividade modal qualquer.” (EMEDIATO, 2013, p. 70).

Quando barganhamos nossa proposta de real com nosso interlocutor em uma situação interlocutiva, estamos na verdade propondo nossa forma de ver o mundo ao nosso interlocutor em substituição à forma de mundo por ele criada, isto é, estamos agindo sobre ele, fazendo emergir, assim, uma dimensão argumentativa da linguagem, como também afirma Koch (2004, p. 17).

A interação social por intermédio da língua caracteriza-se, fundamentalmente, pela argumentatividade. Como ser dotado de razão e vontade, o homem, constantemente, avalia, julga, critica, isto é, forma juízos de valor. Por outro lado, por meio do discurso – ação verbal dotada de intencionalidade – tenta influir sobre o comportamento do outro ou fazer com que compartilhe determinadas de suas opiniões. É por esta razão que se pode afirmar que o **ato de argumentar**, isto é, de orientar o discurso no sentido de determinadas conclusões, constitui o ato linguístico fundamental, pois a **todo e qualquer discurso subjaz uma ideologia**, na acepção mais ampla do termo. A neutralidade é apenas um mito: o discurso que se pretende “neutro”, ingênuo, contém também uma ideologia – a da sua própria objetividade.

Por sua vez, Perelman (1996), responsável por resgatar a retórica em sua essência argumentativa, vê a argumentação como uma forma de provocar a adesão de um auditório (instância de interlocução) a uma proposta por meio de um contato de espíritos em que se pressupõe uma interseção de crenças, desejos, representações sociais, valores assumidos pela *doxa*.

Ele destaca também que, em um processo de interação, diante de um público previamente desconhecido, a determinação de um conteúdo discursivo que promova a adesão das ideias propostas passa necessariamente sobre o conhecimento das posições sociais em que atuam os interlocutores, a fim de que seja possível inferir seus valores, ideologias e crenças: “(...) mais do que seu caráter pessoal, as opiniões de um homem dependem de seu meio social, de seu círculo, das pessoas que frequentam e com quem convive (...)”, (PERELMAN, 1996, p. 23).

Nas redes sociais digitais, a estrutura dos sites, que servem como plataformas para essas redes, são responsáveis por aproximar usuários que, além de manterem forte troca de capital social entre si, compartilham as mesmas representações, crenças, valores e ideologias. Fato esse que viabiliza a circulação redundante de ideias como se reverberassem dentro de uma bolha.

A formação de grupos específicos dentro destes mesmos sites também serve como fator de identificação, permitindo que o processo persuasivo nesses ambientes viabilize mais

concretamente a adesão às propostas: “O importante da argumentação não é saber o que o próprio orador considera verdadeiro ou probatório, mas qual é o parecer daqueles a quem ela se dirige” (PERELMAN, 1996, p. 26).

Outro aspecto inerente a esse ambiente é o caráter replicativo das mensagens, sobretudo em grupos específicos. Num ambiente em que há considerável unicidade de pensamentos, a repetição age persuasivamente, reforçando as representações. “Como nenhuma adesão é conquistada definitivamente, o sujeito que argumenta busca agir sobre as crenças e as representações do outro, se não para mudá-las, pelo menos para confortá-las e reforçá-las” (EMEDIATO, 2013, p. 76).

Em tempo, ainda que não seja escopo de nosso trabalho tratar a argumentação da maneira que a tradição o faz - como um componente dos sistemas lógico (arte de pensar corretamente), retórico (arte de bem falar) e dialético (arte de bem dialogar), baseado no encadeamento de proposições e apelo aos *topoi* -, trataremos a argumentação como uma ação de *efração*<sup>7</sup>, sem destacar a visada argumentativa explicitadora de um cálculo prévio, que organize o discurso com vistas à ação sobre o interlocutor, mas que, por meio da orientação do ponto de vista do interlocutor, em virtude de escolhas lexicais precisas e de forte efeito patêmico na composição das proposições, apresente uma orientação argumentativa (PLATIN, 2008).

Em outras palavras, o que pretendemos mostrar é a natureza subjetiva da enunciação materializada pelo uso intencional dos signos arbitrários que carregam o enunciado de subjetividade por meio de valores, crenças e opiniões veladas, implicando, dessa forma, diretamente a natureza plurissignificativa da linguagem: “Argumentação é um fenômeno complexo que pode fazer interagir esses diversos níveis de atividade na construção e na recepção de uma determinada mensagem.” (EMEDIATO, 2013, p.75).

Não denegamos o fato de que a dinâmica argumentativa é muito ampla e composta de muitas etapas e que, em sua complexidade, permite a interação de diversos níveis de atividade na construção, veiculação e recepção de mensagens, mas, mesmo assim, propomos que, na intenção persuasiva, ela pode configurar-se em critérios que fogem à articulação de sentenças e encontram-se em propostas léxico-discursivas.

Quando utilizamos a língua para referenciar, predicar, aspectualizar ou modalizar a realidade bruta do mundo a nossa volta, fazemos isso por meio do filtro limitado de nossos sentidos e travessado por nossas crenças, ideologias e representações. Considerando o caráter

---

<sup>7</sup> Empregamos em nosso trabalho o conceito de *efração* como uma estratégia de dissuasão cognitiva, segundo a “teoria da agulha hipodérmica” (CHABROL; RADU, 2008).

interativo da linguagem, toda e qualquer situação de troca verbal passa a ser uma oferta de proposta de mundo de um locutor a um interlocutor.

Esse nosso posicionamento encontra escoras no processo de semiotização do mundo apresentado pela Semiologia de Charaudeau.

Como já supracitado, a realidade, em seu estado bruto, não goza de significação para o homem. É em sua ação linguageira, em situação intersubjetiva, que esse sentido é construído. Para Charaudeau essa dinâmica – *processo de semiotização do mundo* – configura um duplo processo: de *transformação* e de *transação*.

O processo de *transformação* consiste na passagem de um “mundo a significar” a um “mundo significado” por meio de quatro operações de ordem linguística: *identificação* – transformação da realidade bruta em identidades nominais por meio de sua nomeação e conceituação, a fim de que possa se tornar conteúdo comunicável; *qualificação* – atribuição de propriedades discriminatórias e especificativas, objetivas ou subjetivas, à realidade bruta, a fim de transformá-la em identidades descritivas; *ação* – inserção dos seres do mundo real em esquemas de ação que lhes conferem uma razão de ser ou de fazer no mundo, transformando-os em entidades narrativas; e *causação* – inserção dos seres do mundo em uma cadeia de causalidade onde se sucedem os fatos do mundo a fim de justificar as ações por eles realizadas ou sofridas, transformando-os em entidades pragmáticas.

O processo de *transação* é o processo responsável por dar uma intenção psicossocial ao evento linguageiro em que se realiza a *transformação* com base nos quatro princípios do contrato de comunicação: *interação (alteridade)*, *pertinência*, *influência* e *regulação*.

Muito embora sejam processos que se realizam de maneira distinta, são hierarquicamente solidários, de maneira que o processo de *transação* regula (orienta) o processo de *transformação*, sobretudo em relação ao princípio da *pertinência*, apoiando-se em alguns elementos como *dispositivo comunicativo*, *projeto de fala*, *lugares de pertença dos grupos*, *os tipos de saberes*, *as representações sociais amalgamadas pela doxa* e *as circunstâncias da troca linguageira*.

Esquema 2 - O processo de semiotização do mundo



Fonte: CHARAUDEAU, 2007, p.14.

Esse esteio teórico corrobora a afirmação de que não há um retrato fiel do mundo real, apenas sua simbolização, de modo que o conceito de verdade se esvaece no conceito de verossimilhança. Verossimilhança essa que se insere num certo *continuum* em relação à maior ou menor proximidade com a realidade bruta de acordo com as intenções do sujeito comunicante e da suscetibilidade do sujeito interpretante.

De acordo com esse aporte teórico, torna-se mais claro o que pretendemos, seguindo as orientações de Amossy (2018) e Emediato (2013), acerca da *dimensão argumentativa* do discurso. A estratégia discursiva baseada na seleção lexical em comunhão com a força influenciadora do *ethos*, embora não expressa por uma visada argumentativa declarada, busca significar os fatos do mundo por uma perspectiva específica – enquadrada –, limitando o interlocutor a uma concepção redutora e orientada dos fatos do mundo e levando-o possivelmente a assumir certos posicionamentos que venham a viabilizar mudanças atitudinais.

Segundo Emediato (2013, p.71),

a dimensão argumentativa permite ao analista dar conta de numerosos discursos que não possuem visada argumentativa declarada, mas que comportam mesmo assim uma intenção de agir sobre as crenças do leitor e suas representações sobre o mundo social.

Por sua vez, Amossy (2018, p. 46-47) comenta que nessa perspectiva

a argumentação não participa somente dos textos que tentam fazer aceitar uma tese bem definida, mas também daqueles que levam a compartilhar um ponto de vista sobre o real, reforçando valores, orientando a reflexão. A noção de dimensão argumentativa permite apreender um aspecto importante do discurso romanescos, bem como captar uma dimensão central das trocas do cotidiano, ou do discurso midiático de informação. A noção de modalidade argumentativa permite reconhecer modos bem diversos pelos quais o discurso orienta uma visão das coisas ou uma opinião. Dessa forma, a argumentação, indo muito além da fala cuja vocação

declarada consiste em persuadir, se inscreve diretamente no discurso e participa das conversações mais ordinárias e dos textos literários menos engajados.

Plantin (*apud* Amossy, 2018, p.43) também se posiciona nessa mesma perspectiva ao afirmar que “toda palavra é necessariamente argumentativa. Isso é um resultado concreto do enunciado em situação. Todo enunciado visa a agir sobre seu sistema de pensamento. Todo enunciado obriga ou incita o outro a crer, a ver, a fazer de outra maneira”.

Isto é, a dimensão argumentativa materializa-se em um discurso que, mesmo na ausência de uma visada argumentativa declarada, intenciona agir sobre as crenças e as representações de mundo do interlocutor.

Como qualquer estratégia argumentativo de viés persuasivo que visa obter a adesão a uma tese, modificar ou reforçar as representações daqueles a quem se dirige o discurso, é de suma importância considerar uma constante adaptação do ato de linguagem às intenções de seu enunciador e às prerrogativas impostas pelo contrato de comunicação, para que a orientação argumentativa adquira força persuasiva suficientemente capaz para provocar a pretendida adesão do interlocutor à proposta *velada* no ato de linguagem para a consequente mudança atitudinal.

Dessa forma, o conhecimento dos valores e das crenças do interlocutor deve ser ponto de partida para o processo, pois, somente assim, o canal psicolinguístico que viabiliza o processo persuasivo estará aberto às sugestões carregadas pelas operações linguísticas envolvidas no processo de *transformação*, uma vez que seleção lexical pode ser peça fundamental em um processo de *efração*, quando a visada argumentativa não é declarada, orientando argumentativamente a maneira como o interlocutor perspectiva o mundo.

A língua, a sociedade e a cultura são elementos indissociáveis, o uso das palavras para nomear os referentes extralinguísticos, transformando as percepções da realidade bruta – ainda não significadas – em objetos mentais passíveis de discernimento e transmissão é uma atividade intrínseca aos seres humanos. Por meio do uso delas, expressamos nossos próprios valores ideológicos e conhecemos os dos outros.

Urge destacar, no entanto, que a palavra – portadora apropriada de valores e ideologias – não apresenta valor absoluto, pois recebe influência direta da cultura em que se emerge, das intenções do indivíduo que a usa e da situação comunicativa em que se veicula. Ou seja, seu valor só é delimitado em uma enunciação e, para cada enunciação, assume um valor e uma

intenção próprios, sendo categorizado e recategorizado em razão da necessidade do homem em sua interação no universo sociocultural.

Ao operarmos por meio dos processos de *identificação* (nomear e conceituar, transformando a realidade bruta em entidades nominais); *qualificação* (discriminar, especificar as propriedades e características – objetivas ou subjetivas - da realidade bruta, transformando-a em uma identidade descritiva), *ação* (inscrever a realidade bruta em esquemas de ação, transformando-a em uma identidade narrativa) e *causação* (inscrever a realidade bruta em uma cadeia de causalidade, permitindo que a sucessão dos fatos do mundo transforme-se em relações de causalidade), estamos organizando de forma complexa por meio de categorias linguísticas o nosso conhecimento sobre o mundo (CHARAUDEAU, 2007).

Assim, uma seleção lexical estrategicamente elaborada e intencionalmente voltada a influenciar o interlocutor a um determinado ponto de vista age sobre o interlocutor orientando sua forma de ver o mundo, ou seja, implicando uma construção de sentido por parte do interlocutor capaz de gerar efeitos de sentido determinados pela situação que viabilizariam mudanças de atitude.

## 2 O UNIVERSO DIGITAL DA INTERLOCUÇÃO

A propósito de um maior esclarecimento acerca das idiossincrasias do componente situacional de que fazem parte os eventos linguageiros de onde retiramos nosso *corpus* de análise, é imperativo apresentarmos alguns conceitos essenciais que atravessam os eventos interlocutivos em *redes sociointerativas digitais* do tipo CMC. Ainda que hoje não haja *aparentemente* limitações interativas no que concerne ao uso das tecnologias digitais, ainda há muito a se entender sobre nossas relações com elas.

É notório que as novas tecnologias comunicacionais originadas da fusão das telecomunicações com a informática, mediante o uso de suportes tecnológicos como o computador potencializado pela internet, geraram uma cultura estruturada por meio de uma conectividade telemática generalizada (LEMOS, 2015).

Essa revolução ocasionou a passagem dos *mass media* para formas individualizadas de produção, difusão e estoque de informação, bem como possibilitou a anônimos a capacidade de expressão e socialização por meio de dispositivos de comunicação mediada pelo computador (CMC), além de gerar uma nova concepção de interação e comunicação, isto é, uma nova prática do ato linguageiro (RECUERO, 2009).

### 2.1 As inovações tecnológicas e suas consequências

As novas tecnologias de comunicação (NTC) deram seus primeiros passos ainda no século XIX com o telégrafo, o rádio e o telefone, mas seu momento mais significativo ascende na fusão das telecomunicações analógicas com a informática sob um mesmo suporte: o computador.

Uma rede de produções culturais – ideias, práticas, representações, textos e ações – passou a se articular nas redes interconectadas de computadores de forma contínua, transpondo para o espaço conectado as culturas humanas em sua complexidade e diversidade.

Esse cenário pós-moderno – cibernético-informático e informacional – faz com que a ciência ou qualquer outra forma de conhecimento sejam vistas sob outro prisma, alterando significativamente o modo de organizar, estocar e distribuir informações como consequência direta do impacto da tecnologia informática sobre a ciência e o saber (FILHO, 2014).

É importante entendermos que a noção de informação é base para a compreensão das mídias digitais, na medida em que, nesse contexto, não é empregada como sinônimo de comunicação, mas, sim, como sinônimo de um “dado” novo, recém-inserido no sistema.

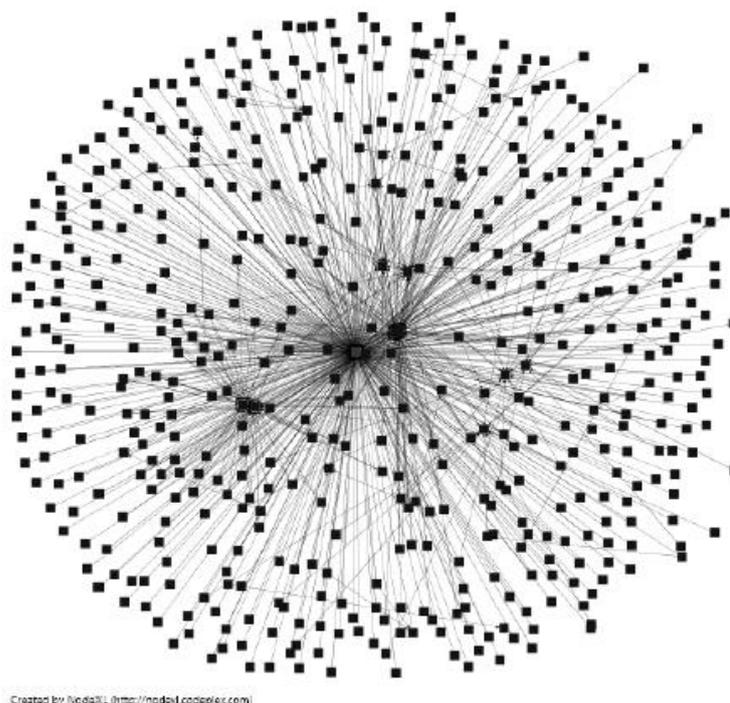
Essa evolução traça o início da passagem do *mass media* e sua comunicação verticalizada, unidirecional, em diagrama de árvore, para formas individualizadas de estoque, consumo, produção e, principalmente, difusão de informação com sua natureza multidirecional em diagrama de rede (LEMOS 2015).

Figura 2 - Disseminação de informação unidirecional, estrutura em árvore (um-todos)



Fonte: MONTEIRO, 2019, p. 58.

Figura 3 - Difusão de informação em rede digital (todos-todos)



Fonte: <http://www.raquelrecuero.com/arquivos/redemensagem.pdf>. Acesso em: 14 abr. 2020.

Por meio desses diagramas, é possível perceber que essas novas tecnologias delegaram maior liberdade individual a seus usuários, quebrando estruturas hierárquicas que dominavam a difusão de informação e, ao mesmo tempo, proporcionando agregações sociais que multiplicam o ponto, não mais centralizado, de emissão de informação.

Um grande fluxo de dados circula de forma instantânea nessas novas tecnologias comunicacionais, agindo de forma preponderante sobre nossa percepção da realidade, à medida que satura nossa memória, trocando a ação de reflexão pela de reflexo.

A *inclusão* e a *apropriação*<sup>8</sup> simbólica e social da tecnologia em nosso dia a dia, mediante a convergência entre o social e o tecnológico redefine a tradicional concepção de espaço/tempo, espaço público e espaço privado, dando origem à *cibercultura*.

A *cibercultura* traz uma série de especificidades às relações humanas, uma vez que, nesse contexto, a sociedade passou a se estruturar por meio de uma conectividade generalizada, ampliando seu potencial comunicativo, proporcionando a intercomunicação sob as mais diversas formas, além de fomentar novos tipos de agregações sociais.

A cibercultura vai se caracterizar pela formação de uma sociedade estruturada através de uma conectividade telemática generalizada, ampliando o potencial

<sup>8</sup> É o produto do uso da tecnologia pelo homem expresso em duas dimensões: uma técnica – caracterizada pelo aprendizado do uso de uma ferramenta digital e uma simbólica – caracterizada pela construção de sentido no uso dessa ferramenta (RECUERO, 2014).

comunicativo, proporcionando a troca de informações sob as mais diversas formas fomentando agregações sociais (LEMOS, 2015, p. 88).

Cada pessoa, ao usar uma infraestrutura técnica de interconexão digital entre computadores para acessar a internet, trocar ou publicar informações, compartilhar dados, publicando informações o faz dentro de um espaço imaterial denominado *ciberespaço*.

O *ciberespaço* é uma rede complexa de inter-relações tecno-sociais, fruto da *cibercultura*, caracterizada por tendência à formação de grupos sociais ou comunidades (tribalismo), ênfase no presente (presenteísmo) e desmantelamento do espaço físico.

o ciberespaço cria um mundo operante, interligado por ícones, portais, sítios e *home pages*, permitindo colocar o poder de emissão nas mãos de uma cultura jovem, tribal, gregária, que vai produzir informação, agregar ruídos e colagens, jogar excesso ao sistema (LEMOS, 2015, p. 88).

Ao que tudo indica, o termo *ciberespaço* foi citado pela primeira vez no livro *Neuromancer*, de William Gibson, publicado em 1984, referindo-se a um espaço imaterial em que seres humanos eram conectados por meio de aparelhos eletrônicos (MARTINHO, 2015).

O *ciberespaço* não é espaço em si, dentro de uma concepção *in loco*, mas um espaço conceitual que é reflexo virtual do mundo físico pela conversão de um mecanismo tecnológico que sirva de interface para uma tela: computador, *smartwatch*, *tablet*, *smarthphone etc.* Em outras palavras, o *ciberespaço* existe de forma latente – enquanto possibilidade – à espera de um acesso (MARTINHO, 2015).

Dessa forma, esses novos *media* eletrônicos adaptados à internet tornaram-se vetores de uma nova concepção de “liberdade” comunicativa, permitindo acesso a um mundo formado por um fluxo incontrolável de conteúdo disposto de forma caótica sem qualquer anuência hierárquica nas mais variadas semioses, onde se igualam autores a leitores, jornalistas a comentaristas, profissionais a amadores. Conforme indica Lemos (2015, p.72), “é pela interatividade digital que possibilidades descentralizadoras do poder podem estabelecer-se.”.

É nesse contexto de novas práticas sociais contemporâneas decorrentes das apropriações comunicativas das ferramentas digitais como o computador para atos de linguagem que nasce a CMC – *Comunicação mediada pelo computador*.

A CMC amplificou a capacidade de conexão, pois, além de permitir comunicação entre indivíduos, permitiu que novos tipos de relações sociais fossem estabelecidos. Ela permitiu que atores pudessem construir-se, interagir, comunicar-se com outros atores, deixando rastros digitais de suas interações – ato de linguagem via CMC –, que permitem o

reconhecimento dos padrões de suas conexões e a visualização das redes sociais a que pertencem.

Como sabemos, a construção do “eu” passa pela percepção do outro (BENVENISTE, 1989), no entanto, uma vez que a CMC não representa comunicação face a face, a percepção de existência do outro nasce com o estabelecimento de atos de linguagem, pois eles constroem a percepção recíproca que os indivíduos têm sobre a existência de seus interlocutores. Destaca-se assim a necessidade de outras ações agregadas ao ato de linguagem, para gerar individualidade, como fotos, avatares, etc.

No *ciberespaço*, a existência é intrinsecamente relacionada à visibilidade, que, por sua vez, depende da apropriação das ferramentas digitais na construção de uma identidade e da interação com outros sujeitos conectados à rede (pessoas, instituições ou grupos – os *nós* da rede). Isso quer dizer que, pela ausência de uma comunicação face a face, os atos de linguagem registrados em rede tornam-se condição de visibilidade.

Além disso, Recuero (2009, p.27) lembra que “é preciso, assim, colocar rostos, informações que gerem individualidade e empatia, na informação geralmente anônima do *ciberespaço*. Este requisito é fundamental para que a comunicação possa ser estruturada”.

Segundo Recuero (2009, p. 36),

(...) a interação mediada pelo computador é também geradora e mantenedora de relações complexas e de tipos de valores que constroem e mantêm as redes sociais na Internet. Mas mais do que isso, a interação mediada pelo computador é geradora de relações sociais que, por sua vez, vão gerar laços sociais.

Foi dessa maneira que a CMC viabilizou novas formas de relação social, pois criou novos modelos comunicacionais e, conseqüentemente, novas formas de organização social. Na medida em que esses novos modelos de sociabilidade são condicionados à interação, é preciso um fluxo constante, ininterrupto de informação – *capital social*<sup>9</sup> – para manutenção dessa estrutura social.

---

<sup>9</sup> O *capital social* é o produto da interação entre os atores, relacionado ao aprofundamento dos laços e à sedimentação dos grupos. É um indicativo da conexão entre pares de indivíduos em uma rede social. No entanto, não há concordância entre os estudiosos que tratam desse tema, salvo pelo fato de que se referem a um valor constituído a partir das interações entre os atores sociais. Por essa razão, não nos cabe aqui seguir de forma aprofundada uma possível proposta de definição, levando-nos, portanto, a harmonizar com a definição de Recuero (2009, p.50) “consideraremos o capital social como um conjunto de recursos de determinado grupo (...) que pode ser usufruído por todos os membros do grupo, ainda que individualmente, e que está embutido nas relações sociais (...) e é determinado pelo conteúdo delas (...)”.

## 2.2 Redes sociais digitais

As relações interlocutivas que nos permitem partilhar ideias, opiniões, atitudes, representações sociais legitimam, de certa forma, um vínculo social, uma identificação entre membros de um grupo – de uma rede social –, pois a partilha materializada pelos eventos linguageiros simboliza uma unidade e gera, ao mesmo tempo, um sentimento de pertença e de contribuição que visa a reforçar aquele mesmo vínculo social.

As representações sociais orientam e organizam nossas relações com o mundo e com nossos vizinhos, atribuindo significado à realidade imposta pelo mundo para transformá-la em um real significado que guie nossas ações. São saberes práticos materializados por imagens e palavras resultantes de experiências e conhecimentos partilhados por um mesmo grupo que nos permitem entender a força coesiva que une essas redes comunitárias: “A partilha serve à afirmação simbólica de uma unidade e de uma pertença. A adesão coletiva contribui para o estabelecimento e o reforço do vínculo social.” (JODELET, 2001, p.34).

A representação social tem com seu objeto uma relação de simbolização (substituindo-o) e de interpretação (conferindo-lhe significações). Estas significações resultam de uma atividade que faz da representação uma construção e uma expressão do sujeito (JODELET, 2001, p.27).

As palavras são vetores da representação social de um grupo, uma vez que a comunicação é condição de sua existência e manutenção, pois o compartilhamento dos conhecimentos e das opiniões de um grupo depende de ação interlocutiva constante que invoque e reforce seus valores (CHARAUDEAU, 2016b).

Assim, as interações construtoras de um grupo humano formam agrupamentos que poderemos denominar *redes sociais*. Essas *redes sociais* sofrem significativas modificações, assumindo certas peculiaridades, ao serem mediadas por dispositivos tecnológicos apropriados como ferramentas comunicacionais.

Dito de outra forma, as relações interlocutivas no *ciberespaço* moldam estruturas comunitárias sociais ou profissionais – *redes sociais digitais* –, onde ocorrem os atos linguageiros. Essas comunidades são agregações formadas por entes que compartilham as mesmas crenças, interesses, valores e representações sociais, e que por essa razão permitem recíproca identificação. Entretanto, ainda que imprescindível, apenas a interação entre seus componentes não serve de alicerce aos laços sociais, uma vez que é essencial o sentimento de

pertencimento ao grupo gerado em razão do compartilhamento de representações sociais, crenças e opiniões.

Uma rede social digital é definida pela associação de dois componentes: os *atores* (pessoas, grupos ou instituições – conhecidos também como *nós* na rede) e suas *conexões* (laços sociais interativos).

Por sua vez Recuero<sup>10</sup> afirma:

Há duas mudanças importantes na representação dos grupos sociais no espaço digital. A primeira delas diz respeito aos atores. Estes dominam de modo muito mais próximo as impressões que são construídas para a audiência (no sentido de Goffman, 1985). Ou seja, um mesmo sujeito pode ter várias representações dentro de uma mesma comunidade, a partir do momento em que tenha vários perfis. A segunda mudança diz respeito às conexões. As conexões nas redes sociais *on line* são diferentes daquelas das redes *off-line*, pois as conexões são também mantidas pelos sistemas, como sites de rede social.

Os *atores* são todas as “pessoas” que atuam na composição da rede social digital, em virtude da sua interação geradora de laços sociais. Na medida em que esses atores não são, necessária e imediatamente, discerníveis no *ciberespaço*, devido ao possível distanciamento espacial com seus interlocutores, eles podem ser identificados por suas representações digitais (construções identitárias do *ciberespaço*): *blog*, *link*, perfil do *Facebook* ou *Twitter*.

Recuero (2009) nos alerta, entretanto, que essas ferramentas “ou suportes” do *ciberespaço* representam, cada uma delas, um *nó* apenas, que não são *atores* sociais propriamente ditos, mas suas representações. São espaços de interação (lugares de fala) apropriados pelos *atores*, a fim de executar, em sua individualidade, os atos de linguagem.

Essas apropriações funcionam como uma presença do eu no ciberespaço, um espaço privado e ao mesmo tempo público. Essa individualização dessa expressão, de alguém “que fala” através desse espaço é que permite que as redes sociais sejam expressas na internet (RECUERO, 2009, p.27).

Ao passo que os *atores* representam os *nós* de rede, as *conexões* – essência das redes sociais digitais – são laços sociais consequentes da interação entre os atores. A percepção de uma *conexão* se dá pelo rastro dos atos de linguagem que permanecem registrados nos suportes das redes sociais (lugares de fala), mesmo que o dispositivo de conexão a rede esteja *off-line* e/ou os atores estejam distantes no tempo e no espaço. As conexões são compostas basicamente de três elementos: a *interação* entre os *atores* (destacando o ato de linguagem em ambiente digital), *relação* e *laços sociais*.

A *interação* é a troca de informação entre os atores responsável pela percepção de sua presença, visto que a capacidade de permanência do ato de linguagem e a possibilidade de

---

<sup>10</sup> Site de internet

recuperação por meio das ferramentas dos suportes de redes sociais digitais substituem a falta de uma comunicação presencial – face a face.

Conforme Recuero (2009), as *interações* entre os atores podem ocorrer no mesmo momento temporal (síncrona), representada, por exemplo, por canais de *chat*, como *Whatsapp* e *Messenger* ou em momentos temporais distintos (assíncrona), quando não há expectativa de resposta imediata (*Facebook*, fóruns de discussão, *Instagram*).

Como característica, a *interação* viabiliza a migração de uma *relação social* para outros suportes de redes sociais ou ferramentas, na medida em que o âmbito da internet propicia relações variadas e em diferentes campos sociais. Além disso, sua regularidade e seu padrão de interações sociais – conflituosas ou não – definem a relação social geradora de laços sociais.

(...) as relações sociais podem ser constituídas das interações de natureza diversa. Entretanto, a diferenciação torna-se importante na medida em que auxilia a compreender os efeitos dessas interações sobre a estrutura de determinadas redes sociais. Não se pode, por exemplo, deduzir que não exista em uma comunidade virtual. No entanto, é preciso que se compreenda que, para que a própria estrutura da comunidade exista, a maioria das interações precisa ser cooperativa (RECUERO, 2009, p. 82).

Destacamos, porém, que a interação, de maneira menos complexa, pode ser exemplificada por outros meios, que não seja o rastro digital dos atos de linguagem. O convite para “amizade” ou para entrada em uma comunidade ou grupo são exemplos de interação em rede que não se consolidam por atos de linguagem, e ainda assim são considerados como exemplos de interação, pois têm reflexo nos atores e na rede social (entrada de mais um integrante).

A mediação pelo computador trouxe relevantes alterações para as *relações sociais* tais como o distanciamento espacial e temporal das pessoas envolvidas na construção da relação social e o anonimato, já que os aspectos físicos não são dados imediatamente a conhecer, favorecendo o início e o término dessas relações, oferecendo novas formas de conhecer pessoas com interesses em comum, permitindo a criação e a manutenção de laços sociais mantidos à distância.

Recuero (2009, p. 37) nos alerta que

(...) a ideia de relação social é independente de seu conteúdo. O conteúdo de uma ou várias interações auxilia a definir o tipo de relação e também possui conteúdo, mas é diferente deste. O conteúdo constitui-se naquilo que é trocado através das trocas de mensagens e auxilia a definição, mas não se confunde com ela, que pode ter conteúdos variados.

Os *laços sociais*, construídos pelas *relações sociais*, são formas institucionalizadas de conexão entre os atores, mantidas por um período de tempo, em virtude da interação social. Dessa forma, ao atravessarmos o estudo da CMC por nossa perspectiva teórica discursiva, consideramos que os *laços sociais* são construídos por uma relação de pertencimento a um grupo, instituição ou local oriunda da interseção entre representações sociais, valores e crenças. Por essa razão, todos esses serem laços também se configuram como relacionais. O que pode ser diferencial nesses laços é o tipo de *interação*: *reativa* (troca de links, convites para amizade etc.) ou *mútua* (ato de linguagem propriamente dito) (RECUERO, 2009).

Esses *laços sociais* ainda podem ser *fortes* – caracterizados pela intimidade (materializada por traços linguísticos), intensidade de interação e tempo de relação; ou *fracos* – caracterizados por relações esparsas (sem traços linguísticos indicadores de intimidade).

Os laços sociais são difíceis de serem percebidos, por isso, na internet. No entanto, a partir da observação sistemática das interações, é possível perceber elementos com o grau de intimidade entre interagentes, a natureza do capital social trocado e outras informações que auxiliam na percepção da força do laço que une cada par (RECUERO, 2009, p.43).

As redes sociais na internet podem ser de dois tipos: as *redes sociais emergentes* (que preferimos chamar de *redes sociointerativas digitais*) e as *redes sociais de associação*.

As *sociointerativas digitais*, como já se pode inferir por nossa definição, são as expressas a partir da interação de seus atores, ou seja, baseiam-se na frequência do ato linguageiro. Também chamadas de *redes sociais emergentes*, já que são constantemente construídas e reconstruídas devido às trocas sociais, caracterizam-se pelo número limitado de atores – haja vista o constante esforço investido de *capital social* para manutenção da relação – laços fortes e riqueza qualitativa na conexão entre atores.

As *redes sociais de associação* (ou associativas) são resultado das conexões estáticas entre os atores que, apesar de contribuírem para estrutura da rede social, não pressupõem interação, pois são apenas consequência dos mecanismos de associação dos sites que servem de suporte para as redes sociais na internet. Recuero (2009, p.89) comenta que “essas redes podem ser muito grandes, muito maiores do que as redes sociais *off-line*, justamente porque manter os laços ali estabelecidos não tem custo para os atores”. Ou seja, a conexão é mantida pelo site de rede social, não exigindo investimento (interação entre os atores). Elas se caracterizam por laços fracos, estáveis.

Podemos, assim, distinguir as redes sociais na internet das redes sociais *off-line*, em razão de as primeiras serem constituída pela mediação de um dispositivo eletrônico de acesso

à internet e serem apresentadas pelas representações dos atores sociais que se conectam por laços constituídos de relações sociais estabelecidas e mantidas pelas ferramentas digitais.

### 2.3 Sites de redes sociais digitais

Os sites de rede social digital são definidos como suportes digitais que dispõem de serviços que permitem ao *ator social*: 1) construir uma representação digital de si – um perfil de publicidade regulável – dentro de um sistema fechado; 2) articular uma lista de interlocutores em potencial com quem compartilhe uma conexão (mantida independentemente do investimento de capital social); 3) munir de mobilidade para ver e percorrer sua lista de conexões dentro do sistema (BOYD E ELLISON, 2007 *apud* RECUERO, 2009, p. 102).

Um ótimo exemplo para isso é o Facebook, pois esta plataforma publiciza as redes sociais dos atores possibilitando também a construção de interações em seu sistema. É bom lembrar que uma característica importante dos sites de rede social consiste em possibilitar o aumento significativo das conexões – mantidas pelo sistema – de seus atores.

Os sites de redes sociais permitiram às pessoas publicar e ampliar suas redes, criando novas conexões e novas formas de circulação de informação (Recuero e Zago, 2009), além de novos modos de interação (Primo, 2006). Mais do que isso, essas ferramentas também propiciaram o advento de novas formas de conversação: conversações coletivas, assíncronas ou síncronas, públicas e capazes de envolver uma grande quantidade de atores (...), Recuero, (2014, p. 123).

A *apropriação* dos sites de redes sociais por seus *atores* gera quatro valores essenciais para entendermos a dinâmica de influência que um *nó* tem sobre os demais *nós*: *visibilidade*, *reputação*, *popularidade* e *autoridade*.

A *visibilidade*, intimamente ligada ao capital social obtido pelo ator, é o valor que permite que os *nós* sejam mais visíveis em rede, amplificando os valores, como informações e suporte social, obtidos por essas conexões, isso quer dizer que quanto mais visível a *conexão* de um *nó* maiores as chances de receber determinados tipos de informação e de receber suporte social quando solicitar.

A *reputação* é o valor relacionado à percepção que os demais *atores* têm sobre um ator. Esse valor merece um especial destaque, porque, representa uma espécie de *ethos* prévio digital dos atores, visto que implica informações prévias sobre quem somos, o que pensamos, do que gostamos e qual a nossa produção discursiva (*capital social* gerado). Isto é, a

reputação, ou *ethos* digital, é a construção imagética dos outros atores sobre nós em uma *rede sociointerativa digital*.

Como afirma Recuero (2009, p. 109), “a reputação de alguém seria uma consequência de todas as impressões dadas e emitidas deste indivíduo”. A *reputação*, assim, pode ser influenciada pelas nossas ações, mas não unicamente por elas, porque também depende das construções dos outros sobre essas ações. Um dos postos-chave da construção de redes sociais na internet é, justamente, o fato de que os sistemas que as suportam permitem um maior controle das impressões que são emitidas e dadas, auxiliando na construção da *reputação*.

Isso nos leva a perceber um controle mais incisivo sobre as impressões geradas pelos atores, implicando diretamente a construção da *reputação* de um ator na rede, principalmente, porque a *reputação* é uma valorosa moeda de troca na hora de selecionar em quem confirmar e com quem gerar mais capital social.

Outro aspecto importante a se destacar é que, como a rede sociointerativa digital é atravessada pelo compartilhamento de valores, crenças e opiniões, a *reputação* torna-se uma percepção qualitativa relacionada a valores agregados. Melhor dizendo, já que os sites de redes sociais digitais permitem maior gerenciamento sobre essa espécie de *ethos* digital, um ator pode produzir impressão de forma intencional, agregando mais valores para si, tornando-se um conector – *cluster*<sup>11</sup>, além de ganhar mais visibilidade.

Segundo Recuero (2009, p. 86) “esses conectores teriam um papel fundamental na topologia da rede, porque seriam os grandes responsáveis pelo compartilhamento das informações em um determinado grupo”. Além disso, a *clusterização* – ação de agregar pessoas – tende a produzir agrupamentos de *nós* muito mais densos do que o restante da rede. Essa *clusterização* seria o processo através do qual as comunidades apareceriam.

A *popularidade* é o valor relacionado à audiência de um ator em um site de rede social – sua posição dentro da rede social digital a que pertence. Tal como a *visibilidade*, também é diretamente influenciada pelas ferramentas dos sites das redes sociais digitais. Apresenta forte relação com a *visibilidade* e a *reputação* na medida em que, por apresentar-se como um *nó* mais centralizado, será mais popular com mais pessoas conectadas, impactando, assim, sua influência sobre outros *nós* da mesma rede.

É interessante destacar também que a *popularidade* está ligada aos *laços fracos*, pois a percepção desse valor alinha-se à quantidade de conexões, como também à quantidade de

---

<sup>11</sup> *Cluster* é o ator capaz de agregar – conectar – pessoas, criando tendências, traçando modas. Esses *clusters* são vulgarmente conhecidos com influenciadores digitais.

comentários em cada informação veiculada e de referências feitas a seu perfil, e não a sua qualidade.

A fim de evitar qualquer confusão conceitual, Recuero (2009, p.112) nos chama a atenção para a diferença entre *visibilidade* e *popularidade*:

Enquanto a visibilidade é um valor relacionado com a capacidade de se fazer visto de cada nó (e, portanto, temos nós que são mais visíveis e nós que são menos visíveis), a popularidade é uma característica relacionada à posição estrutural do nó na rede. Apenas alguns nós são populares, mas todos os nós possuem visibilidade.

Em outras palavras, a *visibilidade* é o valor relacionado à capacidade de ser visto, ao passo que a *popularidade* é o valor relacionado à posição estrutural do *nó* na rede.

Já o último valor, a *autoridade*, é o valor relacionado ao poder de influência que um *nó* possui na rede social em que se encontra agregado à percepção dos outros atores sobre sua reputação (ou seja, seu *ethos* digital), à revelia de sua posição na rede ou da avaliação de sua centralidade e visibilidade.

Ela é normalmente implicada em um domínio sobre determinado assunto ou área de conhecimento. Essa *autoridade* pode ser mensurada, não só pela quantidade de citações que um ator recebe, mas também pela capacidade das informações veiculadas por ele gerarem muitos comentários e interações.

Dito isso, fica evidente que essas formas de interação provindas de nossa relação, cada vez mais dependente dessas novas tecnologias, alteraram substancialmente nossas inter-relações sociais e, conseqüentemente, originaram rituais discursivos que se sedimentam com o tempo, ou seja, novos gêneros textuais.

## 2.4 Novas tecnologias, novos gêneros: uma proposta

Sites como o Facebook são plataformas para exposição e manutenção de redes sociais digitais, de onde a apropriação interativa diária de suas ferramentas faz emergir novos rituais comunicacionais que vão legitimando-se sócio-historicamente por meio da materialização de modelos comunicativos parcialmente estáveis.

O grande sucesso que essas novas plataformas tecnológicas de interação social como o *Facebook* conquistaram diante da população deve-se, em grande parte, ao fato de reunirem, em um só meio, várias formas de expressão, tais como *texto*, *som*, *imagem*, o que lhes dá maleabilidade para a incorporação simultânea de múltiplas semioses, interferindo na natureza

dos recursos linguísticos utilizados (MARCUSCHI, 2010, p.16). Decerto, temos consciência de que muito há a se pesquisar acerca das consequências da inserção dessas inovações tecnológicas em nossas vidas e da indômita apropriação das tecnologias comunicacionais inseridas em nossas relações interpessoais, visto que essas próprias tecnologias vão se modificando e adaptando-se às necessidades de seus usuários.

Inferimos, assim, relações implicativas em que evoluções tecnológicas geram novas tecnologias comunicacionais e essas tecnologias comunicacionais modificam nossas relações interpessoais, viabilizando o nascimento de novos rituais comunicativos que vão se modelando sócio-historicamente em suportes<sup>12</sup> específicos extremamente versáteis e naturais aos ambientes virtuais até criarem novos gêneros textuais.

Não denegamos o fato de que muitos desses suportes apenas colaboram para alterar ritos comunicativos já tradicionais, pois os verdadeiros catalisadores para criação ou modificação de gêneros em ambientes virtuais são a *natureza e a intensidade* de nossa interação interdiscursiva.

(...) os gêneros textuais são frutos de complexas relações entre um meio, um uso e a linguagem. No presente caso, o meio eletrônico oferece peculiaridades específicas para usos sociais, culturais e comunicativos que não se oferecem nas relações interpessoais face a face. E a linguagem concorre aqui com ênfases descoladas em relação ao que conhecemos em outros contextos de usos (MARCUSCHI, 2010, p. 23)

Isto é, ainda que peculiaridades formais como estrutura, linguagem e suporte possam determinar um gênero em questão, eles não são definidos apenas por esses aspectos formais, mas, destacadamente, por seus aspectos sociocomunicativos e funcionais (MARCUSCHI, 2002).

Os ambientes virtuais de comunicação reúnem variadas formas de expressão, múltiplas semioses e, por isso, são extremamente versáteis, pois moldam-se às necessidades das situações comunicativas, materializando-se em gêneros.

Associadas a essas diversas formas de expressão, a hipervelocidade e a interconexão por rede a vários usuários no mundo fizeram com que a CMC interferisse em nossas práticas sociais, ressignificando nossas formas de comunicação.

---

<sup>12</sup> (...) entendemos aqui como suporte de um gênero um *locus físico* ou *virtual* com formato específico que serve de base ou ambiente de fixação do gênero materializado como texto. Pode-se dizer que suporte de um gênero é uma superfície em formato específico que suporta, fixa e mostra um texto (MARCUSCHI, 2008, p. 174).

E ao considerarmos os gêneros formas de expressão de nossas relações culturais de expressão, não podemos desconsiderar que também são responsáveis por representar relações de poder, refletindo estruturas hierárquicas (MARCUSCHI e XAVIER, 2010).

Suportes como o site de redes sociais Facebook, em razão da apropriação original de suas formas comunicativas, além de alterarem muitos gêneros já existentes, fazem emergir novos padrões comunicacionais que originam novos gêneros como, por exemplo, o *post* (ou postagem) (MONTEIRO, 2020).

Nascida como um gênero textual típico dos suportes sociointerativos digitais usado para divulgação de informações sobre os mais variados temas, a *postagem* é o gênero textual digital de maior destaque no *Facebook*. Em combinação com outro gênero digital – *comentário* –, são componentes fundamentais do ato comunicativo nesse suporte, pois representam o espaço interno – *espaço do dizer* – onde atuam os seres da palavra – perfil, os protagonistas, que, aqui – em ambiente virtual – são representados pelos perfis dos EUE e TUD. (MONTEIRO, 2020, p. 48-49).

A estruturação da postagem muito se assemelha a uma interação típica da oralidade pela representação da troca de turnos e da cooperação entre os interlocutores para construção e reconstrução de significado.

Já como resultado de uma enunciação, ela dá origem a uma interação na presença de vários interlocutores – conhecidos ou não – que muitas vezes compartilham as mesmas representações sociais. Seu caráter multimodal e sua dimensão comunicativa regulável (multidirecional ou restrita), mescla muitas semioses, embora sempre se estruture em modalidade escrita (BERNARDO, 2014).

Com base nesse esteio teórico, encontramos na *postagem* características básicas que a permitem ser classificada como gênero textual de caráter informativo, hipertextual e multimodal, restrito ou multidirecional agregador de múltiplas semioses, típico de sites de redes sociais.

### 3 MODALIDADE

Como estudiosos da linguagem, somos conhecedores da capacidade de criação que a palavra possui na simbolização do mundo que nos cerca (processo de semiotização do mundo).

Por consequência, também somos cientes de que não há fenômeno de simbolização do mundo bruto que não passe por um filtro subjetivo. Em virtude disso, não concebemos como possível a existência de qualquer ato de linguagem isento de subjetividade, ainda que consideremos estratégias linguísticas que busquem o apagamento dessas marcas.

Ao cogitarmos a possibilidade da imposição de um sujeito no apagamento intencional dessas marcas na linguagem inferimos também que essas marcas podem ser explícitas – mais marcadas – que outras, mas nunca ausentes.

#### 3.1 Considerações acerca da modalização e da modalidade

A *Modalidade* é o modo pelo qual o significado de uma proposição é qualificado de maneira a refletir o julgamento do falante sobre a probabilidade de ser verdadeira a proposição por ela expressa. (QUIRK, 1985 *apud* NEVES, 2002).

Quando é apresentada com a mesma acepção de *modo*, é um constituinte imediato da proposição (*dictum*), sendo responsável pela definição dos estatutos da frase: *declaração* (afirmação ou negação), *interrogação*, *exclamação* (ênfase), *ordem* (DUBOIS, 2014).

Dubois (2014) também destaca que, segundo a perspectiva da Lógica clássica, *modalidade* são os diversos modos de considerar o predicado da frase (*dictum*) verdadeiro, contingente (ou necessário) ou provável (ou possível).

Charaudeau e Maingueneau (2002), assim como Dubois (2014), destacam que o conceito de *modalidade* varia de acordo com as perspectivas empregadas, confirmando sua origem na lógica. “As modalidades são facetas de um processo mais geral de modalização de atribuição de modalidades ao enunciado, pelo qual o enunciador, em sua própria fala, exprime uma atitude em relação ao destinatário e ao conteúdo de seu enunciado”, Charaudeau e Maingueneau (2006, p. 334).

Segundo a lógica clássica, a *modalidade* pode ser dividida em dois sentidos um mais estrito, relacionado à modificação gradual impressa pelo locutor sobre o *dictum*, em razão das ideias de *necessidade*, *impossibilidade*, *possibilidade* ou *contingência* (conhecidas como modalidades lógicas) e outro mais amplo, relacionado à modificação do *dictum*, em razão do emprego de modalizadores – elementos linguístico-discursivos, paralinguísticos ou suprasegmentais responsáveis por modificar o *dictum*, mostrando graus de comprometimento do locutor com o conteúdo enunciado.

Por sua vez, o conceito de *modalização* também não encontra passividade de opiniões entre os pesquisadores que se detêm em seu estudo. Dubois (2014, p.384) define *modalização* como “a marca dada pelo sujeito a seu enunciado”, partindo de três conceitos: *distância* – a relação entre o sujeito e a realidade bruta expressa de forma gradual por seu enunciado, em que a *distância máxima* representa seu enunciado como parte integrante de mundo dissociado dele e a *distância mínima* representa total envolvimento do falante em seu enunciado; *transparência* – representação, de forma graduada, do apagamento da presença das marcas do sujeito da enunciação, permitindo que seja identificado seu comprometimento com o enunciado; e *tensão* – relação entre o falante e o ouvinte por meio de categorias linguísticas (ser/ estar e ter – *tensão mínima*, querer, poder, ter de, dever - *tensão máxima*, mostrar, mostrar a ação do locutor sobre o interlocutor).

Charaudeau e Maingueneau (2006) tratam *modalização* como a atitude do falante acerca de seu próprio enunciado, expressa por meio de marcas linguístico-discursivas, paralinguísticas e suprasegmentais, “a modalização pode ser explicitada por marcas particulares, ou manter-se no implícito do discurso, mas ela está sempre presente, indicando a atitude do sujeito falante a seu interlocutor, a si mesmo e a seu próprio enunciado”, (CHARAUDEAU e MAINGUENEAU, 2006, p. 337).

Já Castilho e Castilho (2002), tomando como referência a dicotomia tradicional *dictum* e *modus*, consideram *modalização* como a expressão do relacionamento do falante com o conteúdo proposicional por ele expresso (*dictum*), avaliando-o acerca da forma escolhida para verbalização de seu conteúdo.

Percebe-se dessa forma que o conceito de *modalização* circunscreve o de *modalidade* em situações atravessadas pelas posições psicossociais assumidas entre o locutor e o interlocutor em termos pragmáticos, levando-nos a concluir que a *modalidade* é um fenômeno natural a qualquer ato de linguagem.

Nesse esteio, buscaremos abordar o fenômeno da *modalidade* a partir de duas perspectivas: uma de caráter linguístico, em que nos apoiaremos nos insumos teóricos de

Raposo *et al.* (2013) em diálogo com outros teóricos lastreados por uma visão gramatical do fenômeno; e uma de caráter enunciativo, tomando como âncora a Teoria Semiolinguística do discurso de Charaudeau (2016).

Para nosso desenvolvimento, consideraremos *modalidade* como sinônimo de *modalização*, destacando, assim, as marcas de julgamento do sujeito comunicante sobre o conteúdo da proposição e pretendendo, assim, evitar as diferentes definições acerca do fenômeno, uma vez que o conceito é estudado por muitos autores pertencentes a abordagens teóricas diferentes, resultando em uma pluralidade conceitual.

Além disso, privilegiaremos exemplos linguísticos que reflitam a natureza categorial dos exemplos que compõem nosso *corpus*, ainda que não pertençam ao mesmo contexto de produção linguageira, para servir de ilustração que julgemos necessária aos conceitos expostos.

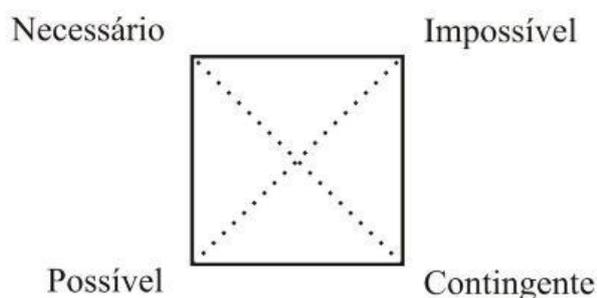
Segundo Neves (2006; 2002) e Castilho e Castilho (2002), a tradição lógica reconhece que uma sentença é formada por dois componentes, um proposicional (*dictum*), constituído de sujeito e predicado; e um modal (*modus*), um juízo sobre o conteúdo da proposição.

Esse juízo realiza-se de duas formas: 1) a maneira como o sujeito comunicante apresenta o conteúdo proposicional (modalidade) – assertiva, interrogativa, e jussiva; 2) o envolvimento, julgamento sobre o conteúdo da proposição (modalização) (NEVES, 2002; CASTILHO, CASTILHO, 2002).

### 3.2 Primeiras considerações

Aristóteles determinou as primeiras orientações sobre modalidade por meio de um quadrado lógico em que, a partir das modalidades fundamentais do *possível* e do *necessário* – base da subtipologização que apresentaremos –, são definidos, por negação, seus contrários o *impossível* e o *contingente*.

Figura 4 - Quadrado lógico de Aristóteles



Fonte: Internet<sup>13</sup>. Acesso em: 04/04/2020

Fazendo referência às noções de *verdade* e/ou *falsidade* das sentenças proposicionais, as primeiras modalidades – *aléticas* (do grego *alētheia*, “verdade”) ou aristotélicas – mudaram o conceito de verdade como algo absoluto para algo *necessário* ou *contingente*. A partir daí, os lógicos apresentaram outros dois eixos conceituais: o do *conhecimento* e o da *crença* – modalidade *epistêmica* (do grego *epistēmē*, “ciência”); e o da conduta – modalidade *deôntica* (do grego *déon*, “que é preciso”) (NEVES, 2006).

As *aléticas* tratam da *possibilidade* e da *necessidade* lógicas, a partir da referência das noções de *verdade* e/ou *falsidade* das sentenças proposicionais. Porém, conquanto sejam centrais na lógica, são inconsistentes nas línguas naturais, pois são definidas como representações de asserções totalmente isentas de intenções que se organizam apenas segundo a lógica interna de seus componentes, já que estão relacionadas às noções de *verdade* e/ou *falsidade* dentro de uma escala que vai do *necessário* ao *impossível*.

Além disso, a *verdade* e a *falsidade* dos conteúdos proposicionais são relativizadas aos saberes de *conhecimento* e de *crença* de uma comunidade, em vez de serem avaliadas em termos absolutos, pois o grau de “certeza” da verdade de uma proposição está intrinsecamente relacionado à possibilidade ou necessidade da proposta de mundo pelo discurso apresentado.

Urge destacar também que as modalidades *aléticas* não constituem noção privilegiada de investigação orientada a tratar de ocorrências reais em línguas naturais (como as que compõem nosso corpus de análise) e em virtude disso não será foco de nossa atenção.

### 3.3 Modalidade: por uma perspectiva linguístico-gramatical

<sup>13</sup> [http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S1677-11682012000200002](http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-11682012000200002).

A *modalidade*, nessa perspectiva, é a representação, por meio de ferramentas linguísticas de caráter lexical, morfológico, sintático ou prosódico, de opiniões ou atitudes de um sujeito comunicante na materialidade do conteúdo proposicional. Em outras palavras, “(...) é a forma de exprimir, por meios linguísticos, atitudes e opiniões dos falantes ou das entidades referidas pelo sujeito sobre o conteúdo proposicional dos enunciados que produzem” (RAPOSO *et al.*, 2013, p.623) em uma situação languageira, revelando um conjunto de relações em graus variáveis de intensidade, entre sujeito comunicante, sujeito interpretante, conteúdo linguístico e realidade objetiva.

Sob o sistema conceitual da *possibilidade* (capacidade do sujeito na realização de algo ou permissão concedida ao sujeito para execução de algo) e da *necessidade* (obrigação do sujeito em reação a essa necessidade), a *modalidade* pode incidir sobre várias áreas semânticas das quais quatro são objeto de estudo mais sistemático (RAPOSO *et al.*, 2013): *crença; obrigação e permissão; capacidade e necessidade internas dos indivíduos; e volição*.

O valor de *crença* – associado à modalidade *epistêmica* – avalia dentro de um *continuum* os graus de certeza ou de probabilidade acerca do conteúdo proposicional da sentença: “*Estou certo de que executaremos a tarefa com perfeição*”, “*É muito provável que Elisama se atrase*”, “*É possível que Flamengo leve também esse campeonato*”, “*Não há dúvidas de que houve roubo*”.

O valor de *capacidade* – associado à *necessidade disposicional (ou habilitativa)* ou à *capacidade* internas – avalia a capacidade (ou viabilidade) física ou psicológica do sujeito em realizar algo: “*Ela sabe se defender de quedas*”, “*Os alunos já são capazes de resolver isso sozinhos*”.

O valor de *permissão/autorização*, de imposição de uma obrigação – associado à modalidade *deôntica* – avalia o caráter injuntivo ou permissivo de uma sentença, considerando as relações psicossociais em jogo no ato languageiro: “*Você tem de retirar o lixo todas as noites*”, “*Só permito que você saia, se levar seu irmão.*”, “*Eu posso te emprestar o caderno nesse fim de semana.*” Destaca-se que a permissão ou a obrigação podem ser ou não controláveis pelos sujeitos da situação languageira de acordo com as funções psicossociais estabelecidas entre eles e as influências de fatores externos independentes dos participantes.

O valor de *volição*<sup>14</sup> (ou *desejo*) – associado à modalidade *desiderativa* (*bulomaica* ou *volitiva*) – avalia a propensão, o desejo expresso sobre o conteúdo proposicional: “*Espero que vocês sejam aprovados no concurso.*”; “*Quem dera que estivéssemos em sua situação*”.

Cabe lembrar que, em razão de outras abordagens teóricas, é possível a identificação de outras modalidades, assim, não nos coube a pretensão de esgotar as possibilidades com nossos exemplos, entretanto reiteramos que embora tenhamos apresentado as cinco modalidades acima, nossa pesquisa concentra-se na *modalidade deôntica*.

### 3.3.1 Formas de expressão da modalidade ou manifestações

Os valores modais podem ser semioticamente expressos na modalidade oral, por meio de índices *paralinguísticos*: gestos, proxêmica, cores, expressões faciais; *suprasseguimentais*: prosódia, fluxo verbal, intensidade; e/ou *linguísticos*: a categoria de modo, expressa morfologicamente, o léxico e a estruturação sintática.

1. *Índices paralinguísticos*: gestos – em nossa cultura, movimento com o punho de cima para baixo ou dedo indicador apontado para o interlocutor em reforço a uma proposição indicadora de valor deôntico; dedo indicador (ou polegar), voltado para o próprio peito do enunciador em reforço a uma proposição indicadora de valor epistêmico.
2. Formas lexicalizadas: a) *verbos predicadores plenos* (veiculadores de valores modais): *saber, crer, permitir, obrigar, precisar (de)*, etc.; b) *verbos semiauxiliares*<sup>15</sup>: *poder, dever, ter (de), haver (de)*; c) *advérbios e locuções adverbiais*: *possivelmente, necessariamente, provavelmente, talvez, certamente, se calhar*, etc.; d) *nomes adjetivos* (em posição predicativa): *possível, provável, certo, duvidoso, obrigatório, necessário*, etc.; e) *nomes substantivos*: *possibilidade, probabilidade, necessidade*, etc. (RAPOSO *et al.*, 2013; NEVES, 2006).

<sup>14</sup> Neves (2002) considera a *volição* um dos valores da modalidade deôntica.

<sup>15</sup> De acordo com enunciação, esses verbos podem expressar diferentes valores modais, gerando assim ambiguidades nas proposições em que se encontram. Isso nos mostra um estágio inicial do processo de gramaticalização para que se consolide como um verbo auxiliar, fato esse que justifica nossa opção por essa definição, que também encontra eco em Raposo (*et al.*, 2013).

2.a) Entendo sua compulsão de puxar o saco da milicada às minhas custas,

2.b)

Se é verdade o que diz Barry Millington (excelente biógrafo de Richard Wagner), que a fama de um cidadão pode-se medir pelo número de malentendidos que circulam a respeito dele, creio que posso me considerar o brasileiro mais famoso de todos os tempos. Ninguém na

2.c) nada, exceto por dois detalhes alarmantes: Primeiro: A opinião jornalística tonou-se praticamente uniforme em todo o mundo,

2.d) em quando ele capricha tanto na imbecilidade arrogante que é impossível deixar de notá-la.

2.e) Por caridade, não me enviem mensagens.

3. Categorias morfológicas: a) *sufixo derivacional*: -vel (associado ao valor modal de possibilidade) lavável, concebível, solúvel, tratável, aceitável, removível, etc.; b) *aspecto e tempo verbais* (normalmente associados a formas lexicalizadas); c) *modos verbais*: indicativo, subjuntivo, imperativo.

3.a) de coelhos". Com a possível exceção dos professores universitários, não há classe social que supere a dos jornalistas em número de idiotas

3.b) *Tempos verbais (futuro do pretérito do indicativo)*

Nunca fui nem pedir minha aposentadoria de jornalista porque para isso teria de confessar que um dia pertenci a essa classe de

Aspecto verbal

Na ocasião, senti-me ofendido nos meus brios patrióticos, mas hoje começo a suspeitar que o homem tinha razão.

3.c) *Modo verbal (imperativo)*

Não tenham a menor dúvida: todas as ações de tipos como Dória e Wtitzel, da mídia inteira, de deputados e senadores tipo Joice e

4. Recursos sintáticos<sup>16</sup>: a) “atenuação da participação do locutor: unipessoalização, primeira e terceira pessoas do plural; b) apassivação.

4.a) “Conclui-se então que os alunos foram o responsáveis por isso.”; “Levaram tanto tempo para construir esse edifício para agora ficar neste estado.”

4.b) “Os e-mails dos auditores da Receita Federal foram invadidos nesse fim de semana.”

Obedecendo a fatores contextuais ou cotextuais, essa diversidade para as expressões de modalidade implica graus diferentes de intensidade que podem ser expressos em um *continuum* no qual os extremos apresentam um valor mais forte e um valor mais fraco, por exemplo, *ter de* para o primeiro caso e *dever* para o segundo, ambas expressões da modalidade deôntica.

### 3.3.2 Modalidade Deôntica

A modalidade deôntica ancora-se em uma relação interlocutiva entre duas entidades de forma que uma dessas entidades outorga uma *permissão* ou estipula uma *obrigação* sobre a outra entidade. Isto é, os conceitos de *permissão* e *obrigação* envolvem uma interação em que um *sujeito comunicante* permite ao sujeito interpretante a realização de uma ação ou assunção de determinado comportamento; ou obriga-o a realizá-los.

Essa modalidade pode ser apresentada dentro de um aspecto gradual de controle da situação: *maior controle* (com maior participação do ente denotado), quando representa imposição oriunda de razões psicossociais; e *menor controle* (com menor participação do ente

---

<sup>16</sup> Nota-se que alguns desses recursos, embora marquem a presença do falante no enunciado, não se relacionam diretamente aos valores modais vistos (canônicos).

denotado), quando representa imposição oriunda de razões externas<sup>17</sup> aos entes implicados no ato linguageiro (fenômenos físicos, por exemplo). “A imposição de uma obrigação está associada, em primeiro lugar, a possibilidade de controlo (*sic*) da situação pela entidade que está sujeita a obrigação (...)”, (RAPOSO *et al.*, 2013, p.638).

Raposo *et al.* (2013) também afirmam que a ideia de maior controle está relacionada à preferência pela enunciação deontica em casos onde é possível haver ambiguidades entre o valor epistêmico e deontico, ambiguidades essas só possíveis em razão do valor lexical de alguns verbos, mas que podem ser desfeitas mediante o contexto situacional ou fatores paralinguísticos e suprasegmentais.

A expressão da modalidade Deontica por meio de semiauxiliares elenca tradicionalmente os verbos *dever*, *poder*, *ter* (de/que), *haver* (de) e seus valores deonticos expressam-se obedecendo a aspectos cotextuais e contextuais, pois em determinadas construções e/ou situações um valor deontico mais forte pode ser percebido como mais enfraquecido e vice-versa.

### 3.4 Modalidade: por uma perspectiva da enunciação

Do ponto de vista do ato de linguagem – a encenação enunciativa –, o sujeito comunicante, ao se apropriar das categorias de língua, deixa marcas de sua subjetividade em graus variados, ou seja, modaliza seu enunciado. Nas palavras de Charaudeau (2016, 1992), modalidade é definida como uma categoria do discurso responsável por indicar o modo como o sujeito falante age na encenação do ato de linguagem, detendo-se aos protagonistas do ato linguageiro – as imagens discursivas dos sujeitos reais da comunicação –, isto é, os seres da fala.

De forma despretensiosa, porém, colaborativa, podemos definir enunciação como o ato de pôr em situação de discurso as categorias da língua, organizando-as de modo a representar a posição ocupada pelo falante diante de seu interlocutor e diante do mundo a sua volta em relação ao que ele diz (CHARAUDEAU, 2016, 1992). Fica evidente, então, que a modalização não constitui toda a enunciação, sendo, sim, um de seus componentes.

---

<sup>17</sup> Não consideraremos a “modalidade externa” apresentada por Raposo *et al.* (2013), como mais um expressão de modalidade e, sim, uma variável expressiva inerente às modalidades Epistêmica e Deontica, pois entendemos que a permissão, a necessidade e a obrigação – intrínsecas à modalidade deontica – expressam-se por fatores internos (relações psicossociais) ou externos (situação, fatores físicos...).

Do ponto de vista de sua manifestação, a enunciação comporta marcas dessas diferentes posições do sujeito falante; às vezes esses índices se constituem em categorias formais (pronomes pessoais, demonstrativos, tempos e modos verbais, etc.), às vezes eles são mais discretos e assumem a forma de um adjetivo ou de um advérbio, às vezes é na organização do discurso que eles devem ser encontrados (...) (CHARAUDEAU, 1992, p. 572).<sup>18</sup>

Sendo assim, podemos dizer que a modalidade, em perspectiva enunciativa, expressa-se por meio de três atos enunciativos de base que correspondem a uma posição particular do sujeito comunicante – seu comportamento – durante sua enunciação: *alocutivo* (representa o comportamento de influência do sujeito comunicante sobre o sujeito interpretante, revelada por marcas na enunciação, ao impor-lhe o conteúdo de seu discurso), *elocutivo* (representa a assunção do ponto de vista do sujeito comunicante, revelada por marcas em sua enunciação) e *delocutivo* (representa a encenação de isenção do sujeito comunicante e do sujeito interpretante em relação ao conteúdo enunciado, ou seja, a fim de eximir-se de qualquer influência acerca da enunciação, o sujeito comunicante apaga as marcas enunciativas que lhe implicariam e a seu interlocutor, permitindo a assunção de um enunciado *imparcial*) (CHARAUDEAU, 2016, 1992).

As marcas enunciativas que permitem determinar um ato enunciativo, como já elencadas no tópico anterior<sup>19</sup>, podem apresentar natureza mais explícita como por meio de advérbio e locuções adverbiais, pronomes pessoais, nomes substantivos e nomes adjetivos de caráter axiológico, prosódia, verbos semiauxiliares, verbos plenos modos ou de forma menos explícita como a estruturação sintática, a organização textual, entonação<sup>20</sup>.

No entanto, cabe frisar que a análise da situação de comunicação atravessa de forma decisiva a identificação da relação dessas marcas com suas respectivas modalidades enunciativas, uma vez que algumas dessas marcas podem transitar entre uma ou outra modalidade.

Charaudeau (1992) também nos afirma que cada um desses atos enunciativos é especificado por subcategorias – modalidades enunciativas – correspondentes a cada um dos atos: *a injunção, a interrogação, a interpelação, a autorização, a advertência, a julgamento, a sugestão, a proposta, o aviso, a petição, a interrogação*, para o ato *alocutivo*; *a*

<sup>18</sup> *Du point de vue de la manifestation, l'ènonciation comport des indices de ces différent positions du sujet parlant; parfois ces index se constituent em systèmes formeles ( pronomns personnels, démonstratifs, temps, modes, etc.), parfois ils se font plus discrets et prennent la forme d'un adjectif ou d'un adverbe, parfois encore c'est dans l'organisation du discours qu'il faut les chercher(...).*

<sup>19</sup> Modalidade: por uma perspectiva gramatical

<sup>20</sup> A prosódia e a entonação são marcas naturais do discurso oral, no entanto é possível suas representações por meio de recursos gráficos como representação de uma letra em negrito ou caixa alta.

*constatação, o saber/ a ignorância, a opinião, a apreciação, a obrigação, a promessa, o acordo, a possibilidade, o querer, a aceitação/a recusa, o acordo/ o desacordo, a declaração, a proclamação, para o ato elocutivo; e a asserção e o discurso relatado, para o ato delocutivo.*

No comportamento *alocutivo*, o sujeito comunicante assume seu ponto de vista, implicando o sujeito interpretante com seu modo de dizer e impondo-lhe um comportamento de acordo com o tipo de relação estabelecida pelo contrato comunicativo:

- a) *Relação de superioridade: o sujeito comunicante impõe ao sujeito interpretante a execução de uma ação, por meio das seguintes modalidades:*

	Definição	Marcas linguísticas de identificação
<i>Interpelação</i>	O sujeito comunicante assume um estatuto autorizado por seu interlocutor, marcando-se na enunciação e destacando seu interlocutor, por meio de uma marca enunciativa de interpelação que o discrimine diante de outros e o faça responder à interpelação.	Pronomes de tratamento (formais e informais), frases interjetivas, nomes substantivos personativos (ou formas apreciativas de identificação usadas de forma apelativa).
<i>Injunção</i>	O sujeito comunicante impõe-se de forma incisiva em virtude de uma autoridade/poder de que é representante, enunciando uma ação a ser executada por seu interlocutor, uma vez que o considera detentor de competência para isso. O interlocutor, por sua vez interpreta a enunciação como uma obrigação incontestável a ser realizada, pois sua inobservância gerará sanções.	Frases imperativas e interjetivas (estas denotadores de injunção), formas verbais (com marcas flexionais de primeira pessoa), variações de entoação, uso de verbos com valor lexical denotadores de injunção.
<i>Autorização</i>	* É uma variação da injunção em que o sujeito comunicante vale-se de sua autoridade para garantir um direito ao interlocutor. Esse, por sua vez, tem a opção de fazer valer esse direito ou não.	Verbos plenos e semiauxiliares, formas verbais imperativas.
<i>Advertência</i>	O sujeito comunicante apresenta em seu enunciado uma ação cuja realização remete a uma condição. Supondo que seu interlocutor pode ignorar sua intenção, declara-lhe os riscos iminentes a obliterar as intenções no enunciado.	Verbos plenos e semiauxiliares
<i>Julgamento</i>	O sujeito comunicante assumindo uma autoridade moral reconhecida pelo interlocutor enuncia um julgamento (crivo), positivo ou negativo, sobre os atos do interlocutor. O interlocutor, por sua vez, supõe ter realizado um ato suscetível de um crivo ou reprimenda, e por isso, encontra-se como alvo de um julgamento.	Verbos plenos e semiauxiliares, nomes substantivos e adjetivos de valor axiológico.
<i>Sugestão</i>	O sujeito comunicante, assumindo uma autoridade detentora de “saber”, enuncia uma ação a ser (ou não) realizada pelo interlocutor como um meio de auxiliá-lo, supondo que ele esteja em uma situação desfavorável. O interlocutor, por sua vez, ao assumir a situação desfavorável em que se encontra, faculta em aceitar, ou não, a proposta, a fim de sair da situação em que se encontra.	Verbos plenos, expressões e locuções condicionais.

<i>Proposta</i>	O sujeito comunicante, assumindo uma posição de “poder fazer” enuncia uma ação a ser realizada em benefício de seu interlocutor ou em benefício de ambos. O interlocutor, por sua vez, acha-se na posição de aceitar, ou não, a proposta, sendo beneficiário ou cobeneficiário dela.	Verbos plenos, perífrases verbais, frases interrogativas.
<i>Aviso</i>	O sujeito comunicante anuncia em seu enunciado uma ação a realizar (ligada ou não a uma condição), supondo ser seu interlocutor desconhecedor do conteúdo do enunciado. Ao anunciar o conteúdo do enunciado, o sujeito comunicante busca prevenir seu interlocutor de qualquer risco. O sujeito interpretante, por sua vez, até o momento da enunciação, desconhece as intenções do sujeito comunicante.	Verbos plenos, perífrases verbais, frases imperativas.

b) *relação de inferioridade*: o sujeito comunicante não se encontra em posição de autoridade para impor a execução de uma ação, por isso recorre ao pedido, por meio das modalidades de *petição* ou *interrogação*.

<i>Petição</i>	O sujeito comunicante consciente de sua impotência diante de uma situação desfavorável estabelece uma solicitação em seu enunciado – uma ação a ser realizada por seu interlocutor –, pois o considera apto a realizar a ação requerida.	Verbos plenos, perífrases verbais, frases interrogativas ou exclamativas.
<i>Interrogação</i>	O sujeito comunicante põe em seu enunciado uma informação a ser adquirida, assumindo a sua ignorância acerca dessa informação, e propõe ao sujeito interpretante que responda à informação requerida, por considerá-lo competente para isso. O sujeito interpretante se vê na obrigação de responder alguma coisa, ainda que tenha consciência de que a negação da resposta não implicará sanção.	Pronomes de tratamento (formais e informais), pronomes interrogativos.

No comportamento *elocutivo*, o sujeito comunicante enuncia seu ponto de vista sobre o mundo, modalizando o verdadeiro propósito do enunciado, sem que o sujeito interpretante esteja implicado nessa tomada de posição. Esse ponto de vista sobre o mundo pode ser expresso por meio de:

a) um *modo de saber* – exprimindo a forma pela qual o sujeito tem conhecimento sobre um propósito –, com as modalidades de *constatação* e de *saber/ignorância*;

<i>Constatação</i>	O sujeito comunicante toma consciência de um fato o qual se limita a observar de forma objetiva. O interlocutor, não implicado nessa modalidade, é testemunha da constatação.	Verbos plenos
<i>Saber/Ignorância</i>	Uma informação é pressuposta e o	Verbos plenos, perífrases verbais

	sujeito comunicante posiciona-se quanto a ter conhecimento ou não sobre ela, respectivamente, modalidades saber/ignorância. O interlocutor não é implicado, assumindo apenas a posição de testemunha desse saber ou dessa ignorância.	
--	---	--

b) uma *avaliação* – indicando a maneira pela qual o sujeito julga um propósito –, com as modalidades de *opinião* e de *apreciação*;

<i>Opinião</i>	Um fato pressuposto provoca o posicionamento do sujeito comunicante de acordo com seu próprio universo de crenças, por meio de um ato de convicção (o sujeito comunicante expressa certeza total) ou de suposição (o sujeito comunicante apresenta graus diferentes de certeza). O interlocutor não é implicado nessa modalidade, assumindo apenas o papel de testemunha da opinião do sujeito comunicante.	Verbos plenos, perífrases verbais.
<i>Apreciação</i>	Diante de um fato o sujeito comunicante realiza uma avaliação de ordem afetiva – um juízo de valor – necessariamente polarizada (julgamento favorável ou desfavorável). É importante destacar que a avaliação pode incidir sobre diferentes domínios de valor: o Ético, o Estético, o Hedônico, o Pragmático.	Adjetivos, advérbios, substantivos empregados subjetivamente; onomatopeias; verbos plenos e perífrases verbais (comumente seguidos de formas verbais no subjuntivo).

c) uma *motivação* – expressando o motivo que leva o sujeito a realizar o propósito –, com as modalidades de *obrigação*, *possibilidade* e *querer*;

<i>Obrigação</i>	O sujeito comunicante põe em seu enunciado uma ação cuja realização depende dele mesmo. Ele se vê obrigado a realizar – por razões de ordem moral ou utilitária, ou até mesmo por coerções oriundas de uma instância de Autoridade. O interlocutor, não implicado nessa modalidade, assume a posição de testemunha da obrigação.	Verbos plenos e perífrases verbais (comumente seguidos de formas verbais no infinitivo), locuções e construções que reportam ao interlocutor por meio de um apagamento ou não.
<i>Possibilidade</i>	Julgando-se apto a poder fazer o sujeito comunicante estabelece em seu enunciado uma ação a fazer. Esse poder fazer pode depender do próprio sujeito comunicante ou de um outro ente a que chancela uma autorização. O interlocutor, não	Verbos e perífrases verbais.

	implicado nessa modalidade, assume a posição de testemunha da possibilidade do sujeito comunicante.	
<i>Querer</i>	Ao se encontrar em uma situação de carência e não ter poder para preenchê-la, o sujeito comunicante põe em seu enunciado uma ação a ser realizada por outro agente em seu benefício, a fim de sanar a carência. O interlocutor, não implicado nessa modalidade, assume a posição de testemunha do querer expresso pelo sujeito comunicante.	Verbos e perífrases verbais.

d) um *engajamento* – especifica o grau de adesão ao propósito –, com as modalidades de *promessa*, *aceitação/recusa*, *acordo/desacordo* e *declaração*;

<i>Promessa</i>	O sujeito comunicante compromete-se por meio de seu enunciado, com a execução de uma ação cuja realização só a ele compete. Assim, coloca-se na posição de perjúrio, caso não haja cumprimento dessa ação. O interlocutor, não implicado nessa modalidade, assume a posição de testemunha da promessa do sujeito comunicante.	Verbos e perífrases verbais.
<i>Aceitação/recusa</i>	O sujeito comunicante destituído de autoridade institucional, ao pressupor um pedido direcionado a ele para realização de um ato, responde favoravelmente (aceitação) ou desfavoravelmente (recusa) a esse pedido. O interlocutor, não implicado nessa modalidade, assume a posição de testemunha da aceitação ou recusa do sujeito comunicante.	Verbos, perífrases verbais, advérbios ou locuções.
<i>Acordo/desacordo</i>	O sujeito comunicante, ao pressupor que lhe tenha sido feito um pedido de dizer acerca de um fato, responde expressando sua adesão ou não adesão ao fato, contribuindo ao mesmo tempo para validação da verdade desse fato. Destaca-se que há graus de validação entre os limites de concordância e discordância. O interlocutor, não implicado nessa modalidade, assume a posição de testemunha da concordância ou discordância do sujeito comunicante.	Palavras e expressões que expressem concordância ou discordância.
<i>Declaração</i>	O sujeito comunicante, detentor de um saber, ao supor que seu interlocutor ignore esse saber ou	Verbos e perífrases verbais

	<p>duvide de sua verdade, enuncia esse saber em forma de <i>confissão</i> (O sujeito comunicante escondia um saber e o transmite ao seu interlocutor, reconhecendo sua culpa), <i>revelação</i> (o sujeito comunicante que tinha conhecimento de um saber que terceiros mantinham propositadamente oculto, expõe esse saber assumindo a posição de denunciador), <i>afirmação</i> (o sujeito, ao assumir uma posição de autoridade, limita-se a declarar como verdadeiro um saber que ele supõe constituir dúvida para seu interlocutor) ou <i>confirmação</i> (o sujeito comunicante, ao julgar a permanência de alguma dúvida sobre a verdade do saber, acrescenta sua declaração a outras). O interlocutor, não implicado nessa modalidade, assume a posição de testemunha da declaração.</p>	
--	--	--

e) uma *decisão* – mostra o estatuto do sujeito em relação ao tipo de decisão –, com a modalidade de *proclamação*.

<i>Proclamação</i>	<p>O sujeito comunicante, por gozar de uma autoridade conferida institucionalmente, faz existir um ato no momento que enuncia – ato performativo. O interlocutor, não implicado nessa modalidade, assume a posição de testemunha da proclamação do sujeito comunicante.</p>	Verbos e perífrases verbais
--------------------	---	-----------------------------

No comportamento *delocutivo*, o sujeito comunicante apaga-se de seu ato de enunciação, com vistas a simular o efeito de sentido de uma aparente objetividade, não implicando o sujeito interpretante nessa estratégia enunciativa. Nesse caso, apresentam-se duas possibilidades:

a) Asserção, quando o propósito impõe-se por si só, expressa nas modalidades de *evidência* ou *probabilidade*. Ela expressa-se pelos seguintes indicadores linguísticos: adjetivos com sufixo –vel, advérbios e locuções adverbiais

b) quando o propósito é um texto de outrem, expresso, nesse caso, pela modalidade de *discurso relatado*. A expressão dessa modalidade depende da posição dos interlocutores, da maneira de relatar e do modo de enunciação original.

#### 4 AUXILIARIDADE VERBAL

Falar de auxiliaridade verbal é de certa forma reconhecer a dificuldade na delimitação do que consideramos *perífrase verbal*, diante das mais diversas definições – *locução verbal*, *torneio*, *tempo composto*, *formas analíticas*, *conjugação perifrástica* –, como afirma Castilho (2010). Tomaremos aqui o termo “locução verbal” para designar variados tipos de perífrase verbal, destacando, em razão dos aspectos elucidativos dessa pesquisa, as peculiaridades que algumas locuções apresentam.

CÂMARA JÚNIOR (1986) define “locução” como uma combinação de dois ou mais vocábulos, detentores de individualidade morfológica e fonética, que constituem uma unidade significativa, destacando que a locução verbal é um sintagma intermediário entre o sintagma lexical – uma vez que há veiculação de um valor semântico em destaque –, e o sintagma sintático – uma vez que a combinação representa um só sintagma verbal que se responsabiliza pela escolha dos argumentos.

Pontes (1973), por sua vez, destaca que uma parte de nossa tradição gramaticográfica considera como locução verbal qualquer sequência verbal que apresente relativa coesão, de maneira que funcione como um verbo pleno (predicador), enquanto outra parte dessa tradição elenca certas sequências como, por exemplo, tempo composto, criando, assim, duas espécies de perífrase verbais: tempos compostos e locuções verbais. Essas últimas sinônimas de conjugações perifrásticas.

Além disso, ela atribui essa distinção à comparação entre as formas verbais latinas e as do Português, conforme se verifica na *gramática da língua Portuguesa* de João de Barros (1540), a primeira de nossa tradição a tratar do caso. A inexistência de uma forma sintética equivalente à latina fora preenchida por perífrases verbais, fato esse que, inclusive originou a prototípica estrutura de voz passiva analítica em português “ser + particípio”.

A distinção entre o *tempo composto* e outras formas de perífrases verbais jamais fora clara entre os primeiros representantes de nossa tradição gramaticográfica, como também não é entre nossas referências atuais do português brasileiro (PONTES, 1973, p. 17).

- a) Gramáticos que consideram TC apenas as sequências formadas de Ter (e Haver) mais particípio. Entre estes, Epiphânio Dias (1959, 189ss e 247 50), Gladstone Chaves de Melo (1968, 142), Francisco Sotero dos Reis (1871, 100), Júlio Ribeiro (1885, 75ss);
- b) Gramáticos que incluem, entre os TC, os formados com o verbo Ser mais particípio: Evanildo Bechara (1966, 135), Mário Pereira de Souza Lima (1937, 157), Carlos Góes (1917, 123), João Ribeiro (1926, 121);

- c) Gramático que inclui Estar mais participio e exclui ser: Eduardo Carlos Pereira (1909, 80);
- d) Gramático que fala em TC, mas não explicita quais são eles: Celso Cunha (1970, 267ss);
- e) Gramáticos que consideram TC os formados com Ter, Haver, Ser, Estar: Pacheco da Silva Jr. E Lameira de Andrade (1894, 447).

Outro expoente de nossa tradição gramatical, Rocha Lima (2005), tal como faz Câmara Júnior (1986, p. 80-81) não distingue TC de outras perífrases verbais, considerando “tempo composto” qualquer combinação de um verbo auxiliar e um verbo em forma nominal (gerúndio, infinitivo ou participio).

É interessante destacar que a determinação acerca de uma combinação ser, ou não ser uma locução pode passar pelo crivo da intencionalidade do falante, como discorre Pontes (1973, p.26), dialogando com Bechara (2009) sobre a orientação de Oiticica (1955, p. 202-203).

“Por exemplo, na frase: *queríamos colher rosas*, os verbos *queríamos colher* constituirão expressão verbal se pretendo dizer que queríamos colher rosas e não fazer outra coisa, o objeto da declaração é colher rosas e a declaração principal se contém incompletamente em *queríamos*.

Assim, a princípio, julgamos imperativo esclarecer alguns conceitos inerentes à definição de *verbo auxiliar*, como também selecionar algumas estratégias que nos permitam, ainda que de forma despreziosa, identificar os sintagmas verbais compostos construídos na presença de um verbo auxiliar.

O critério de *descoloração semântica* para determinação do verbo na função auxiliar é bastante utilizado em nossa tradição. Ali e Câmara mostram claramente que a determinação da *locução verbal* passa obrigatoriamente pela identificação dos elementos que a compõe, sobretudo a identificação do *verbo auxiliar*. Dessa forma, o entendimento do processo de gramaticalização – inerente à descoloração semântica sofrida pelo verbo que assume função de auxiliar – tem contribuição capital na definição da *locução verbal*.

Podemos dizer que a *gramaticalização* é um processo de mudança linguística semelhante à lexicalização, à semantização, à discursivização (CASTILHO, 2010), que altera as propriedades sintáticas de uma unidade linguística, viabilizando o surgimento de funções novas para funções já existentes, salientando a diferença, não estanque, entre o estatuto gramatical, responsável por indicar categorias linguísticas prototípicas –, e o estatuto lexical das formas, – responsável por indicar dados do universo biopsicossocial.

Isto é, à medida que as propriedades de uma unidade linguística vão se alterando, ela vai se tornando um membro de novas categorias, gramaticais em razão de uma reanálise categorial, permitindo enquadrar essa mesma forma em categorias distintas.

A definição clássica acerca do processo de *gramaticalização* segundo Gonçalves *et al.* (2007) refere-se à passagem de palavras de uma categoria lexical plena (nomes, verbos, adjetivos) a classes de categorias gramaticais (preposições, advérbios, verbos auxiliares), vindo inclusive a se tornar afixos ao se configurar perda total de sua autonomia.

Segundo Traugott & Heine (1991, *apud* Gonçalves *et al.* 2007), a gramaticalização é vista como um processo tanto diacrônico quanto sincrônico de organização categorial e de codificação, que, quanto à sua direção, indica um processo que parte do discurso para morfossintaxe: discurso>sintaxe>morfologia>morfofonêmica> zero e quanto a seu processo em si, ocorre de forma gradual em uma escala unidirecional e contínua de aumento de gramaticalidade.

Lehman (1995 [1982] *apud* Gonçalves 2007, p. 31) identifica os estágios do processo de gramaticalização como no esquema a seguir:

Esquema 3 - Estágios do processo de gramaticalização

Nível	Discurso	Sintaxe	Morfologia	Morfofonêmica
Técnica	Isolante	> Analítica	> Sintético- Aglutinativa	> Sintético- Flexional
Fase		↑ Sintatização	↑ Morfologização	↑ Desmorfemização
Processo	Gramaticalização			
				perda

Fonte: Criação nossa com base em LEHMAN, 1995[1982, p. 13].

Matoso (1986, p.130) considera um

processo que consiste em transformar vocábulos lexicais, ou palavras (v.), providos de semantema, em vocábulos gramaticais (v. vocábulos). É em princípio a origem diacrônica de todos estes últimos vocábulos. Quando num estado linguístico coexistem a palavra e o vocábulo gramatical, decorrente da gramaticalização, tem-se um caso de derivação imprópria (v.); ex.: *salvo* – participio ou preposição (*O menino está salvo – Entraram todos, salvo ele*). Às vezes a gramaticalização é esporádica, como a de caso em conjunção condicional: <<Está aí! Sim, responderia/caso pudesse falar>>(Correia, Poesias, I, 147).

A gramaticalização também pode ser percebida por meio da variação em um espectro conceitual, partido do deslizamento de um sentido “literal” em direção a um sentido figurado e de um sentido mais concreto para um mais abstrato, intermediada ou não por uma ambiguidade semântica. Bybee *et al.* (1994, *apud* Gonçalves, 2007) destaca como mecanismos motivados desse processo a *extensão metafórica – Abstratização*<sup>21</sup>, mudança de um domínio mais concreto para um domínio mais abstrato, preservando algum traço da estrutura relacional original; *Inferência – a Implicadura*, responsável pela assunção resultante do princípio de informatividade obedecido pelo falante e da extração dos significados necessários a compreensão da asserção pelo ouvinte-interlocutor; a *Generalização*, perda de traços específicos de significado, em razão da frequência de uso; a *Harmonia*, em razão de ser restrito aos elementos gramaticais desprovidos de seus conteúdos semânticos, é aplicável a estágios avançados de gramaticalização; e a *Absorção*, fase de completa gramaticalização do item em questão.

Esquema 4 - Mecanismos motivadores do processo de gramaticalização

INICIAIS	MEDIAIS	FINAIS
Metáfora		
Inferência		
Generalização		
Harmonia		
Absorção		

Fonte: Criação nossa com base em BYBEE *et al.*, 1994, p. 297.

Dessa forma entendemos que a frequência de uso de um item lexical implica diretamente o processo de gramaticalização, na medida em que provoca seu “desbotamento” semântico (dessemantização ou descoloração) e sua erosão fonética. Segundo um enfoque unidirecional, as mudanças nos diferentes níveis podem ser assim esquematizadas:

<sup>21</sup> Segundo Heine et al (1991 a *apud* Gonçalves, 2007), *abstratização* é uma ordenação de categorias cognitivas mais concretas para categorias mais abstratas (pessoas>objeto>processo>espaço>tempo>qualidade). Essa abstratização, responsável pela introdução de itens linguísticos em novos contextos e situações, é um processo de gramaticalização associado à metáfora cognitiva, que diz respeito à forma como os seres humanos conceituam o mundo.

Quadro 1 - Unidirecionalidade, processo de gramaticalização e seus níveis

Nível	Mudança unidirecional	Processo
Fonologia	mais material fonológico > menos material fonológico	redução fonológica
Morfologia	lexical > gramatical > mais gramatical (forma livre > forma presa)	recategorização (morfologização)
Sintaxe	menor coesão > maior coesão	reanálise (alteração da fronteira de constituintes)
Semântica	concreto > abstrato	dessemantização, processos metafóricos
Pragmática	estruturas pragmáticas > estruturas sintáticas	sintaticização

Fonte: Criação nossa com base em GONÇALVES *et al.*, 2007, p. 37.

Posto isso, a orientação conceitual apresentada pela caracterização do processo de gramaticalização fornece-nos insumo teórico consistente para entendermos a passagem de um *verbo pleno* para um *verbo auxiliar* (ou *semiauxiliar*) componente de uma perífrase verbal, bem como categorizar as variadas perífrases com base nos graus de *gramaticalização* apresentados durante a passagem.

#### 4.1 Conceitos base

Toda proposição entendida como uma sentença oracional constrói-se em torno de um sintagma verbal responsável pela escolha de seus argumentos. Esse sintagma pode ser *simples*, quando composto de apenas um verbo *pleno* (predicador); ou *complexo*, quando representado por um verbo *suporte*<sup>22</sup> ou uma *locução verbal* (construção de base verbal formada por um *verbo auxiliar*, responsável, necessariamente, por indicar as categorias gramaticais de *tempo*, *modo*, *número*, *pessoa*, *aspecto e modalidade* e um verbo *pleno*, em forma nominal, responsável pela escolha dos argumentos da proposição, a partir dos valores semânticos por ele expressos).

<sup>22</sup> Segundo Castilho (2010), verbo suporte é um verbo sobre certas faltas lexicais de nossa língua associando-se a um substantivo (que não assume a função de argumento do verbo) com que compartilha forte coesão sintática, de tal forma que o sentido do sintagma complexo composto por essa combinação - verbo-substantivo – deriva, necessariamente, dessa união, o que inviabiliza a substituição, por exemplo, do substantivo da combinação por um sinônimo.

A *locução verbal* (ou *perífrase verbal*) é uma sequência de formas verbais em que o primeiro verbo expressa obrigatoriamente as categorias gramaticais supracitadas, selecionando, a partir dos valores semânticos expressos na combinação, o segundo verbo da sequência (predicador), cuja terminação recebe as desinências de gerúndio (-ndo), particípio (-do) ou infinitivo (-r), isto é, encontra-se em forma não finita.

É imperativo destacar que o *verbo auxiliar* determina a forma finita do verbo principal, mostrando, assim, que a combinação não pode ser aleatória. Os verbos semiauxiliares que se combinam com principais em formas nominais determinadas, segundo Pontes (1973), são: *dever*, que se constrói com infinitivo, *ter*, que se constrói com particípio, *estar*, que se constrói com gerúndio.

Além disso, alguns verbos semiauxiliares apresentam maior restrição que outros para essas combinações, como é o caso dos verbos *ter*, *haver*, *ser* e *estar*<sup>23</sup>, já sumariamente elencados como *auxiliares* por nossa tradição gramatical – combinados com formas participiais de verbos predicadores para formar respectivamente as perífrases de *tempo composto* e de *voz passiva*; os verbos *estar*, *andar*, *ir*, *vir*, *ficar*, *permanecer*, *continuar* – combinados com formas verbais no gerúndio para indicação de *valores aspectuais*; os verbos *ir*, *dever*, *poder*, *costumar*, *começar*, *continuar* – combinados com o infinitivo, para indicar tanto valores aspectuais quanto valores modais.

Reiterando a interdependência entre o *verbo auxiliar* e seu *principal*, percebemos que a posição do verbo auxiliar – sempre primeira forma verbal da perífrase – é preenchível por um número limitado de verbos.

Segundo Pontes (1973, p.45), a combinação formadora de uma perífrase verbal pode apresentar até cinco verbos – *temos comprado*, *temos estado comprando*, *devemos ter estado comprando*, *deve ter estado sendo comprado* – em que a estrutura passiva posiciona-se sempre no limite final da perífrase, enquanto as outras formas, assim se organizam: “estar+gerúndio” após “ter (haver) + particípio” e “dever + infinitivo” antes de “ter (haver) + particípio”.

---

<sup>23</sup> A inclusão do verbo “estar” no rol dos verbos auxiliares é defendida por grande parte dos estudiosos da gramaticografia da língua portuguesa, entretanto, estudiosos contemporâneos como Azeredo (2018), elencam apenas o verbo “ser” como auxiliar para formação de voz passiva analítica. Azeredo (2018) também defende que o particípio é uma forma verbal apenas quando não apresenta flexão, passando a ser adjetivo quando é variável no gênero.

Quadro 2 - Combinação de perífrases verbais

( <i>Deve [ter] estudado</i> )
( <i>Deve [estar] estudando</i> )
( <i>Tem [estado] estudando</i> )
{ <i>Deve (ter) [estado] estudando</i> }
{ <i>Deve (ter) [estado] sendo</i> } <i>estudado</i>

Fonte: Criação nossa com base em PONTES, 1973, p. 45.

Porém a distinção entre um verbo predicador e um *verbo auxiliar*, muitas vezes, não apresenta necessária transparência, o que interfere significativamente na identificação de um sintagma verbal composto, ou seja, da locução verbal.

Para tal, no esteio teórico de Castilho (2010), destacaremos cinco provas empregadas para identificação dos verbos auxiliares em perífrases verbais: a) sujeito do sintagma verbal; b) escopo da negação; c) inserção de expressões; d) variação do sentido lexical no sintagma em relação a seu emprego como verbo (núcleo do sintagma):

#### **A seleção do verbo predicador depende do verbo auxiliar**

O verbo auxiliar é o verbo que, em uma perífrase verbal, encontra-se em um processo de *gramaticalização* sofrendo, conforme já visto, uma descoloração semântica de seu sentido como verbo pleno, passando a indicar valores modais, aspecto-temporais ou apenas indicando as categorias de número e pessoa em concordância com o sujeito da oração, em função do outro verbo da perífrase – núcleo do sintagma verbal – responsável pela seleção dos argumentos que compõem o período.

Uma vez que são verbos em processo de *gramaticalização*, é natural apresentarem-se em estágios distintos, fato esse que leva, inclusive, alguns estudiosos a utilizarem a classificação *semiauxiliares*, ou *auxiliares acidentais*, para designar aqueles *auxiliares* que se encontram ainda em processo inicial (ou intermediário) de *gramaticalização*, já que se afastaram de sua significação lexical própria. São os casos de: *tornar, ir, dever, vir, andar, fazer, precisar, mandar...* (PONTES, 1973, p. 37).

Em razão da inconsistência do caráter semântico como critério definidor para a classificação do *verbo auxiliar*, o comportamento sintático dos verbos deve prevalecer sobre o semântico na categorização dos verbos auxiliares (ou semiauxiliares), uma vez que o caráter semântico é inconsistente para definir um *verbo auxiliar* (muitas vezes a “leitura” não permite clareza significativa para distinção entre alguns sentidos inferíveis em determinadas construções): Pontes (1973).

Com base no que já foi exposto até aqui acerca da auxiliaridade verbal, destacamos dois verbos e uma combinação já consagrada “ter” e “haver” + participípio.

Os verbos *ter* e *haver*, nas perífrases com participípio, apresentam o mais avançado grau de gramaticalização, se comparados a outros verbos em outras combinações.

Pontes (1973) destaca algumas particularidades combinatórias específicas dessa perífrase:

1) Não sucessão à perífrase “estar+ gerúndio” (estava tendo falado) e não antecedência às perífrases modais (tinha devido falar);

2) A manutenção da rigidez posicional, mesmo após a passagem da ativa para passiva (Werlesson poderia *ter estado* comprando aqueles tênis – Aqueles tênis poderiam *ter estado* sendo comprado por Werlesson<sup>24</sup>);

3) O participípio invariável (A flor “tinha murchado”/ As flores “tinham murchado”).

Sobre a presença dos auxiliares *ter* e *haver* nessa combinação também merece grifo o valor aspectual assumido. Entretanto, chamou-nos a atenção que, em apenas uma combinação a percepção de um valor aspectual não foi significativa (ou foi ausente à nossa percepção): quando o verbo auxiliar encontrava-se no pretérito imperfeito do indicativo em combinação com a forma verbal participial para formar o pretérito mais que perfeito composto.

Partindo da hipótese de que a flexão verbal não possa influenciar a *gramaticalização* de um verbo na posição auxiliar, consideramos que essa estrutura, já canonizada como mais comum entre os usuários da língua, se comparada à *forma simples*, apresenta o emprego do verbo auxiliar *ter* em mais avançado grau de gramaticalização a frente das outras formas perifrásticas de tempo composto.

4) O escopo de negação, agindo sobre toda a perífrase e destacando a regra de coesão: “O professor **não** tem corrigido as provas”/ “O professor tem **não** corrigido as provas\*”.

5) A não restrição quanto à natureza valencial do verbo a que se combina, permitindo a formação de perífrases com verbos transitivos, intransitivos ou copulativos (de ligação): “Ela tem comprado arroz aqui”/ “Ela tem estado cansada”/ “Ela tem obedecido aos professores”/ “Ela tem chorado bastante”/ “Ela tem atribuído a culpa ao carteiro”.

---

<sup>24</sup> Observa-se em comparação a invariabilidade da forma participial na combinação com o verbo “ter” se comparada a forma participial na perífrase com o verbo “ser”.

## 4.2 Verbos (semi)auxiliares: percurso histórico na gramática tradicional

Ao tomarmos como referência a tradição gramaticográfica brasileira, aludimos, inicialmente, ao trabalho de Barbosa (1871), que desenvolve suas ideias ainda sob forte influência da *Grammaire Générale et Raisonnée de Port-Royal*, entretanto também nos remetemos aos conceitos de Ribeiro (1890) e de Pereira (1945), que já apresentam mudanças em relação às propostas de Barbosa (1871), além de Cunha (2008) e de Bechara (2009), que, a nosso ver consolidam essa mudança de perspectiva.

É imperativo lembrar que não será pretensão nossa esgotar aqui a gama de gramáticas fiadoras da tradição, tão somente selecionamos algumas referências gramaticais de posição tradicional em certa ordem cronológica com o intento de enriquecer nosso exame.

Barbosa (1871), em sua *Grammatica philosophica da língua portuguesa*, conceitua como *auxiliar* aquele verbo que se une ao verbo substantivo simples<sup>25</sup> para auxiliá-lo a formar o completo painel de enunciação dos verbos nos diversos modos, tempos, números e pessoas possíveis, tomando, assim, todas as combinações com o fito de formar compostos necessários para essa finalidade.

Os primeiros destacados como *verbos auxiliares* são os verbos *haver*, *estar* e *ter* que, ao serem combinados com o infinitivo impessoal ou particípio (até mesmo o gerúndio em *está sendo*) do verbo *ser*, exprimem os três estados de existência, criando, respectivamente: *haver de ser* – o *auxiliar* acrescenta à ideia de *existência simples* do verbo substantivo a ideia acessória de *projeto* ou *futuridade* na execução de uma ação –; *estar sendo* – o *auxiliar* acrescenta à ideia de existência simples do verbo substantivo a ideia de persistência e continuação da existência começada; *ter sido* – o *auxiliar* acrescenta à ideia de existência simples do verbo substantivo a ideia acessória de cessação. Essas três formas compostas são assim classificadas: *inchoativa*, *continuativa* e *completiva*.

Estes verbos considerados como *auxiliares*, não têm a mesma acepção que têm quando se tomam em sua significação primitiva, como verbos activos, transitivos, ou

<sup>25</sup> Essa classificação apresentada por Barbosa (1871) coaduna com a proposta dos gramáticos de *Port-Royal*, que organizam os verbos de acordo com sua natureza de exprimir a afirmação. A partir de uma perspectiva filosófica acerca do verbo, consideram o verbo *ser* como único que subsiste por si só (tal como um substantivo), pois afirma a existência, declara a existência, garante a existência da predicação – uma vez que combina (ajunta) a ideia acessória com a principal, isto é, o atributo com o sujeito da proposição, sendo, por isso, classificado como *verbo substantivo*; aos demais verbos cabe a classificação de verbos adjetivos – considerados como resultado da combinação do verbo *ser* com um adjetivo relacionado a seu radical: amante + ser = amar. Vale lembrar que essa posição teórica, é contrariada por gramáticos posteriores, pois, além de representar estruturas dessemelhantes, há muitas línguas que não dialogam com essas considerações (PEREIRA, 1945).

intransitivos, dizendo v. gr. *eu haverei de ti esta dívida, eu estou em pé, eu tenho dinheiro*. Mas juntos aos nomes verbaes *ser, sendo, sido*, perdem então sua significação própria e natural para exprimirem os vários estados de existência, ou começada, ou continuada, debaixo dos quaes se pôde considerar um objeto em qualquer época do tempo (BARBOSA, 1871, p. 135).

Expõe-se também, em ressalva, que, mesmo empregados como *auxiliares*, guardam certos resquícios de seu emprego em “forma primitiva”.

Isso não obstante, é contudo verdade, que apartando-se estes verbos do seu destino primitivo, e tomando o serviço como auxiliares, ainda assim conservam alguns resquícios da sua natureza primitiva, exprimindo uma espécie e posse virtual, e de situação matephorica, em que se considera o sujeito da proposição por ordem à qualidade que se lhe attribue. O verbo haver, como impessoal, significa também existência, como quando digo: há muitos homens, havia muita gente. Mas n’esta significação não é auxiliar, porque exprime só uma existência absoluta, e não a coexistência relativa do atributo e sujeito da proposição, como exprime o verbo substantivo (BARBOSA, 1871, p. 135).

Percebe-se que não é reconhecida a existência do verbo *ser* como verbo auxiliar da voz passiva em combinação com os verbos adjetivos, na medida em que mantém em seu emprego e sua significação própria, exprimir a ideia de existência de uma coisa em outra: *sou amado*.

Além dos três auxiliares elencados, Barbosa (1871) destaca *andar, vir e ir*, que, combinados com infinitivos, participios, e até gerúndios, de outros verbos, expressam os três diferentes modos de ação e movimento e seus aspectos – (duração, proximidade, anterioridade, posterioridade) – realizados pelo agente da forma verbal: *ando escrevendo*, reiterado e frequente; *venho de escrever*, pretérito próximo; *vou escrever*, futuro próximo.

Sob o olhar de Ribeiro (1890), os auxiliares são formas verbais que, unidas a um verbo *abstrato*<sup>26</sup> ou *concreto*<sup>27</sup>, como principais (predicadores), exprimem diversos aspectos da ideia expressa por esse verbo principal. No entanto, ele também observa que nem sempre tais verbos são *auxiliares*, pois só o são quando formam *linguagem composta*.

É imperativo comentar que não há clareza quanto ao que seja *linguagem composta*, apenas exemplificações: *Estou escrevendo, Tenho escrito, Hei de escrever*, fato esse que nos permite inferir essa linguagem composta a que ele se refere sejam as *locuções verbais e tempos compostos*, respectivamente.

<sup>26</sup> “Verbo abstrato é o que designa o ser pela ideia precisa duma existência intelectual com relação a um atributo qualquer” (RIBEIRO, 1890, p. 377). Segundo esse conceito, só há um verbo abstrato que é o verbo “ser”, considerado o verbo original, único que indica existência simples, abstrata.

<sup>27</sup> “Verbo concreto é o que designa o ser pela ideia de uma existência intelectual com relação a um atributo determinado, concentrado e contido no radical verbal” (RIBEIRO, 1890, p. 377).

Ao encerrar sua digressão, Ribeiro (1980) comenta que, embora raro nas construções do latim literário o *verbo auxiliar* é uma tendência coadunada com a vulgarização da língua latina que originou a língua Portuguesa.

A existência dos auxiliares no português e nas línguas românicas explica-se pelas tendências analíticas desses idiomas, desde a primeira fase de sua evolução.

Por eles torna-se mais clara, mais precisa, mais completa a enunciação da existência exprimida pelo verbo, considerada não já meramente em si mesma, senão à varia luz, debaixo dos variadíssimos aspectos por que o pensamento a encara, concebe e representa (RIBEIRO, 1890, p.380).

Já Pereira (1945), na *gramática expositiva*, conceitua como *auxiliar* o verbo que serve para formação de *tempos compostos* e construções perifrásticas como as de *vozes e locuções verbais*. Para ele, esses *auxiliares* dividem-se em dois grupos: um formado pela combinação dos verbos *ter, haver, ser* e *estar* com os participios passados, – originando os tempos compostos –, e um formado pela combinação dos verbos *andar, ir, vir, dever, poder, acertar (de), tornar (a), estar (a), ter (de), haver (de)* com o infinitivo impessoal ou gerúndio – originando outras perífrases verbais.

Pereira (1945) também define como locução verbal a combinação de dois ou mais verbos que concorrem para expressar uma ideia acessória da ação verbal, mas essencial à necessidade enunciativa do falante. Nessa estrutura, o último verbo exprime a ação e os outros, o modo de ser da mesma ação e o tempo em que essa ação se realizará. Dessa forma, é possível perceber que implicada a noção de *auxiliares modais e aspectuais*.

Ao precisar seu emprego e sua distribuição, também é indicado que os verbos *ser* e *estar* combinam-se com os participios passados para formar a conjugação da voz passiva: *ser construído, estar cercado*; os verbos *ter* e *haver* combinam-se com o infinitivo impessoal (na presença da preposição “de”) para formar perífrases verbais com o matiz semântico de futuro: *ter de sair* (futuro obrigatório), *haver de sair* (futuro promissivo); os verbos *estar* e *andar* combinam-se com o gerúndio ou infinitivo impessoal (na presença da preposição “a”) para formar perífrases com matiz semântico frequência ou reiteração (às vezes, iminência de ação): *estar estudando, estar a estudar*; os verbos *ir* e *vir* combinam-se com o gerúndio para formar perífrases com matiz semântico de início do desenvolvimento de ação: *ir trabalhando, vir espalhando*.

Cunha (2008), na *Nova gramática do português contemporâneo*, define como verbo auxiliar o verbo que, combinado com um verbo principal em sua forma nominal (infinitivo,

gerúndio, particípio), forma uma locução verbal, guardando as peculiaridades de flexão de tempo, modo, número e pessoa.

Muito embora considere haver ausência de uniformidade linguística para a conceituação de *verbo auxiliar*, implicando, assim, uma diferença no rol dos verbos auxiliares de uma gramática para outra, destaca *ter*, *haver*, *ser* e *estar* como os de uso mais frequente.

Os verbos *ter* e *haver* combinam-se com o particípio do verbo principal, a fim de formar *tempos compostos* da voz ativa, indicando matizes semânticos de *fato acabado*, *repetido* ou *contínuo*; ou com o infinitivo do verbo principal, em presença da preposição “de”, indicando um matiz semântico de *obrigatoriedade* ou *firme propósito de realização de um fato*: *tenho* de trabalhar, *havemos* de comprar.

Os verbos *ser* e *estar*<sup>28</sup> combinam-se com o particípio do verbo principal, a fim de formar os tempos da voz passiva com o matiz semântico de ação: *foi* construído, *serão* comprados, *está* criado.

O verbo *estar*, no entanto, também se combina com o gerúndio ou infinitivo (na presença da preposição “a”) do verbo principal, indicando o matiz semântico de ação durativa, continuada; com o infinitivo (na presença da preposição “para”) do verbo principal, indicando o matiz semântico de *iminência* ou *volição de realização de ação* – conjugando, assim, aspecto e modo –, com o infinitivo (na presença da preposição “por”) para indicar o matiz de uma ação já passada de seu tempo de realização.

Além dos verbos elencados acima, acrescentam-se como auxiliares *ir*, *vir*, *andar*, *ficar*, *acabar* e alguns outros que cumprem igual função.

O verbo *ir* combina-se com o gerúndio do verbo principal para revelar que o processo inferido realiza-se *progressivamente* ou *por etapas*: *vou* pensando, *fui* chegando; ou com o infinitivo do verbo principal, indicando matiz de forte intento na execução da ação ou a certeza de que ela se realizará em futuro próximo: *vou* partir, *vou* estudar.

O verbo *vir* combina-se com o gerúndio do verbo principal, mostrando o matiz de ação que se desenvolve gradualmente, semelhante ao verbo *ir*: *venho* rompendo, *vens* falando; com o infinitivo do verbo principal, mostrando intenção de realizar um ato, ou cumprir um propósito: *venho* fazer, *vim* reclamar; com o infinitivo (na presença da preposição “de”), mostrando término recente de ação: *vem* de criar, *venho* de escalar.

O verbo *ficar* combina-se com o particípio para formar voz passiva de mudança de estado; com o gerúndio ou infinitivo (na presença de preposição “a”), indicando ação

---

<sup>28</sup> O verbo *andar* é citado na mesma acepção do verbo *estar*.

durativa<sup>29</sup>, habitual; com o infinitivo (na presença da preposição “por”), indicando uma ação que deveria ter sido realizada e não foi: *ficou* por fazer, *fica* por construir, *estou* por realizar.

O verbo *acabar* combina-se com o infinitivo do verbo principal (na presença da preposição “de”, revelando ação concluída recentemente: *acabou* de comer, *acaba* de morrer).

Para Bechara (2009), *auxiliar* é o verbo que se combina com as formas de infinitivo, gerúndio ou particípio (dos verbos principais) para formar uma locução verbal, emprestando, em muitas situações, um matiz semântico a eles. Segundo Bechara (2009), essa relação semântica implica os chamados aspectos verbais. Além disso, ele também comenta a possibilidade de essas combinações coexistirem na presença de preposições – *de, em, por, a, para* – que se inserem entre o principal e o auxiliar:

Quanto à sua natureza morfológica, ele esclarece que o verbo auxiliar é o único responsável pela indicação das flexões de pessoa, número, tempo e modo: *estive* por sair, *iremos* trabalhar agora, *vou* sair hoje.

Quanto à aplicação, destacam-se

a) *Ter, haver e ser*, que funcionam como auxiliares em combinação com o verbo principal no particípio para criarem a perífrase verbal chamada de tempo composto: *tenho* falado, *tenho* competido, *hei* falado, *eram* partidos.

b) *Ser*<sup>30</sup>, *estar, ficar* que funcionam como auxiliares em combinação com o verbo principal na forma verbal chamada de voz passiva analítica (respectivamente, ação, estado, mudança de estado): *foi* prejudicado, *está* prejudicado, *ficou* cercado.

c) Os chamados auxiliares *acurativos*, que, em combinação com o infinitivo e o gerúndio (estes como principais), emprestam o matiz semântico de seus lexemas, a fim de precisar os aspectos verbais que, porventura, não estejam bem definidos pelo verbo principal: *começar* a chover, *deitar* a escrever, indicando início de ação; *estar* para (por) pular, *pegar* a (de) trabalhar, indicando iminência de ação; *continuar* a trabalhar, *permanecer* trabalhando, indicando continuidade de ação; *andar* escrevendo, *ir* escrevendo, indicando desenvolvimento gradual de ação; *costumar* correr, *voltar* a escrever: indicando repetição de ação; *acabar* de estudar, *cessar* de perguntar, *deixar* de seguir, indicando término de ação.

d) Os chamados auxiliares *modais* que, ao se combinarem com o infinitivo ou gerúndio, dos verbos principais, indicam com “precisão” o modo como se executa ou se permite executar a ação verbal: *haver* de estudar, *ter* de guardar, *ter* que guardar, *dever* trabalhar, *precisar* (de) estudar: indicando necessidade, obrigação, dever; *poder* criar: possibilidade,

<sup>29</sup> O aspecto durativo neste caso se estende por mais tempo do que com a construção do verbo *estar*.

<sup>30</sup> Esse apresenta maior incidência que os outros dois.

capacidade, permissão; *querer* sair, *desejar* sair: volição, desejo; *buscar* (a) criar, *pretender* fazer, *tentar* buscar: tentativa ou esforço; *conseguir* lutar, *lograr* subir: consecução; *parece* trabalhar: aparência, dúvida; *ir* trabalhar: busca de realização de evento futuro; *chegou* a fazer, *vir* a lutar: resultado.

Entretanto, Bechara (2009, p.233) alerta que nem toda combinação de dois ou mais verbos constitua uma relação entre auxiliar e principal, ou seja, uma locução verbal:

a intenção da pessoa que fala ou escreve é que determinará a existência ou inexistência da locução. “Por exemplo, na frase: *queríamos colher rosas*, os verbos *queríamos colher* constituirão expressão verbal, se pretendo dizer que queríamos colher *rosas* e não outra flor, sendo *rosas* o objeto da declaração. Se, porém, pretendo dizer que o que nós queríamos era *colher rosas* e não fazer outra coisa, o objeto de declaração é *colher rosas* e a declaração principal se contém incompletamente em *queríamos* [JO.I, 202-203].

Consideramos que o exemplo de Bechara pode estar relacionado ao grau, ainda inicial, de *gramaticalização*, permitindo que o *verbo auxiliar* apresente forte influência de valor semântico “original” como verbo predicador (pleno) e por isso impõe seu valor semântico sobre o verbo predicador.

Também merecem destaque alguns verbos que, embora não formem uma perífrase prototípica, colaboram com seu matiz semântico para a perífrase em que se encontram, *mandar*, *fazer*, *deixar* (e sinônimos), que são classificados como auxiliares *causativos*; e *ver*, *ouvir*, *olhar*, *sentir* (e sinônimos), que são classificados como auxiliares *sensitivos*, ao se combinarem ao infinitivo ou ao gerúndio, pois não formam locução verbal.

#### 4.3 Verbos (semi)auxiliares na visão dos linguistas brasileiros

Com o intuito de apresentarmos uma perspectiva alinhada à linguística, abrangendo, assim, o olhar analítico, daremos destaque às considerações de Perini (2010, 2005), Neves (2018) e Azeredo (2017) acerca do tema da *auxiliaridade verbal*.

Para Perini (2010, 2005), o verbo auxiliar está relacionado ao fato de uma forma verbal aceitar ou recusar complementos, pois, ao combinar-se com o gerúndio, o infinitivo ou o particípio de outro verbo, ainda que haja sequência semântica, apresenta transparência

valencial<sup>31</sup>. Em outras palavras, o *verbo auxiliar*, por não possuir transitividade própria e ser, assim, irrelevante para escolha dos complementos, nada influencia na transitividade da perífrase verbal<sup>32</sup>, mas verificamos que há casos em que o auxiliar influenciaria.

Em Perini (2005), alguns exemplos de verbos auxiliares e semiauxiliares são citados, sem, no entanto, haver organização em alguma taxonomia: *ir* (+ infinitivo); *ter/haver* (+ participípio); *estar, vir, ir, andar* (+ gerúndio); *ser, estar* (+ participípio).

Já em Perini (2010), os verbos *ter, ir* e *estar* são conceituados como auxiliares formadores de tempo composto, destacando o verbo “ter” como responsável pela forma prototípica, os demais não tendo lugar nos paradigmas tradicionais: Eu *tinha* comido; Eu *vou* comer; Eu *estou* comendo.

Entretanto, ele indica que o verbo “ir” forma com o infinitivo o futuro composto (perífrase já citada como indicadora de *futuridade*) como alternativa ao futuro do presente, enquanto o verbo “estar” forma com o gerúndio os tempos progressivos que também podem ser formados com os auxiliares *andar, vir* e *ir*: Eu *estou* trabalhando muito; Eu *ando* trabalhando muito; Eu *venho* trabalhando muito; Você pode fritar os bolinhos enquanto eu *vou* fazendo a sobremesa.

Também, sem maior preocupação com uma divisão mais precisa dos casos, Perini (2005) lista *auxiliares* que, combinados com verbos no infinitivo, são considerados pela tradição como modais e/ou aspectuais, pois podem aparecer em construções em que não são auxiliares (PERINI, 2005, p.75): *poder, dever, acabar de, deixar de, começar a, continuar a, ter de/que, haver de/que*.

Em um breve comentário de Perini (2010, p. 238-239), já é possível inferir a percepção de certa distinção entre os modais e os aspectuais: “os modais (...) acrescentam um ingrediente semântico aspectual, que tem a ver com o início, o final ou a continuação do evento”, citando *começar (a), acabar (de), terminar (de), continuar (a), parar (de)*. Isso nos leva a destacar que verbos tradicionalmente indicadores de aspectos – conforme fora exposto por Bechara (2009) – são por ele associados aos modais. Ademais, também comenta que “entre os modais também podem ser incluídos os verbos *dever, ter que e querer* em alguns de seus usos”.

O critério classificatório usado sobre esse grupo heterogêneo de verbos como os *auxiliares* é o mesmo critério já supracitado: ter comportamento sintático e valencial análogo ao dos demais auxiliares. Além disso, ele também acrescenta que

<sup>31</sup> Valência é o conjunto de possibilidades de construções em que um verbo pode ocorrer (PERINI, 2020)

<sup>32</sup> Denominação utilizada por Perini (2005).

o predicado complexo é, pois, sempre composto de auxiliar (Aux.) mais NdP; e pode haver mais de um auxiliar, posicionados sempre segundo uma ordenação rígida (que é a mesma mostrada na lista acima: primeiro o auxiliar seguido de infinitivo, depois o auxiliar seguido de participio e, por último, o auxiliar seguido de gerúndio). Se quisermos fazer uma frase utilizando vários auxiliares teremos de atender às duas exigências acima formuladas: primeiro, a coocorrência de cada tipo de Aux. com um de seus verbos auxiliares específicos; e, depois, a ordenação infinitivo – participio – gerúndio (PERINI, 2005, p.75).

O objetivo de Perini (2005) ao estabelecer um critério ordenador para o uso de vários auxiliares é prezar pela formação de predicados complexos que gozem de boa formação em língua Portuguesa, ao passo que também formem um predicado complexo: *Werlesson vem comendo pizzas* ou *Katimar tem falado verdades (verdades têm sido faladas por katimar)*.

Perini (2010, p. 240) estabelece com maior clareza a diferença entre os semiauxiliares modais e os não modais, ao descrever as propriedades das construções com o auxiliar, apresentando-as em cinco:

- a) Um auxiliar (não modal) acrescenta ao verbo principal um ingrediente semântico que não é previsível a partir de seu significado quando tomado separadamente. Assim, *ir* é um verbo de movimento, mas não em *eu vou almoçar*, onde indica apenas um futuro. Igualmente, *andar* não expressa movimento em *ele anda dormindo demais*, *ter* não é posse em *eu tenho dormido demais*, nem *estar* exprime localização em *eu estou almoçando*. Já os modais têm significado constante em seu uso como auxiliar ou como verbo principal: *ele começou a trabalhar*, *ele começou o trabalho*.
- b) Os auxiliares (tanto modais quanto não modais) não admitem um sujeito diferente do verbo principal. Assim, não é possível construir uma frase com *ir* mais infinitivo com um sujeito para cada verbo. Isso é possível com *querer* (no sentido de “desejar”, isto é, em função não auxiliar): *quero sair*, *quero que ela saia*.
- c) Os auxiliares (modais ou não modais), como *vimos*, são valencialmente transparentes.
- d) Um auxiliar não modal pode ser negado, mas não o verbo principal. Assim, dizemos *eu não vou sair*, mas não *\*eu vou não sair*. A negação pode ocorrer com qualquer dos verbos de uma sequência sem auxiliar: *eu não resolvi sair*, *eu resolvi não sair*. A bem dizer, essa característica merece mais estudo. Em alguns casos, parece que a negação do verbo principal é aceitável mesmo com auxiliar: *eu vou não me mexer daqui até que você volte* é aceitável para alguns falantes.
- e) A contribuição semântica dos modais é muito diferente da de um verbo principal seguido de infinitivo.

Por sua vez, Neves (2018), afirma que os verbos auxiliares são os que se constroem com outros verbos a fim de expressar tempo e/ou aspecto verbal, sendo divididos em:

a) *Auxiliares de tempo* – indicadores de matizes de tempo na formação de perífrases com o verbo núcleo do predicado – verbo principal. São eles: *ter ou haver + participio*, formando tempos compostos com relativos valores de passado os verbos construídos e *ir + infinitivo* (estrutura comum nos gêneros de modalidade oral), formando construções indicadoras de futuridade;

b) *Auxiliares de aspecto* – indicadores de valores aspectuais ligados a um processo, uma ação ou um estado denotado pelo verbo núcleo do predicado verbal em forma nominal (gerúndio, particípio, infinitivo [este acompanhado por preposição]). Em virtude dos valores aspectuais expressos, podem ser classificados como: *inceptivos (incoativos)*, quando indicam início do evento; *cursivos*, quando indicam um evento em seu desenvolvimento durativo, habitual ou progressivo; *terminativos (cessativos)*, quando indicam término, suspensão de um evento; *resultativos*, quando indicam o resultado de um evento; *iterativos*, quando indicam um evento repetido de forma frequente ou não; *consecutivo*, quando indicam o valor consecutivo de um evento; *estativo*<sup>33</sup>, quando indicam aquisição de estado.

c) *Auxiliares de voz* – formam com o particípio do verbo núcleo do predicado a locução verbal de voz passiva – conhecida como voz passiva analítica. A condição típica para esta estrutura é que haja na voz ativa um objeto direto como complemento do verbo núcleo do predicado, muito embora haja exceções bem pontuais<sup>34</sup>. O verbo que prototipicamente assume a forma auxiliar para essa construção é o verbo *ser*. Entretanto, Neves (2018) comenta que é possível a formação com o verbo *estar* na função de auxiliar. Essa posição não encontra unanimidade, como podemos verificar em Azeredo (2018), que considera o verbo *estar*, nessa combinação, um verbo copulativo (de ligação).

Cabe lembrar que Neves (2018) também não comenta a diferença aspectual entre uma estrutura passiva composta com auxiliar *ser* e uma estrutura composta com o auxiliar *estar*: voz passiva de estado, para estrutura com verbo *estar* e voz passiva de mudança de estado para o verbo *ficar*.

Para Azeredo (2017) os auxiliares são verbos de função gramatical definida – expressam as noções de tempo/modo, número/pessoa, aspecto e modalidade – que precede o verbo principal (predicador) e os mais gramaticalizados são *ter* e *haver*, que se combinam com o particípio do verbo predicador para formação dos tempos compostos e *ser*, que se combina com o particípio variável do verbo predicador. Com graus mais atenuados de gramaticalização seguem os auxiliares indicadores de futuridade, aspecto e modalidade: *ir*, que se combina o infinitivo do verbo predicador para indicar futuridade; *estar*, *ficar*, *vir*, *ir*, combinados com o gerúndio e *parar(de)*, *começar (a)*, *passar(a)*, *voltar (a)*, *estar (para)*, *acabar (de)*, *vir (a)*, combinados com o infinitivos para indicação de valores aspectuais; e *poder*, *dever*, *ter (de/que)*, combinados com infinitivo para indicar modalidade.

<sup>33</sup> Termo cunhado por nós para representar a ideia de aquisição de estado expresso por algum meio.

<sup>34</sup> Os verbos *obedecer* e *desobedecer* representam algumas das exceções a esse fato, pois, embora sejam atualmente apresentados pela tradição normativa como verbos transitivos indiretos, são possíveis na estrutura de voz passiva analítica, já que o usuário, ao empregá-lo, considera-o como transitivo direto.

Quadro 3 - Quadro sinóptico sobre os conceitos de verbo auxiliar

Autor	Obra	Conceito	Auxiliar	Verbo predicador	Perífrase
Barbosa	Grammatica philosophica da lingua portuguesa	Verbo que se une ao verbo substantivo simples para auxiliá-lo a formar o completo painel de enunciação dos verbos nos diversos modos, tempos, número e pessoas	Haver, estar, ter	Infinitivo e participípio	Perífrases de matiz aspectual
			Andar, vir, ir	Infinitivo, participípio e gerúndio	Perífrases de matiz temporal
Ribeiro	Seroes Gramaticaes ou Nova Grammatica Portugueza	Formas verbais que unidas a um verbo abstrato ou concreto	Estar, ter, haver	Infinitivo, gerúndio e participípio	Locuções verbais
Pereira		O verbo que serve para formação de tempos compostos e construções perífrases com vozes e locuções verbais	Ter, haver	Infinitivo	Perífrases de matiz aspectual
				Participípio	Tempos compostos
			Ser, estar	Participípio	Perífrase de voz passiva
			Andar, ir, vir, dever, poder, acertar(de), tornar (a), estar ( a), ter (de), haver (de)	Infinitivo e gerúndio	Perífrases de matiz aspectual e modal. Obs.: A locução verbal é a combinação de dois ou mais verbos que concorrem para expressar uma ideia acessória da ação verbal.
Cunha (2008)	Nova gramática do Português Contemporâneo	Verbo que se combina com o principal em sua forma nominal (infinitivo, gerúndio ou participípio) para formar locuções verbais	Ter e haver	Participípio	Tempos compostos da voz ativa
			Ter(de) e haver (de)	Infinitivo	Perífrases de matiz modal
			Ser e estar	Participípio	Perífrase de voz passiva de ação
			Estar	Gerúndio	Perífrase de voz passiva de estado
			Estar (a) (para)	Infinitivo	Perífrases de matiz aspectual e modal
			Ir, andar	Gerúndio	Perífrase de matiz aspectual
	Infinitivo	Perífrase de matiz modal			

			vir	Gerúndio	Perífrase de matiz aspectual
				Infinitivo	Perífrase de matiz modal
			Vir (de)	Infinitivo	Perífrase de matiz aspectual
			Ficar (ficar a)	Particípio	Perífrase de voz passiva de mudança de estado
				Infinitivo e Gerúndio	Perífrase de matiz aspectual
			Acabar (de)	Infinitivo	Perífrase de matiz aspectual
Bechara (2009)	Moderna Gramática Portuguesa	Verbo que se combina com o infinitivo, o gerúndio ou o particípio para formar uma locução verbal, emprestando em muitas situações um matiz semântico a eles.	Ter, haver e ser	Infinitivo e Gerúndio	Perífrase de matiz aspectual
			Ser, estar, ficar		
			Começar (a), deitar (a), estar (para/por), pegar (a), continuar (a), permanecer, andar, ir, costumar, voltar (a), acabar (de), cessar (de) deixar (de)		
			Haver (de), ter (de), ter (que), dever, precisar (de), buscar (a), pretender, tentar, conseguir, lograr, parece, ir, chegar (a) vir (a)	Infinitivo e Gerúndio	Perífrase de matiz modal
Perini (2010, 2005)		Verbo que apresenta transparência valencial e se combina com gerúndio, infinitivo, ou particípio.	Ter	particípio	Tempo composto
			Ir	Particípio	Tempo composto
			Ir	Infinitivo	Perífrase indicadora de futuridade
			Estar, andar, vir, ir	Gerúndio	Perífrase de matiz aspectual
			Acabar (de), deixar (de), começar (a), continuar (a)	Infinitivo	Perífrase de matiz aspectual
			Poder, dever, ter (de/que), haver (de/que)	Infinitivo	Perífrase de matiz modal
Neves(2018)		Verbo que se constrói com outro verbo a	Ter, haver	Particípio	Perífrase de matiz temporal (tempo

		fim de expressar tempo e/ou aspecto verbal			composto)
			Ir	Infinitivo	Perífrase denotadora de futuridade
			* Neves não elenca os verbos semiauxiliares indicadores de aspecto, apenas comenta os valores aspectuais expressos: inceptivos, cursivos, terminativos, resultativos, iterativos, consecutivos estativo	Particípio, gerúndio e infinitivo (acompanhado por preposição)	Perífrase de valor aspectual
			Ser, estar	Particípio	Perífrase de voz passiva
Azeredo (2018)		Verbos de função gramatical definida que precedem o verbo predicador e expressam as noções de tempo, modo, número, pessoa, aspecto e modalidade.	Ter, haver	Particípio	Tempo composto
			Ser	Particípio	Perífrase de voz passiva
			Ir	Infinitivo	Perífrase indicadora de futuridade
			Ir, estar, ficar, vir	Gerúndio	Perífrase de valor aspectual
			Parar (de), Passar (a), Começar (a), Acabar (de), vir (a), Voltar (a) , estar (para)	Infinitivo	Perífrase de valor aspectual
			Poder, dever, Ter (de/que)	Infinitivo	Perífrase indicadora de modalidade

Fonte: O autor, 2021.

#### 4.4 Análise dos semiauxiliares modais: em destaque, “os deônticos”

#### 4.4.1 Poder, Dever, ter (de), haver (de)

O verbo *dever* semiauxiliar modal compõe locução verbal com o infinitivo, mas apresenta flexão restrita, pois é defectivo no pretérito perfeito do indicativo, além de raramente ser empregado no futuro do conjuntivo<sup>35</sup>. Diante dessas situações, substitui-se por “ter (de) em seu valor *deôntico* de obrigação. Como já vimos, o valor *deôntico* de obrigação pressupõe uma interação em que um sujeito comunicante – instanciado em um *poder-fazer* – obriga/leva o sujeito interpretante a realizar determinada ação ou comportar-se de determinada forma. “A imposição de uma obrigação está associada, em primeiro lugar, à possibilidade de controlo da situação pela entidade que está sujeita à obrigação (...)”, (RAPOSO *et al.*, 2013, p. 638).

O maior ou menor controle sobre a situação pode estar relacionado à leitura/interpretação do interlocutor. Essa mesma leitura pode agir elucidando essas possíveis ambiguidades, tal como o contexto situacional ou os fatores paralinguísticos e suprasegmentais.

“(...) a possibilidade de interpretação deôntica de construções com o verbo semiauxiliar modal *dever* está dependente, em parte da classe aspectual do verbo pleno (ou do predicativo) com o qual se combina e da existência de controlo por parte do sujeito sobre o evento ou sobre o estado denotado por esse verbo o pelo predicado que o integra.” (RAPOSO *et al.*, 2013, p. 639-640).

A possibilidade de uma leitura deôntica também é identificada em predicados onde o controle da situação é exercido por uma entidade, que não é o sujeito, identificada no contexto. Entretanto, destacamos que ela não está disponível a quaisquer situações, visto que é dependente de o estado ou o evento ser controlável por um sujeito ou por outra entidade.

O verbo *dever* como verbo predicador se expressa comumente com os seguintes valores:

- 1) *Ter de pagar, estar obrigado a*, selecionando um sujeito inativo e um complemento que representa a soma devida ou o produto e outro complemento que representa o beneficiário (humano), introduzido pelas preposições “a” ou “para”: “Sidrielle devia alta quantia ao Manuel da Padaria”, “Eu devia *um galo* à dona Negmar”. Borba (1991) destaca que o complemento que representa o beneficiário, às vezes, vem apagado no enunciado: “Devo dois aluguéis e alguns impostos”.

---

<sup>35</sup> Subjuntivo

- 2) *Ser devedor, ser detentor de graça, estar em agradecimento*, selecionando um sujeito, um complemento representado por um nome abstrato e outro introduzido pela preposição “a”: “Devo minha felicidade à Dona Elci”, “A quem devo a honra?” e “O menino achava que não devia contas a sua mãe.”.

O verbo *dever* como verbo pronominal predicador expressa-se com o valor de:

- 1) “*Estar obrigado a se dedicar a*”, “*Consagrar-se*”, selecionando um complemento com a preposição “a”: “Deve-se, certamente, à Pátria”.

Raposo (*et al.*, 2013, p.637) destaca que o verbo modal deve apresentar defectividade:

O verbo *dever*, enquanto modal, pode ocorrer nos tempos do presente e do imperfeito, quer no indicativo (cf.(40a, b)), quer do conjuntivo (*sic*) (cf.(40c, d)), e ainda no futuro (cf.(40e)) e no condicional (cf.(40f)). No entanto, o modal *dever* é defectivo quanto ao pretérito perfeito do indicativo (cf. a impossibilidade de *\*ele deveu ler esse livro*) e raramente surge no futuro do conjuntivo (*sic*), sendo, nestes casos, substituído por *ter* (de), em particular no seu valor deôntico de obrigação (compare-se ?? *quando ele dever ler o livro, compra-o com quando ele tiver de ler o livro, compra-o*), e raramente ocorre nos tempos compostos (cf. a impossibilidade de *\*o João tinha devido pagar as dívidas*).

(40)

- a. O João deve pagar as dívidas.
- b. O João devia pagar as dívidas.
- c. Receio que João deve pagar as dívidas.
- d. Receei que o João devesse pagar as dívidas.
- e. O João deverá pagar as dívidas.
- f. O João deveria pagar as dívidas.

Os enunciados com auxiliar modal *dever* apresentam maior ou menor expressividade deôntica, em virtude da natureza dos verbos predicadores com quem ele forma a perífrase, sem desconsiderar a possibilidade de maior ou menor controle do sujeito no evento em questão e do tempo e modo em a forma verbal auxiliar está sendo flexionada. Com o verbo predicador no infinitivo que com ele combina para formar a perífrase: infinitivo designativo de *fazer* ou infinitivo designativo de *estado/processo*.

#### **Infinitivo designativo de *fazer***

- 1) Indica obrigação (*dever transferido*): “Você deve prover sua família”, “Os alunos devem obedecer aos professores”.

Percebe-se que nos dois enunciados é possível uma leitura epistêmica dos Enunciados.

- 2) Indica intenção (*dever autodestinado*): “Essa espelunca deveria fechar”, “Devemos escovar os dentes após as refeições”.

### **Infinitivo designativo de estado/ processo**

- 1) Indica necessidade ou possibilidade, suposição: “Deveríamos ter um doutor na família”, “Isso devia acabar desse jeito”, “Gedilton deve ser simpático”, “Alguns brasileiros devem viver em Portugal”, “O professor deve ser alto”. “Deve ser alto”, “Deve chover amanhã”.

Os dois primeiros exemplos apresentam necessária leitura deôntica. Já o terceiro e o quarto apresentam ambiguidade, por permitirem uma leitura deôntica e outra epistêmica. Já o último exemplo, por apresentar um predicado não controlado pelo sujeito, permite apenas leitura epistêmica.

O verbo *dever* como auxiliar modal em combinação com O infinitivo composto, em razão do valor perfectivo consequente da presença do particípio na perífrase apresenta preferências de leitura de acordo com a flexão modo temporal em que se encontra. Flexionado no pretérito imperfeito do indicativo, no futuro do pretérito ou no futuro do presente do indicativo, apresenta leitura deôntica preferencial – “Katimar *devia ter* visto o filme”, “Katimar *deveria ter* feito o trabalho”, “Katimar *deverá ter* feito o trabalho até hoje”. Nesse último exemplo é possível inferir que a presença do advérbio dêitico “hoje” colabora para leitura deôntica.

Já quando no presente do indicativo, o auxiliar *dever* orienta a uma leitura epistêmica – “Katimar *deve ter* realizado a faxina”. Essa preferência pela leitura epistêmica também ocorre em predicados estativos – “Helen *deve ter* sido bonita”, “Helen *devia ter* sido bonita”, “O professor *deve ter* estado doente”, “O professor *devia ter* estado doente”; Muito embora, quando o predicado for controlável, a leitura possa variar de acordo com a flexão modo-temporal apresentada pelo auxiliar modal *dever* – deôntica – “O novo estagiário *deve ter* sido simpático” (leitura epistêmica); “O novo estagiário *devia ter* sido simpático” e “O novo estagiário *deveria ter* sido simpático.” (ambos com leitura deôntica).

Foi possível perceber com os exemplos apresentados que a flexão modo temporal em que se encontra o verbo semiauxiliar “dever” colabora para a identificação do valor modal expresso pela perífrase. Além disso, segundo Raposo (*et al.*, 2013, p.642), a flexão modo-temporal e número-pessoal do verbo “dever” também colabora os graus de necessidade ou obrigação expressos pela perífrase.

Os diferentes tempos em que o verbo modal *dever* ocorre podem, de algum modo, influenciar o grau e necessidade ou obrigação. Assim, o imperfeito, o futuro e o condicional (*sic*), para além de possível informação temporal, podem também atribuir um menor grau de certeza ou uma obrigação ou necessidade menos forte.

O verbo “poder” como verbo predicador em um sintagma verbal simples expressa-se com os seguintes valores:

- 1) “ter o poder”, “possuir força física ou moral”, “ter influência”, selecionando um sujeito inativo com a presença de dois complementos (um deles introduzido pela preposição “contra”) ou na ausência de complementos: “O mal nada poderá contra nós”, “Ele pode muito!!!”.
- 2) “Ter domínio ou controle sobre”, selecionando um sujeito e um complemento introduzido pela preposição “com”: “Ninguém pode com esse cão”, “Não posso com altura”.

Como verbo semiauxiliar modal, formando perífrase com infinitivo, não apresenta restrições de flexão, podendo ocorrer em todos os tempos simples e compostos do indicativo e subjuntivo. Destaca-se que, igualmente ao verbo “dever”, prefere leituras deônticas em enunciados com predicados eventivos, apresentando o sujeito como a entidade sobre a qual incide a permissão (RAPOSO, *et al.*, 2013). Dessa forma, ele indica os seguintes valores:

- 1) “ter “a faculdade ou a possibilidade de”, interage com o verbo predicador para escolha de um sujeito dotado de potência eventual e um complemento sem preposição ou com a preposição “a”: “Podemos realizar isso agora”, “A inflação poderá chegar a 10%”.  
O primeiro exemplo permite uma leitura tanto deôntica, associada à permissão (autorização), quanto epistêmica, associada à constatação. Já no segundo exemplo, em razão de um sujeito representado por nome abstrato, é permitido apenas leitura epistêmica, associada à ideia de possibilidade.
- 2) “ter capacidade, força, saúde para suportar”, interage com o verbo predicador para escolha de um sujeito dotado de potência efetiva: “A corrupção não *pode progredir*”, “Não *podia ver* um cravo, que logo *queria arrancar*”.
- 3) “Ter autorização, permissão para”, influenciando o verbo predicador para escolha de um sujeito que solicita ou a quem se concede um determinado poder: “Você não *pode participar* do evento sem apresentar seu ingresso”, “*Posso fazer* uma última pergunta?”.
- 4) “Ser capaz de”, “Estar em condições”, interage com o verbo predicador para na escolha de um sujeito que represente um ser a quem se faz uma solicitação: “Você já *podia limpar* a parede”, “Você bem que *podia trazer* sua bola”.

Os dois últimos exemplos são empregados para, de maneira polida, realizar um pedido para que alguém execute alguma ação.

Raposo (*et al.*, 2013) mais uma vez destaca a importância do valor semântico expresso pelo verbo predicador (inclusive seu valor aspectual), em combinação com o modal *poder*, para determinação entre uma leitura epistêmica ou deôntica: “A criança *pode cair*”, “*Pode chover*” (leitura epistêmica relacionada à possibilidade, uma vez que não seria congruente, no primeiro exemplo, dar permissão para cair ou, no segundo exemplo, dar permissão para realizar o fenômeno de chover, já que não depende do controle do sujeito e não há sujeito, respectivamente); “Uoston *pode ganhar* a corrida” (leitura epistêmica relacionada a possibilidade, muito embora nesse caso o evento dependa parcialmente do sujeito).

O verbo *poder* como auxiliar modal, em combinação com o infinitivo composto, revela os mesmos traços aspectuais de perfectividade apresentados pelo modal *dever* – tanto para predicados eventivos, quanto para predicados estativos – e pela mesma razão: a presença do participio na perífrase. Essa combinação orienta a leituras epistêmicas: “Joab *pode ter* feito o trabalho”, “Joab *pode ter* sido simpático”, “Joab *podia ter* sido alto”.

A combinação *ter de* (com variante *ter que*, onde a palavra *que* – altamente gramaticalizada – assume categoria de preposição) é exclusivamente empregada como semiauxiliar modal, uma vez que suas particularidades sintáticas e semânticas a diferem significativamente do verbo predicador “ter”. Segundo Borba (1991), essa combinação assume valor deôntico e une-se a verbos predicadores no infinitivo, sem restrições flexionais, para exprimir os valores de “ter obrigação”, “ter o dever”, “ter a necessidade”. Entretanto, destacamos que a determinação do valor deôntico dependerá da natureza do predicado e do contexto em que a combinação será inserida, podendo inclusive leitura volitiva: “Ele tem de ser alto” (leitura volitiva), “Ele tem de ser alto para jogar basquete” (leitura deôntica).

Raposo (*et al.*, 2013) comenta a diferença de graus de obrigatoriedade expressos pelas combinações *ter de* e *ter que*, considerando essa última menos normativa que a primeira: “tenho que beber água” (- normativo) e “tenho de beber água” (+normativo). Por sua vez, Houaiss (2009) destaca que a combinação *ter que* é recriminada (ainda que seja a variante com maior frequência de uso no Português brasileiro) por alguns gramáticos, que preferem outras variantes como *ter para* (ter para fazer), *ter por* (ter por fazer).

Entretanto cabe-nos uma ressalva quanto à explícita diferença semântica entre elas: as combinações *ter para* e *ter por* denotam mais explicitamente valor aspectual que deôntico.

A combinação *ter de* (*ter que*), formando perífrase com o infinitivo composto permite tanto uma leitura deôntica quanto uma leitura epistêmica, sendo, entretanto, orientado a uma

leitura deôntica, quando o verbo semiauxiliar de combinação encontra-se flexionado no pretérito imperfeito do indicativo ou no futuro do pretérito: “Com esse engarrafamento, tem que ter acontecido alguma coisa” (epistêmica), “Você tinha que ter terminado o trabalho” e “Você teria que ter terminado o trabalho (ambas deônticas)”.

A combinação *haver de* permite simultaneamente a expressão de valor modal deôntico e temporal de futuridade (futuro promissivo) – obrigação e intenção – da realização de um determinado evento: “Eu hei de guardar teu nome”, “Gilvaneide há de cumprir sua tarefa”.

Raposo (*et al.*, 2013, p.650) comenta que,

Quando *haver(de)* está no presente do indicativo, nem sempre a leitura modal sobressai relativamente à leitura temporal de futuro, que é frequentemente a dominante, talvez porque a leitura deôntica de obrigação se reporta necessariamente a um tempo posterior ao da enunciação, que em que deverá ser cumprida a obrigação. Comparando a construção com *haver (de)* e construções em que o verbo pleno está no tempo futuro e se anunciam normas ou mandamentos (como em *respeitarás os teus pais e não matarás*), o tempo futuro tem uma força modal deôntica mais forte do que *haver (de)*.

Esse destaque da leitura temporal é bem claro nos exemplos a seguir: “Não há de ser coisa séria”, “Havemos de obter bons resultados”.

É possível sobrepor o valor deôntico ao valor de futuridade e ao mesmo tempo atenuá-lo, saindo de um valor de forte obrigação para um valor de sugestão, empregando, para isso, o semiauxiliar no pretérito perfeito do indicativo: “Você havia de ter olhado a janela antes de sair”, “Eles haviam de sair logo cedo” (RAPOSO, *et al.*, 2013; BORBA, 1991).

## 5 CARACTERIZAÇÃO DO *CORPUS*

O *corpus* desse trabalho é totalmente composto por postagens na modalidade escrita em contexto de CMC publicadas tanto na *fanpage* quanto na conta pessoal de Olavo de Carvalho<sup>36</sup> vinculadas ao site da rede social Facebook, entre os anos de 2015 e 2019, referentes às mais diversas temáticas, que demonstrem marcas linguísticas que permitam a assunção da modalidade deôntica em formas verbais em função auxiliar.

Escritor, palestrante e conferencista, que se atribui o título de “filósofo autodidata”, – ainda que seja ignorado pelas principais universidades do país – o influenciador digital Olavo de Carvalho tornou-se referência para o alto escalão do governo federal e para inúmeros outros seguidores que o veem como pensador de intelecto sem igual.

A sua legitimação como tabu nos círculos acadêmicos tradicionais e na grande mídia fez com que ele buscasse a independência midiática viabilizada pelas redes sociointerativas digitais.

Hoje se dedica à ampliação de seu poder pessoal sobre seus “discípulos” e sobre a política nacional por meio de um belicoso ativismo político atuante nas redes sociais, que lhe confere exponencial publicidade, em razão das tecnologias de comunicação e da organização das redes sociais digitais.

O homem por trás da indicação de ministros em pastas estratégicas do governo Jair Bolsonaro, aos 71 anos, vive, desde 2005, nos Estados Unidos, de onde ministra cursos de Filosofia que são transmitidos por vídeos, por meio de seu canal na Internet. Até pouco tempo atrás, era tratado como uma espécie de caricatura da extrema direita e do neoconservadorismo no Brasil, mas algo definitivamente mudou com a eleição de Bolsonaro para a presidência da República.

---

<sup>36</sup> Fonte: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/27/politica/1543319632\\_709659.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/27/politica/1543319632_709659.html). Acesso: 18/01/2019.

## 6 ANÁLISE DO CORPUS



Figura 5 – Enunciado 1

*DEVE COMER*<sup>37</sup>

### Análise enunciativa

**Visada de informação:** O sujeito comunicante assume uma posição de saber para julgar uma possibilidade de ação e assim busca um *fazer saber* por parte do sujeito interpretante.

**Ato enunciativo:** *delocutivo* – modalidade de *asserção* subcategoria *apreciação*. O sujeito comunicante avalia positivamente a escolha acerca da possibilidade de uma ação. O sujeito interpretante não está implicado diretamente.

### Análise linguística

**Domínio de Modalidade:** *Deôntico* expresso no domínio da *necessidade* sobre um evento controlável e relacionado ao valor de *obrigação*. O contexto permite exclusiva leitura deôntica, em que se declara a desobrigação de um fato.

<sup>37</sup> Márcia Angelita Tiburi é uma filósofa, artista plástica, professora universitária, escritora e política brasileira, filiada ao Partido dos Trabalhadores (dia 6 de março de 2018). Anteriormente, a filósofa fez parte dos quadros do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL) entre 2013 e 2017. Publicou livros de filosofia, entre eles a antologia *As Mulheres e a Filosofia* e *O Corpo Torturado*, além de *Uma outra história da razão*. Foi candidata ao Governo do Estado do Rio de Janeiro para o ano de 2019, obtendo 447.376 votos.

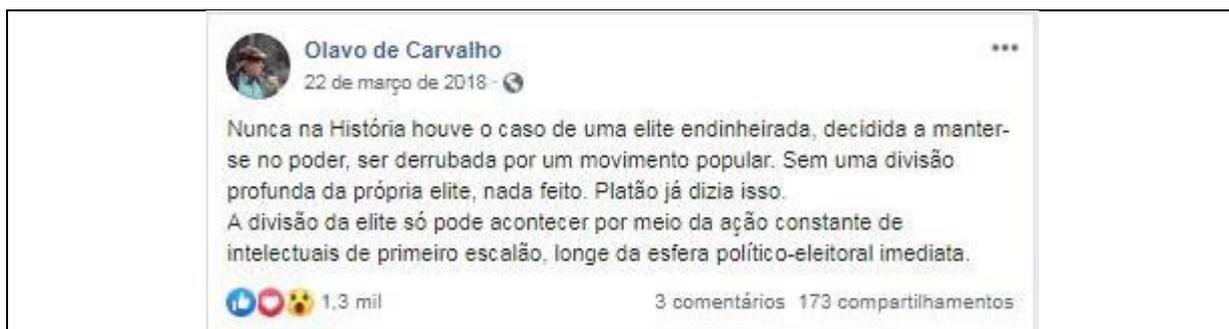


Figura 6 – Enunciado 2

**PODE ACONTECER****Análise enunciativa**

**Visada de incitação:** O sujeito comunicante quer mandar fazer, mas, como não pretende declarar suas intenções abertamente, incita a fazer por meio de um discurso persuasivo baseado em argumento de uma autoridade reconhecida.

**Ato enunciativo:** *delocutivo* – modalidade de *asserção* subcategoria *afirmação*. O sujeito comunicante estabelece em seu enunciado uma ação a realizar e a impõe ao sujeito interpretante, em razão da autoridade que lhe é conferida.

**Análise linguística**

**Domínio de Modalidade:** *epistêmico* expresso na dimensão da *possibilidade*. No entanto é possível uma possível leitura deôntica (fraca), já que o aspecto condicional inerente à possibilidade dialoga com o valor de permissão. O contexto também permite inferir um evento controlável.

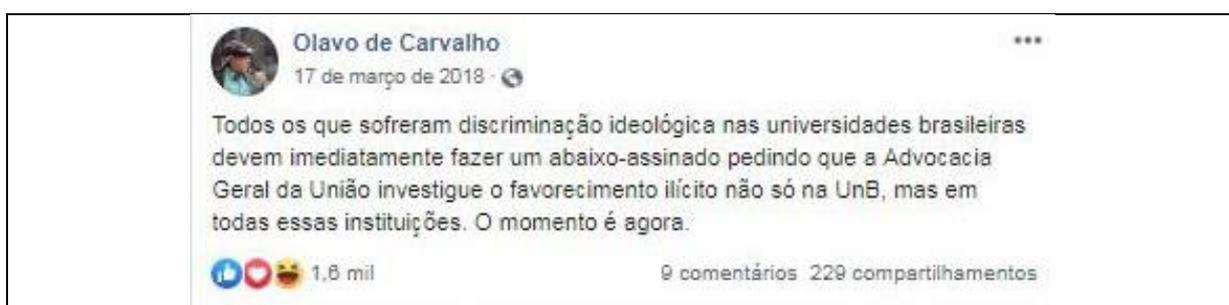


Figura 7 – Enunciado 3

**DEVE (...) FAZER****Análise enunciativa**

**Visada de prescrição:** o sujeito comunicante quer *mandar fazer*. E por saber que se encontra em posição que o legitima para isso, impõe ao sujeito interpretante um *dever fazer*.

**Ato enunciativo:** *alocutivo* – modalidade de *injunção*. O sujeito comunicante, assumindo um

estatuto de poder que lhe é conferido, impõe peremptoriamente ao sujeito interpretante uma ação a ser realizada, embora a sanção relativa à injunção não esteja clara no enunciado.

### Análise linguística

**Domínio de Modalidade:** *deôntico* expresso no domínio da *necessidade* com forte valor de *obrigação*. O interlocutor está diante de uma ação controlável.

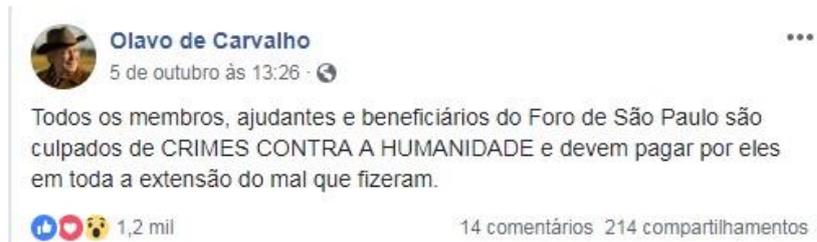


Figura 8 – Enunciado 4

### DEVEM PAGAR

### Análise enunciativa

**Visada de incitação:** O sujeito comunicante, por não se encontrar na posição de autoridade faz o sujeito interpretante acreditar que a realização do ato lhe trará alguma benesse. Essa benesse vem em nome de uma ordem moral: busca por justiça.

**Ato enunciativo:** *delocutivo* – modalidade de *asserção* subcategoria *obrigação (interna)*.

### Análise linguística

**Domínio de Modalidade:** *deôntico* expresso no domínio da *necessidade* com forte valor de *obrigação*.

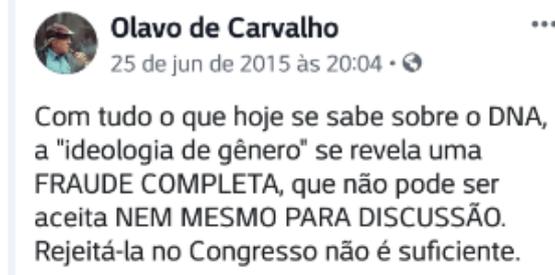


Figura 9 – Enunciado 5

### (NÃO) PODE SER

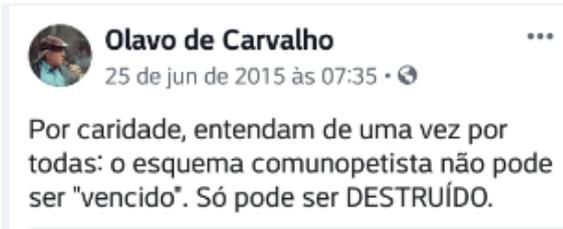
<b>Análise enunciativa</b>
<p><b>Visada de prescrição:</b> Muito embora o sujeito comunicante não tenha uma autoridade chancelada institucionalmente que lhe permita assumir um caráter injuntivo, o sujeito interpretante lhe confere um <i>ethos</i> de autoridade epistemológica que permite a leitura de uma visada de prescrição.</p>
<p><b>Ato enunciativo:</b> <i>decolutivo</i> – modalidade de <i>asserção</i> subcategoria de <i>recusa</i>.</p>
<b>Análise linguística</b>
<p><b>Domínio de Modalidade:</b> <i>deôntico</i> expresso no domínio da <i>possibilidade</i> associada ao valor de <i>permissão</i>. Destaca-se a presença do modificador “não” negando a possibilidade de realização do ato apresentado na proposição.</p>

<p>Figura 10 – Enunciado 6</p>
<p><i>(NÃO) PODE SER VENCIDO / (SÓ) PODE SER DESTRUÍDO</i></p>
<b>Análise enunciativa</b>
<p><b>Visada de informação:</b> O sujeito comunicante expressa ciência sobre um fato do mundo de forma categórica. O emprego de “só” orienta a uma visada de prescrição, uma vez que reduz as opções de escolha do sujeito interpretante.</p>
<p><b>Ato enunciativo:</b> <i>delocutivo</i> – modalidade de <i>asserção</i> subcategoria <i>constatação</i>.</p>
<b>Análise linguística</b>
<p><b>Domínio de Modalidade:</b> <i>Epistêmico</i> expresso na dimensão da possibilidade. As construções apresentam os modificadores “não” e “só” que interferem no conteúdo das proposições, respectivamente, negando e condicionando a verdade dessas proposições.</p>



Figura 11 – Enunciado 7

*(NÃO) PODE (JAMAIS) SER*

### **Análise enunciativa**

**Visada de pathos:** O sujeito comunicante apresenta uma encenação linguística que busca despertar o caráter moral do sujeito interpretante por meio de um apelo emocional. Também é possível inferir a visada de incitação, uma vez que a comoção levará o sujeito interpretante a tentar mudar um estado de ser do mundo.

**Ato enunciativo:** *delocutivo* – modalidade de *asserção* subcategorias *opinião/ evidência*.

### **Análise linguística**

**Domínio de Modalidade:** *deôntico* expresso no domínio da *possibilidade* com valor de *permissão*. A presença dos modificadores “não” e “jamais” na mesma proposição anula qualquer condição para realização do conteúdo apresentado a proposição.

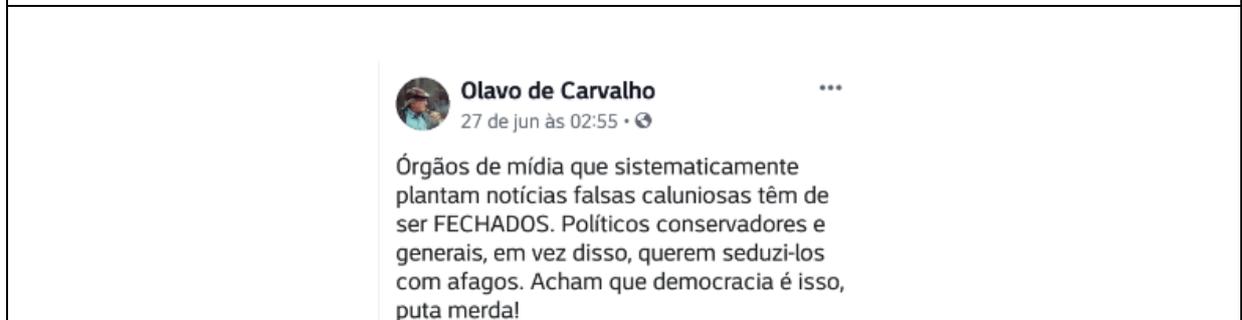


Figura 12 – Enunciado 8

*TEM DE SER*

### **Análise enunciativa**

#### **Visada de prescrição**

**Ato enunciativo:** *delocutivo* – modalidade de *asserção* subcategoria *obrigação*

### **Análise linguística**

**Domínio de Modalidade:** *deôntico* expresso no domínio da *necessidade* com forte valor de *obrigação*.

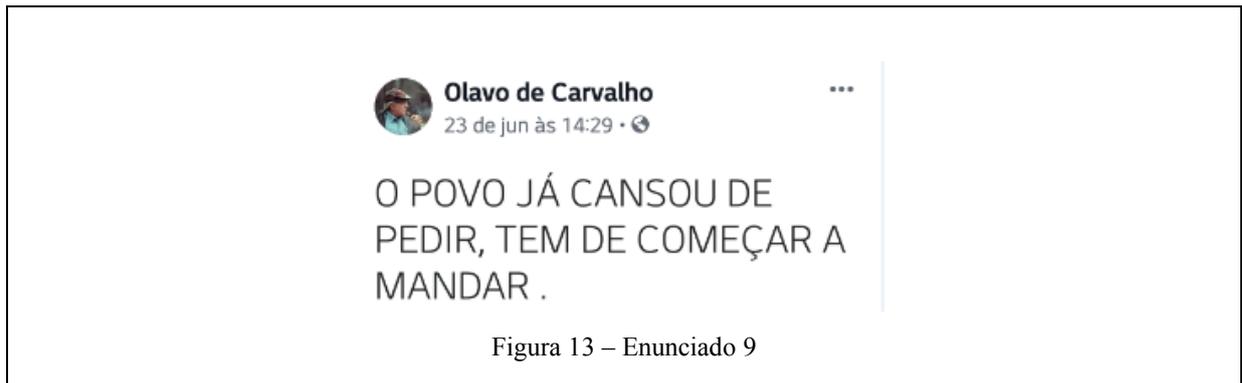


Figura 13 – Enunciado 9

*TEM DE COMEÇAR*

### **Análise enunciativa**

**Visada de prescrição:** Ainda que o sujeito comunicante não represente uma autoridade outorgada protocolarmente, ele materializa uma autoridade outorgada por seus seguidores e nela se ancora para impor um “dever fazer”, por meio de uma encenação linguística que abranda a percepção prescritiva do ato de linguagem. Destaca-se a modalização no uso da escrita em caixa alta a fim de simular um fala categórica.

**Ato enunciativo:** *delocutivo* – modalidade de *asserção* subcategoria *obrigação*.

### **Análise linguística**

**Domínio de Modalidade:** *deôntico* expresso no domínio da *necessidade* com forte valor de *obrigação*. Destaca-se o uso de artifícios gráficos (caixa alta) para atribuir maior efeito de subjetividade.

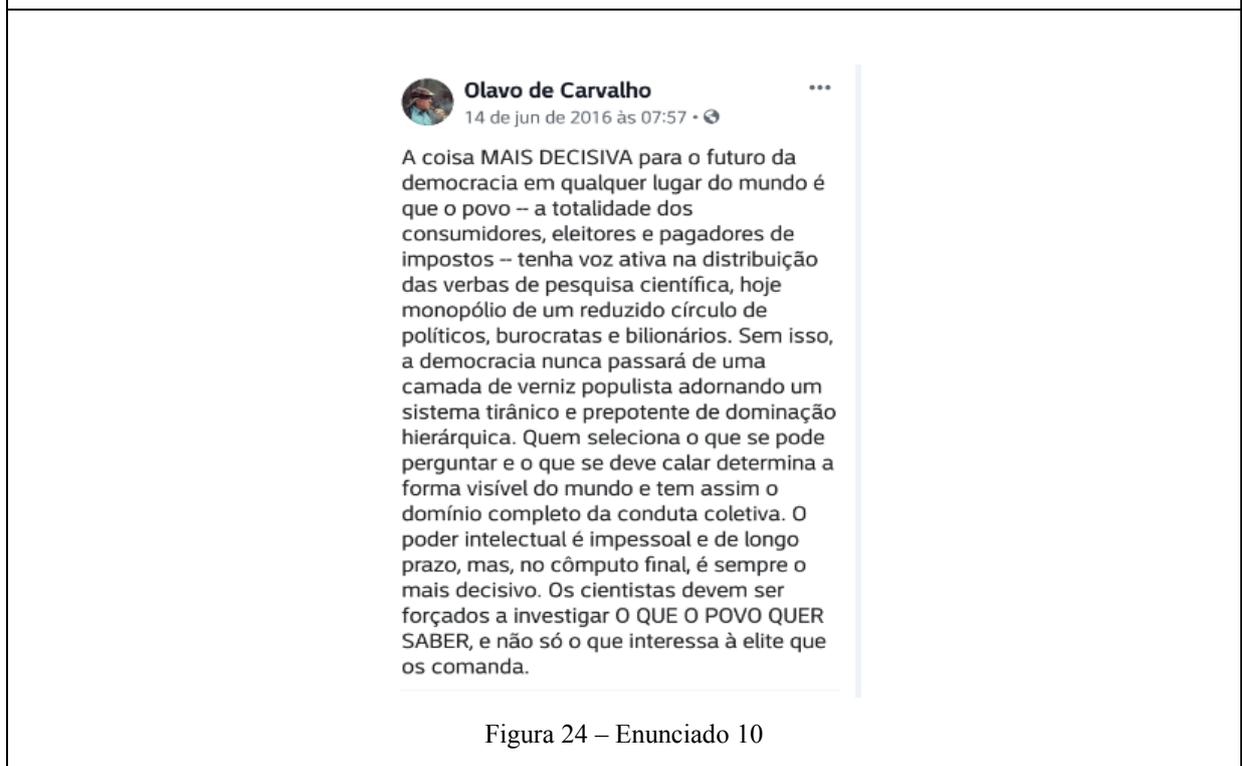


Figura 24 – Enunciado 10

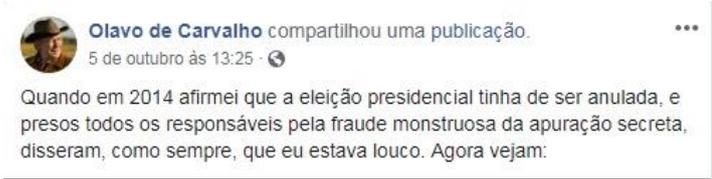
<i>DEVEM SER</i>
<b>Análise enunciativa</b>
<b>Visada de incitação e prescrição:</b> destaca-se a visada de incitação, pois o sujeito comunicante não goza de autoridade formal para impor seu projeto de linguagem, por isso o propõe um “fazer” ao sujeito interpretante que acredita em um benefício vindouro na realização desse “fazer”. Entretanto, como o sujeito comunicante assume uma autoridade conferida por seus seguidores identifica-se a visada de prescrição, ainda que velada sob uma incitação.
<b>Ato enunciativo:</b> <i>delocutivo</i> – modalidade de <i>asserção</i> subcategoria <i>obrigação</i> .
<b>Análise linguística</b>
<b>Domínio de Modalidade:</b> <i>deôntico</i> expresso no domínio da <i>necessidade</i> com forte valor de <i>obrigação</i> .

Figura 15 – Enunciado 113
<i>TINHA DE SER</i>
<b>Análise enunciativa</b>
<b>Visada de informação:</b> o sujeito comunicante resgata uma opinião expressa por ele acerca de um fato do mundo, a fim de atualizar o sujeito interpretante sobre fatos atuais.
<b>Ato enunciativo:</b> <i>delocutivo</i> – modalidade de <i>asserção</i> subcategoria <i>opinião</i> (em tom de afirmação).
<b>Análise linguística</b>
<b>Domínio de Modalidade:</b> <i>epistêmico</i> expresso na dimensão da <i>necessidade</i> associado a um forte grau de certeza sobre a verdade do conteúdo expresso na proposição. O tempo verbal expresso pelo verbo auxiliar (pretérito imperfeito do indicativo) é responsável pela leitura epistêmica.



Figura 46 – Enunciado 12

*(NÃO) POSSO SER***Análise enunciativa**

**Visada de informação:** o sujeito comunicante expõe uma opinião sua acerca de um fato do mundo para o sujeito interpretante.

**Ato enunciativo:** *elocutivo* - combinando as modalidades de *possibilidade* e de *recusa*. O sujeito comunicante apresenta sua indisposição para assumir um cargo em razão de motivos de ordem pessoal (a não concordância com a existência do ministério) e responde desfavoravelmente recusando a demanda apresentada.

**Análise linguística**

**Domínio de Modalidade:** *epistêmico* expresso na dimensão da *possibilidade* relacionada à capacidade interna do locutor.

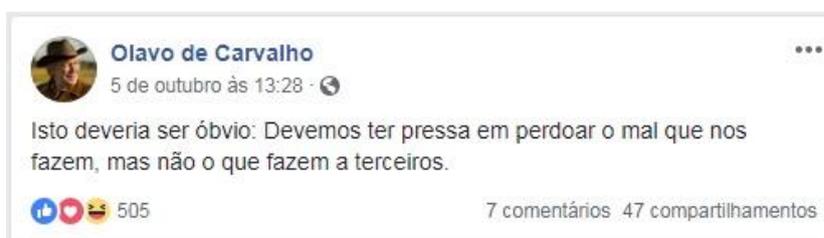


Figura 57 – Enunciado 13

*DEVEMOS TER***Análise enunciativa**

**Visada de prescrição e incitação:** interessante destacar nesse exemplo a *retórica do ódio*<sup>38</sup> marcada na atitude impositiva do enunciado

**Ato enunciativo:** *elocutivo* – modalidade de *obrigação*. O sujeito comunicante oculta sua presença enunciativa por meio da estratégia linguística do uso da primeira pessoa do plural, atenuando o valor impositivo do enunciado. O sujeito interpretante sente-se obrigado por

<sup>38</sup> Expressão aplicada por João Cezar de Castro Rocha no livro *Guerra Cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*.

razões de ordem moral a executar o projeto de fazer proposto, por acreditar que a não realização implica anuência aos desvios apresentados.

### Análise linguística

**Domínio de Modalidade:** *deôntico* expresso no domínio da *necessidade* associado a um forte valor de *obrigação* em razão do controle que os participantes têm da situação.

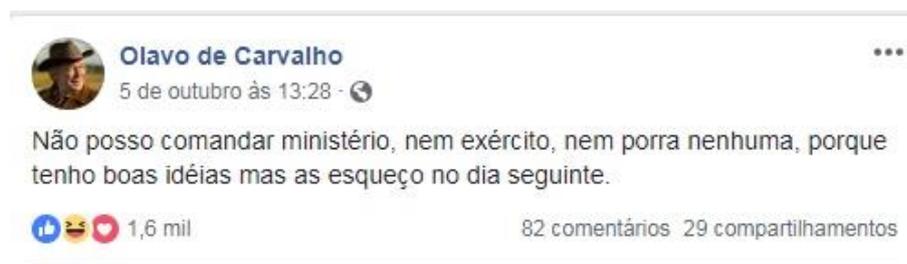


Figura 18 – Enunciado 14

(NÃO) POSSO COMANDAR

### Análise enunciativa

**Visada de Informação:** o sujeito comunicante expõe, para o sujeito interpretante, sua opinião acerca de um fato do mundo justificando seu posicionamento sobre esse fato.

**Ato enunciativo:** *elocutivo* - combinando as modalidades de *possibilidade* e *recusa*. O sujeito comunicante, em razão de não se considerar capaz intelectualmente para assumir o cargo de ministro, recusa a proposta.

### Análise linguística

**Domínio de Modalidade:** *epistêmico* expresso na dimensão da *possibilidade* relacionado à crença em sua capacidade interna.

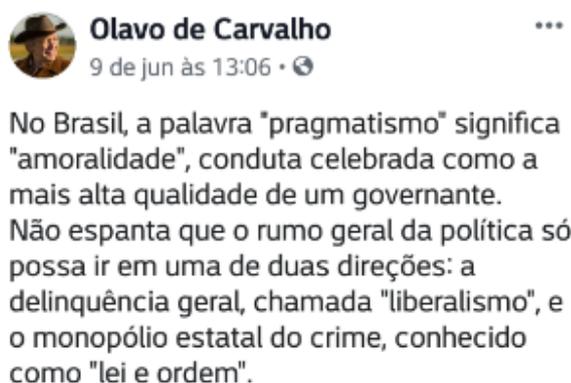


Figura 19 – Enunciado 15

(SÓ) POSSA IR

<b>Análise enunciativa</b>
<b>Visada de informação:</b> Há uma clara estratégia por parte do sujeito comunicante de orientar a leitura do sujeito interpretante, reduzindo suas possibilidades por meio do focalizador (só).
<b>Ato enunciativo:</b> <i>delocutivo</i> – modalidade de <i>asserção</i> subcategoria <i>evidência</i> .
<b>Análise linguística</b>
<b>Domínio de Modalidade:</b> epistêmico expresso na dimensão da possibilidade associado a um menor controle dos participantes (realização do conteúdo da proposição depende de fatores externos). Muito embora a flexão do verbo auxiliar no subjuntivo permita orientar a uma leitura de probabilidade, a presença do modificador “só” cerceia o universo de possibilidades para proposta de mundo do sujeito interpretante a apenas duas, ambas fruto de um juízo de valor negativo.
 <p style="text-align: center;">Figura 20 – Enunciado 16</p>
<i>TEVE DE SE CERCAR</i>
<b>Análise enunciativa</b>
<b>Visada de informação:</b> o sujeito comunicante apresenta uma versão sobre um fato da realidade, para posteriormente justificá-lo. Atenta-se que o tempo verbal no pretérito perfeito traz um tom narrativo à proposta oferecida.
<b>Ato enunciativo:</b> <i>delocutivo</i> – modalidade <i>asserção</i> subcategoria de <i>constatação</i> . O sujeito comunicante mostra conhecimento acerca de um fato da realidade de forma bem objetiva.
<b>Análise linguística</b>
<b>Domínio de Modalidade:</b> <i>epistêmica</i> expressa na dimensão da <i>possibilidade</i> associada a forte grau de crença.



Figura 21 – Enunciado 17

*DEVE SER FECHADA*

### **Análise enunciativa**

**Visada de incitação:** O sujeito interpretante é levado a acreditar pela encenação discursiva do sujeito comunicante que a realização do fazer indicado trará benefício comum e geral.

**Ato enunciativo:** *delocutivo* – modalidade de *asserção* subcategoria *exigência*. O sujeito comunicante assume um *ethos* de autoridade conferido por seus seguidores que lhe permite um lugar de fala para incitar a ação declarada na proposição.

### **Análise linguística**

**Domínio de Modalidade:** *deôntico* expresso no domínio da *necessidade* com fraco valor de *obrigação*, orientando a uma leitura voltada a apresentação de uma “sugestão”.



Figura 22 – Enunciado 18

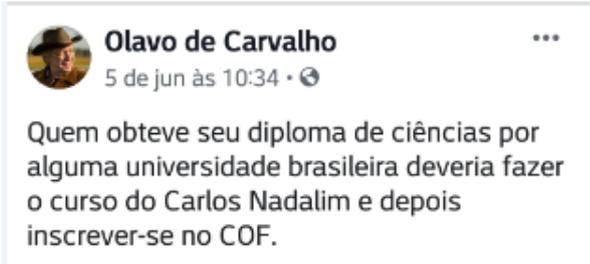
*TEM DE ENTRAR*<sup>39</sup>

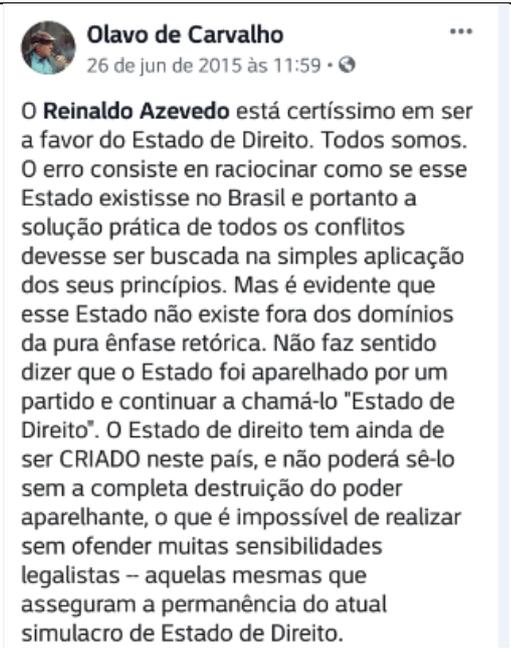
### **Análise enunciativa**

**Visada de prescrição e incitação:** a organização condicional do enunciado criada pelo sujeito comunicante coloca o sujeito interpretante diante de uma única escolha. Escolha essa

<sup>39</sup> Carlos Francisco de Paula Nadalim é o novo secretário de Alfabetização do MEC. É formado em Direito pela Universidade Estadual de Londrina (UEL), com especialização em Filosofia e mestrado em Educação pela mesma instituição. Ele também é aluno do Curso Online de Filosofia ministrado por Olavo de Carvalho e foi coautor do curso on-line *Ensine seus Filhos a Ler - Pré-Alfabetização*, composto de seis módulos com duração de 12 semanas.

que supostamente lhe trará benefícios.
<b>Ato enunciativo:</b> <i>delocutivo</i> – modalidade de <i>asserção</i> subcategoria <i>exigência</i> .
<b>Análise linguística</b>
<b>Domínio de Modalidade:</b> <i>deôntico</i> expresso no domínio da <i>necessidade</i> com forte valor de obrigação.
 <p style="text-align: center;">Figura 63 – Enunciado 19</p>
<i>(NÃO) PODE SER</i>
<b>Análise enunciativa</b>
<b>Visada de prescrição:</b> O sujeito comunicante impõe uma proposta de real. A autoridade delegada por seus seguidores permite ao sujeito comunicante um lugar de mando.
<b>Ato enunciativo:</b> <i>delocutivo</i> – modalidade de <i>asserção</i> subcategoria <i>evidência</i> .
<b>Análise linguística</b>
<b>Domínio de Modalidade:</b> <i>deôntico</i> expresso no domínio da <i>possibilidade</i> relacionado ao valor de <i>permissão</i> . A presença do modificador “não” desautoriza a ação apresentada na proposição.
 <p style="text-align: center;">Figura 24 – Enunciado 20</p>
<i>SÓ (NÃO) PODEM SER</i>
<b>Análise enunciativa</b>
<b>Visada de informação:</b> O sujeito comunicante apresenta seu enunciado como uma constatação acerca de um fato do mundo.

<b>Ato enunciativo:</b> <i>delocutivo</i> – modalidade de <i>asserção</i> subcategoria <i>evidência</i> .
<b>Análise linguística</b>
<b>Domínio de Modalidade:</b> <i>epistêmico</i> expresso na dimensão da <i>possibilidade</i> . A presença dos modificadores “não” e “só” condicionam a natureza de verdade do conteúdo da proposição, denotando também alto grau de crença.

Figura 25 – Enunciado 21
<i>DEVERIA FAZER</i>
<b>Análise enunciativa</b>
<b>Visadas de prescrição e incitação:</b> O sujeito comunicante assumindo sua posição de autoridade atribui um fazer ao sujeito interpretante, que busca essa execução. No entanto, destaca-se que a obediência do sujeito comunicante à ordem não se dá apenas pela autoridade estabelecida pelo <i>ethos</i> do sujeito comunicante, mas também pela esperança de alcançar certos benefícios em relação à execução da ação.
<b>Ato enunciativo:</b> <i>alocutivo</i> modalidade <i>sugestão</i> (configuração implícita).
<b>Análise linguística</b>
<b>Domínio de Modalidade:</b> <i>deôntico</i> expresso no domínio da <i>necessidade</i> com fraco valor de <i>obrigação</i> . Em função do tempo verbal do auxiliar. Ocorre uma atuação do valor de obrigação, orientando a uma interpretação do valor de “sugestão”.

 <p><b>Olavo de Carvalho</b> 26 de jun de 2015 às 11:59 • 🌐</p> <p>O <b>Reinaldo Azevedo</b> está certíssimo em ser a favor do Estado de Direito. Todos somos. O erro consiste em raciocinar como se esse Estado existisse no Brasil e portanto a solução prática de todos os conflitos devesse ser buscada na simples aplicação dos seus princípios. Mas é evidente que esse Estado não existe fora dos domínios da pura ênfase retórica. Não faz sentido dizer que o Estado foi aparelhado por um partido e continuar a chamá-lo "Estado de Direito". O Estado de direito tem ainda de ser CRIADO neste país, e não poderá sê-lo sem a completa destruição do poder aparelhante, o que é impossível de realizar sem ofender muitas sensibilidades legalistas – aquelas mesmas que asseguram a permanência do atual simulacro de Estado de Direito.</p>
<p>Figura 26 – Enunciado 22</p>

*DEVEM SER*

**Análise enunciativa**

**Visadas de prescrição e de incitação:**

**Ato enunciativo:** delocutivo – modalidade de *asserção* subcategoria *obrigação*.

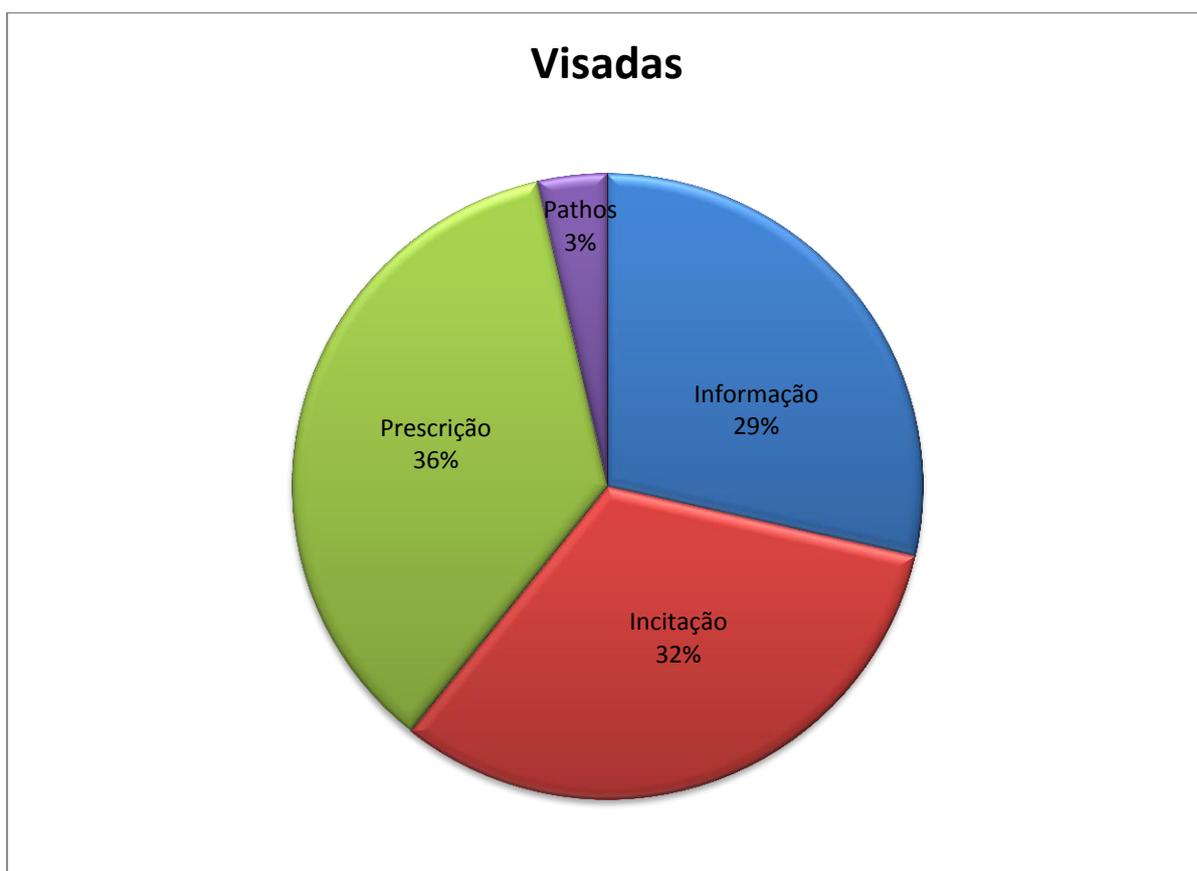
**Análise linguística**

**Domínio de Modalidade:** *deôntico* expresso no domínio da *necessidade* com forte valor de *obrigação*.

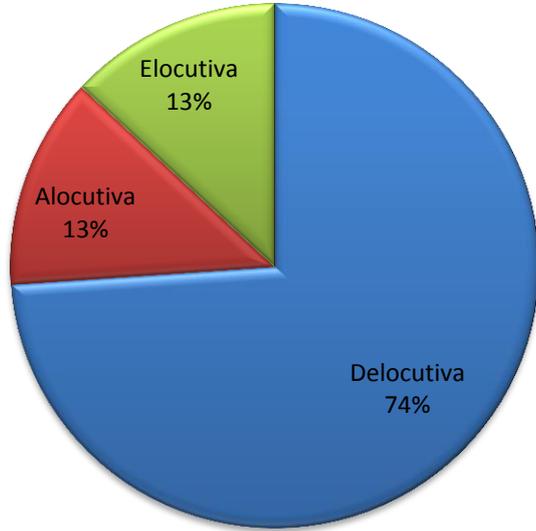
 <p><b>Olavo de Carvalho</b> 7 de dez de 2015 às 00:15 • 🌐</p> <p>Quando um sujeito diz que não admito divergências, deveria dar uma espiada nos posts do <b>Fábio Salgado de Carvalho</b>. É um dos meus melhores alunos, e o que mais me faz objeções.</p> <p>Já quando o sr. Joel Pinheiro diz que nenhum dos meus alunos consegue explicar o que aprendeu nas minhas aulas, deveria dar uma espiada nas atas do I Congresso do Instituto Brasileiro de Humanidades, no resumo da minha filosofia feito pelo Ronald Robson, nas notas do Felipe Moura Brasil ao "Mínimo" etc. etc. O sr. Pinheiro mede os outros pela sua própria burrice.</p>
<p>Figura 77 – Enunciado 23</p>

<i>DEVERIA DAR</i>
<b>Análise enunciativa</b>
<b>Visada de incitação:</b> O arranjo do enunciado revela um tom de recomendação, atenuando a injunção.
<b>Ato enunciativo:</b> <i>alocutivo</i> – modalidade de <i>sugestão</i> (configuração implícita).
<b>Análise linguística</b>
<b>Domínio de Modalidade:</b> <i>deôntico</i> expresso no domínio da <i>necessidade</i> com fraco valor de <i>obrigação</i> . Em função do tempo verbal do auxiliar. Ocorre uma atuação do valor de <i>obrigação</i> , orientando a uma interpretação do valor de “sugestão”.

Após a análise qualitativa, apresentaremos alguns dados quantitativos que nos auxiliarão na formulação das conclusões.



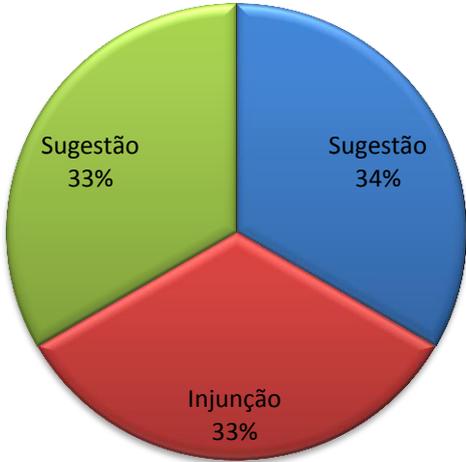
### Modalidade enunciativa



### Modalidade delocutiva



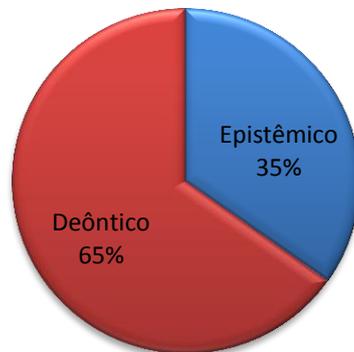
### Modalidade Alocutiva



### Modalidade Elocutiva



### Domínio de modalidade



### Domínio de modalidade deôntica



### Dimensão de modalidade epistêmica



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na identidade discursiva de Olavo de Carvalho destacam-se dados psicossociais delegados por seus interlocutores-seguidores, permitindo-lhe tanto o direito à fala sobre os mais diferentes assuntos quanto à segurança do não contraditório.

Percebemos que esse reconhecimento perante seus seguidores ocorre em razão do uso de estratégias discursivas e da identificação de valores sociais compartilhados dentro das normas sociais e nos mais variados domínios de prática social, ainda que, muitas vezes, seus discursos agridam frontalmente postulados científicos já legitimados pela tradição científica.

Por meio de um discurso uníssono – na medida em que não permite convivência com o contraditório ou com o diferente – e bem estruturado sob técnicas de argumentação retórica, Olavo ganha confiança de seu público, gerando credibilidade diante de seus interlocutores e, por consequência, adesão aos seus propósitos.

O domínio técnico dessa retórica – por colocar seus interlocutores em uma disposição de espírito passiva para apenas aceitar suas proposições – cria em Olavo de Carvalho uma identidade discursiva de intelectual digno de total credibilidade que, muito embora se combine com a identidade social, também se sobrepõe a ela, uma vez que Olavo de Carvalho iniciou sua carreira como astrólogo e jornalista.

O uso das redes sociais digitais – num momento em que elas não gozavam de tanta importância político-social para os acadêmicos e intelectuais brasileiros – implicou de forma considerável para o *status* e o poder político e social que esse ativista da extrema direita brasileira possui hoje. Seu sucesso e popularidade estão à dinâmica da arquitetura das redes sociais digitais e ao condicionamento às representações sociais (ideologias) legitimadas pela doxa vigente, fato esse intimamente ligado ao grande engajamento de seus seguidores interlocutores.

Assim, o *ethos* de autoridade epistêmica criado, principalmente, por seu discurso combina-se com a credibilidade consequente das estratégias linguístico-discursivas pautadas na retórica, permitindo-lhe a legitimidade para assumir o lugar de fala conferido por seus seguidores de onde gera seus discursos autoritários. Isso nos lembra que um discurso não pode refletir autoridade, se não for enunciado por uma pessoa legitimada, em uma situação legitimada para interlocutores legítimos.

Mantendo a dicotomia de nossa análise, que combina os estudos enunciativos aos estudos gramaticais, iniciaremos as inferências acerca dos aspectos enunciativos, ressaltando as visadas e as modalidades enunciativas.

Sobre as intenções psicossociodiscursivas que norteiam a organização do discurso e determinam a expectativa do ato de linguagem, foi possível atestar o destaque de quatro visadas – *prescrição*, *incitação*, *informação*, *pathos* – com uma pequena predominância da visada de prescrição sobre as demais, além de, em 50% das incidências da visada de *prescrição* ela se combinar com a visada de *incitação*.

Esse fato nos mostra a legitimação da posição de autoridade delegada por seus interlocutores-seguidores e prontamente assumida por Olavo de Carvalho, como já demonstrou algumas vezes por meio de sua grande influência no panorama político nacional ao indicar a nomeação de alguns Ministros e a de posição de outros.

Destaca-se que essa “autoridade” dialoga com o autoritarismo, uma vez que seu discurso não permite contraditório nem ponderações, reforçando, assim, a natureza prescritiva dos atos de linguagem de suas postagens ao querer *mandar fazer*, impondo um *dever fazer* a seus interlocutores-seguidores.

Em alguns enunciados o tom prescritivo é substituído por uma encenação linguística que atenua o discurso autoritário (ou combinado com ela), simulando uma falsa modéstia, na tentativa de negar a assunção da autoridade autoritária assumida por ele diante de seus seguidores-interlocutores a fim de aproximar-se mais de seus seguidores com o fito de *fazer acreditar* que a realização da proposta materializada no enunciado trará benefícios e bem comum aos Brasil e aos brasileiros. Os interlocutores-seguidores “devem acreditar” no benefício vindouro em razão da realização do conteúdo apresentado no enunciado.

A visada de informação, ao lado das visadas de prescrição e incitação, também apresentou considerável incidência, atestando que Olavo é considerado por seus seguidores o grande Guru intelectual de extrema direita brasileira, a despeito das considerações já tecidas pelas instituições tradicionais de saber e pelos intelectuais de renome. Desse modo, Olavo encena um “fazer saber” atribuindo a seus interlocutores-seguidores a posição de “dever saber”. É interessante destacar que essa posição assumida por Olavo faz com que simples opiniões suas sejam tomadas como saber de conhecimento.

É imperativo destacar, porém, que, muito embora tenhamos a visada de informação, o discurso pode agir sobre as ações e, os modos de ver o mundo dos sujeitos-interpretantes, por meio da *orientação argumentativa*, pautada em de uma seleção lexical precisamente intencional com vistas a dialogar com as representações sociais dos interlocutores e orientar

seus espíritos, o léxico das palavras que compõem o enunciado colabora decisivamente, ao lado do *ethos* discursivo de Olavo de Carvalho, para o processo de persuasão e sedução materializado no ato de linguagem.

A visada de *Pathos* identificada também dialoga com a visada de incitação e se expressa por meio do arranjo lexical apresentado no enunciado, visando a despertar o senso moral dos interlocutores e apelando para uma percepção emocional do tema. Além disso, o frequente emprego de modificadores mostra a intensidade subjetiva em que se ancora o discurso Olaviano.

Quanto às inferências acerca dos aspectos gramaticais, escolhemos como matéria linguística os verbos semiauxiliares para observar o fenômeno de modalização por uma perspectiva gramatical.

Os verbos expressam com excelência três operações gramaticais: predicar, aspectualizar e modalizar, além disso, apoiam-se em um valor lexical base e em várias categorias gramaticais para expressar as relações que o sujeito comunicante tem consigo mesmo, com suas memórias, com seus projetos, com seus interlocutores e com o mundo, sendo, assim, a única classe capaz de mudar sua forma para expressar essas categorias linguísticas de forma combinada.

Isso nos remete ao fato de que a língua permite ao homem materializar simbolicamente seus desejos, medos, intenções, pois a palavra é carregada de valores, culturais e pessoais, e, por meio dela, veiculamos conhecimento, atribuímos sentido a realidade bruta, agimos sobre os outros.

A assunção da função de verbo auxiliar demanda certa descoloração semântica de seu valor lexical em razão da nova função exercida, ou seja, a forma verbal sofre gramaticalização. Como consequência, a capacidade de veicular valores psicossociais passa a ser pouco significativa ou até nula. Esse é um processo expresso em um *continuum* em que um mesmo verbo pode assumir graus distintos de gramaticalização até perder a capacidade de veicular valores semânticos.

Dito isso, destacamos que nenhum dos verbos elencados como *corpus* para nossa análise – *poder, dever, ter (de)* – encontra-se em estágios avançados de gramaticalização, fato esse que ainda lhes permite veicular valores psicossociais inerentes ao processo de orientação argumentativa e que nós associamos à modalização deôntica.

Destacou-se também a influência que os verbos flexionados em tempos verbais do pretérito têm sobre a mudança de uma leitura deôntica para uma leitura epistêmica à revelia do valor semântico associado à natureza lexical da forma verbal.

A preeminência do domínio de modalidade deôntica chancela a força impositiva e o caráter autoritário do discurso de Olavo de Carvalho sobre seus interlocutores-seguidores. Associados a esse aspecto os valores de *visibilidade, reputação, popularidade e autoridade*, relacionados ao seu perfil da rede social *Facebook*, seu *ethos* digital e os algoritmos responsáveis por aproximar os atores da rede que comungam as mesmas representações sociais permitem-nos entender a grande quantidade de seguidores que obedecem tacitamente a seus discursos autoritários.

A partir das inferências supracitadas confirmamos a hipótese de que as formas verbais consideradas, mesmo em função auxiliar, capacitam-se como veiculadoras de valores psicossociais, uma vez que ainda se encontram em graus intermediários de gramaticalização, materializando o discurso autoritário de Olavo de Carvalho por meio da modalidade deôntica.

## REFERÊNCIAS

AMOSSY, R. *A argumentação no discurso*. Trad. Ângela M. S. Corrêa *et al.* São Paulo: Contexto, 2018.

AMOSSY, R. *Imagens de si no discurso: a construção do ethos*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2016.

UMA ANÁLISE semiolinguística do texto e do discurso. *Le site de Patrick Charaudeau*. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Uma-analise-semiolinguistica-do.html>. Acesso em: 17 abr. 2021.

ARNAULD, A. *Grammaire générale et raisonnée de Port-Royal*. 2. ed. Paris: Libraires de S.A.I. et Madame Móre, 1810.

AZEREDO, José Carlos de. *Gramática Houaiss da língua portuguesa*. 4. ed. São Paulo: Publifolha: Instituto Houaiss, 2018.

BARBOSA, J. S. *Grammatica philosophica da lingua portuguesa*. 5. ed. Lisboa: Typografia da Academia Real das Sciencias, 1871.

BECHARA, E. *Moderna Gramática Portuguesa*. 37. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

BENVENISTE, É. O aparelho formal da enunciação. In: BEVENISTE, Émile. *Problemas de Linguística geral II*. Trad. Eduardo Guimarães. Campinas, SP. Pontes, 1989. p.81-90.

BERNARDO, J. C. O. Hipertexto, diversidade e gênero textual no *Facebook*. Artigo (Mestrado em Educação) - Programa de pós-graduação em Educação, Universidade Federal do Triângulo Mineiro, Uberaba, MG, 2014.

BORBA, Francisco da Silva *et al.* (coord.). *Dicionário Gramatical de verbos do português contemporâneo do Brasil*. 2. ed. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1991.

CASTILHO, A. T. de. *Nova gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto, 2010.

CASTILHO, A. T. de; CASTILHO, C. M. M. de. Advérbios modalizadores. In: ILARI, R. (org.). *Gramática do português falado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002. V. 2. Níveis de análise linguística.

CHABROL, C.; RADU, M. *Psicologia da comunicação e persuasão: teorias e aplicações*. Trad. REIS, M. J. B. Lisboa: Instituto Piaget, 2008.

CHARAUDEAU, P. *Discurso das mídias*. Trad. CORRÊA, A. M. S. São Paulo: Contexto, 2018.

CHARAUDEAU, P. *Discurso político*. Trad. Fabiana Komesu e Dilson Ferreira da Cruz. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2017.

CHARAUDEAU, P. *Linguagem e discurso: modos de organização*. Trad. CORRÊA, A. M. S.; MACHADO, I. L. São Paulo: Contexto, 2016a.

CHARAUDEAU, P. *A conquista da opinião pública: como o discurso manipula as escolhas políticas*. Trad. Ângela M. S. Corrêa. São Paulo: Contexto, 2016b.

CHARAUDEAU, P. Identidade social e identidade discursiva, o fundamento da competência comunicacional. In: PIETROLUONGO, Márcia (org.). *O trabalho da tradução*. Rio de Janeiro: Contra Capa, 2009. p. 309-326. Disponível em: <http://www.patrick-charaudeau.com/Identidade-social-e-identidade.html>. Acesso em: 21 maio 2019.

CHARAUDEAU, P. Os estereótipos, muito bem. Os imaginários, ainda melhor. Traduzido por André Luiz Silva e Rafael Magalhães Angrisano. *Entrepalavras*, Fortaleza, v. 7, p. 571-591, jan./jun.2017. Disponível em: [http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/28575/1/2017\\_art\\_alsilvarmangrisano.pdf](http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/28575/1/2017_art_alsilvarmangrisano.pdf). Acesso em: 02 nov. 2021.

CHARAUDEAU, P. Uma teoria dos sujeitos da linguagem. In: LARA, M. P.; MACHADO, I. L.; EMEDIATO, W. (org.). *Análises do discurso hoje*. Rio de Janeiro. Nova Fronteira, 2008. v. 1.

CHARAUDEAU, P; MAINGUENEAU, D. *Dicionário de análise de discurso*. Coord. e Trad. Fabiana Komesu. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2006.

CHARAUDEAU, P. Visadas discursivas, gêneros situacionais e construção textual. In; MACHADO, I. L.; MELLO, R. (org.) *Gêneros: reflexões em análise do discurso*. Belo Horizonte: Núcleo de Análise do Discurso, Programa de Pós-Graduação em Estudos Linguísticos, Faculdade de Letras da UFMG, 2004.

CHARAUDEAU, P. *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette Livre, 1992.

CÂMARA JÚNIOR, J. M. *Dicionário de linguística e gramática: referente à língua portuguesa*. 13. ed. Petrópolis, Vozes, 1986.

COLETTA, Ricardo dela. Olavo de Carvalho, o Brasil só fala dele. *El País*, Brasília, 02 dez. 2018. Brasil. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/27/politica/1543319632\\_709659.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2018/11/27/politica/1543319632_709659.html). Acesso: 18 jan. 2019.

CUNHA, C. *Nova gramática do Português Contemporâneo*. 5. ed. Rio de Janeiro: Lexicon. 2008.

DIJK, T. A. V. *Discurso, Notícia e Ideologia: estudos na Análise crítica do Discurso*. Porto: Campos das Letras-Editores, 2005.

DUBOIS, J. *et al. Dicionário de linguística*. 2. ed. São Paulo: Cultrix, 2014.

EMEDIATO, W. *A construção da opinião na mídia*. Belo Horizonte: FALE/UFMG, Núcleo de Análise de Discurso, 2013.

- FILHO, C. L. C. A. *Comunicação e Subjetividade na Cibercultura: Contribuição para crítica da (des)subjetivação em redes sociodigitais*. 2014. Dissertação (Mestrado em Comunicação e Semiótica) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Comunicação e Semiótica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2014.
- FILHO, C. M. (org.). *Dicionário da comunicação*. 2. ed. rev. ampl. São Paulo: Paulus, 2009.
- GONÇALVES, S. C. L., LIMA-HERNANDES, M. C., CASSEB-GALVÃO, V. C. (org.). *Introdução à gramaticalização: princípios teóricos e aplicação*. São Paulo: Parábola Editorial, 2007.
- HENRIQUES, C. C.; SIMÕES, D. M. P. (org.). *A redação de trabalhos acadêmicos: teoria e prática*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002.
- HOUAISS, A.; VILLAR, M. de S. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. 1. ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2009.
- JOÃO DE BARROS. *Grammatica da língua portuguesa*. Olyssipone : *apud Lodouicum Rotorigiui[m], Typographum*, 1540.
- JODELET, D. *As representações sociais*. Denise Jodelet (org.), trad. Lilian Ulup. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.
- JAPIASSÚ, H.; MARCONDES, D. *Dicionário básico de filosofia*. 3. ed. rev. e ampl. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1996.
- KOCH, I. G. V. *Argumentação e linguagem*. São Paulo: Cortez, 2004.
- LEMOS, A. *Cibercultura: tecnologia e vida social na cultura contemporânea*. 7. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.
- MARCUSCHI, L. A. Gêneros textuais emergentes no contexto da tecnologia digital. In: MARCUSCHI, L. A.; XAVIER, A. C. (org.). *Hipertextos e gêneros digitais*. São Paulo: Cortez, 2010.
- MARCUSCHI, L. A. *Produção textual, análise de gêneros e compreensão*. São Paulo: Parábola editorial, 2008.
- MARTINHO, Luís Mauro de Sá. *Teoria das Mídias digitais: Linguagens, Ambientes e Redes*. 2. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015.
- MONNERAT, R. S. M.; PAULIUKONIS, M. A. L. Operações discursivas na enunciação. In: LARA, M. P.; MACHADO, I. L.; EMEDIATO, W. (org.). *Análises do discurso hoje*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008. v. 1.
- MONTEIRO, A. H. dos S. *Estratégias de manipulação em postagens do facebook sob a perspectiva da semiolinguística*. 2019. Dissertação (Mestrado em Estudos de linguagem) - Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, RJ, 2019.

NEVES, M. H. M. *A gramática do Português revelada em textos*. São Paulo, SP: Editora Unesp, 2018.

NEVES, M. H. M. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

NEVES, M. H. M. A modalidade. In: KOCH, I. G. V. (org.). *Gramática do português falado*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002. V. 6. Desenvolvimentos.

OITICICA, J. *Manual de análise: léxica e sintática*. 11. ed. Rio de Janeiro: Editora Paulo Azevedo, 1955.

PEREIRA, E. C. *Gramática expositiva*. 65. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

PERELMAN, C.; OLBRECHTS-TYECA, L. *Tratado da argumentação: a nova retórica*. Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

PERINI, M. A. *Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Parábola editorial, 2010.

PERINI, M. A. *Gramática descritiva do português*. São Paulo: Editora Ática, 2005.

PLANTIN, Christian. *A argumentação: história, teorias e perspectivas*. Trad. Marcos Marciolino. São Paulo: Parábola Editorial, 2008.

PONTES, Eunice. *Verbos auxiliares em português*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.

RAPOSO, E. B. P.; NASCIMENTO, M. F. B.; MOTA, M. A. C.; SEGURA, L.; MENDES (org.). *A gramática do português*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013a. v. 1.

RAPOSO, E. B. P.; NASCIMENTO, M. F. B.; MOTA, M. A. C.; SEGURA, L.; MENDES (org.). *A gramática do português*. Coimbra: Fundação Calouste Gulbenkian, 2013b. v. 2.

RECUERO, R. 2014. *A conversação em rede: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na internet*. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2014.

RECUERO, R.. 2009. *Redes sociais na internet*. Porto Alegre: Sulina, 2009.

RIBEIRO, E. C. *Seroes gramaticaes ou nova grammatica portugueza*. 2. ed. Salvador: Ed. Aguiar & Souza, 1890.

ROCHA LIMA, C. H. da. *Gramática normativa da língua portuguesa*. 44. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2005.

ROCHA, J. C. de C. *Guerra do cultural e retórica do ódio: crônicas de um Brasil pós-político*. Goiânia: Ed. Caminhos, 2021.